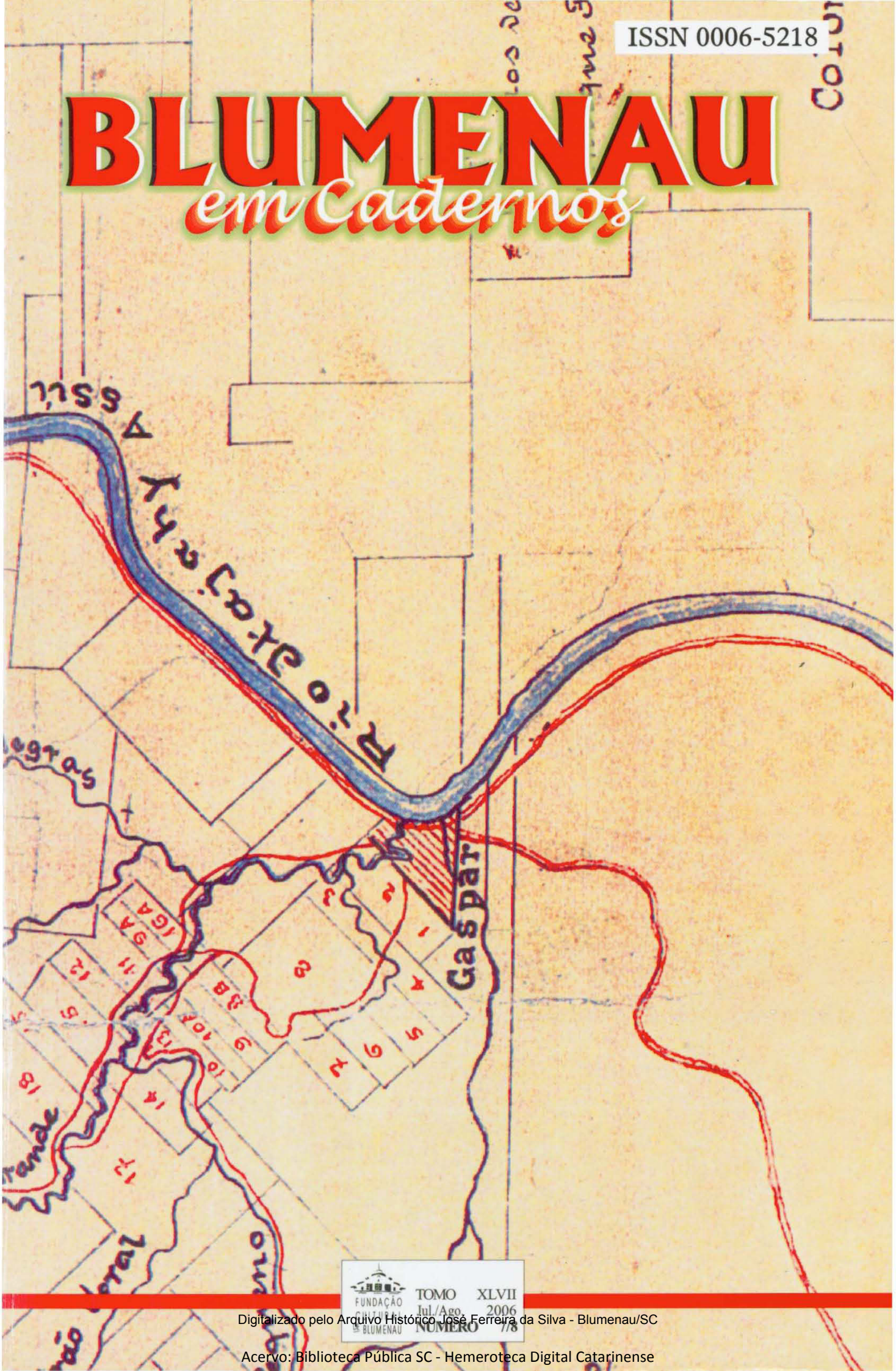
ISSN 0006-5218

BLUMENAU em Cadernos



FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU
TOMO XLVII
Jul./Ago. 2006
NÚMERO 7/8

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

BLUMENAU em Cadernos

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU

João Paulo Kleinübing
Prefeito Municipal

Edson Brunsfeld
Vice-Prefeito

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Marion Bubeck Willecke
Presidente

Iúry Bugmann Ramos
Diretor Administrativo-Financeiro

Sueli M. V. Petry
Diretora Histórico-Museológica

Dirceu Bombonatti
Diretor do Centro de Publicação, Documentação e Referência em Leitura

Rafaela Hering Bell
Diretora do Museu de Arte de Blumenau – MAB

BLUMENAU EM CADERNOS

Fundada em 1957 por José Ferreira da Silva

Sueli Petry
Diretora

CONSELHO EDITORIAL

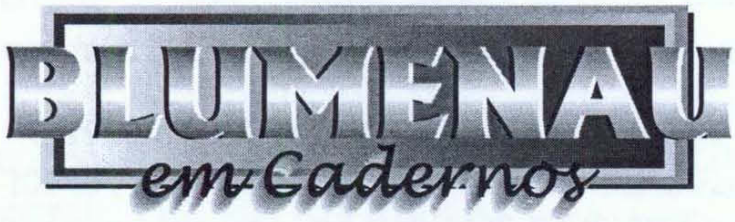
Annemarie Fouquet Schünke *(Presidente)*
Cristina Ferreira
Gervásio Tessaleno Luz
Ivo Marcos Theis
Marcos Schroeder
Roberto Marcelo Caresia
Urda Alice Klueger
Viegas Fernandes da Costa

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

Arquivo Histórico "José Ferreira da Silva"



Prêmio Alm. Lucas Alexandre Boiteux,
na Área de História – edição 1998, concedido
pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina
Prêmio Destaque - 2002
concedido pela Academia Catarinense de Letras.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

© 2001 by Fundação Cultural de Blumenau

BLUMENAU EM CADERNOS
Expediente: Alameda Duque de Caxias, 64 – Caixa Postal, 425 - 89015-010 – Blumenau (SC)
Fone (0**47) 326-6990 - E-mail: arquivohistorico@fcblu.com.br

Capa: Mapa dos lotes da Colônia Blumenau
Silvio Roberto de Braga
Revisão: Valdir A. Petry
Digitação: Elton Cardoso
Secretária: Mirela Nolasco

CULTURA EM MOVIMENTO editora

EDITORA CULTURA EM MOVIMENTO
Rua XV de Novembro, 161 – Centro – Caixa Postal 425 - 89010-001 - Blumenau - SC
Fone (0**47) 326-7511 - E-mail: editora@fcblu.com.br
http://www.fcblu.com.br

Ficha Catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Biblioteca Pública Dr. Fritz Müller - Blumenau – SC

Blumenau em Cadernos. (Fundação Cultural de Blumenau) Blumenau, SC, 1 (06) 1957 -
Il.
Bimestral

ISSN 0006-5218

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907
© Reservados todos os direitos de publicação total ou parcial pela Editora Cultura em Movimento
"Impresso no Brasil / Printed in Brazil"

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

SUMÁRIO

Documentos Originais - *Artigos*

Padre Alberto Francisco Gattone - 1º Vigário
Pe. E. Schätte
Pe. Eloy Dorvalino Koch scj 9

Artigos

Nós e os outros - Migração e marginalidade no Loteamento Jardim Primavera (Gaspar/SC): 1989-2003
Maria Aparecida Lemos de Oliveira e Silva
Ancelmo Schörner 28

Veranistas, turistas e visitantes - Relações entre a atividade turística e o município de Penha
Mônica Krieger Goular 57

Os contratos (nem sempre cumpridos) das colonizações alemã e italiana
Saulo Adami 62

Indústria de software e desenvolvimento local/regional - Recomendações de políticas para a ISB*
Ivo M. Theis 79

Burocracia & Governo

Transcrições de Documentos 88

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Crônicas do Cotidiano

Tio Osvaldo e as noites encantadas
Urda Alice Klueger 96

Espiando a maré
Mano Jango 100

História & Historiografia

Intolerância religiosa em Santa Catarina - A queima do templo da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) em Lages/1958
Edison d'Ávila 105

Autores Catarinenses

Tamanho não é documento
Enéas Athanázio 122

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Apresentação

Neste bimestre de julho/agosto, são colocados à disposição dos leitores da revista "Blumenau em Cadernos" artigos e textos com temáticas que são resultados de estudos e pesquisas, os quais merecem a atenção e reflexões dos usuários.

A sessão de **Documentos Originais – artigos**, apresenta o texto bilíngüe intitulado *"Padre Alberto Francisco Gattone - 1º Vigário de Gaspar, Blumenau e Brusque - 1860-1867"*, de autoria do Pe. E. Schaette, ofm. O texto, pela sua temporalidade, reune informações refentes às primeiras famílias católicas no espaço colonial que se estendia entre Blumenau, Gaspar e Brusque, e traz referências sobre as dificuldades do Padre Gattone em exercer suas funções espirituais entre os núcleos coloniais. A tradução foi realizada pelo doutor em Educação, formado pela USP, Pe. Eloy Dorvalino Koch - SCJ.

"'Nós' e os 'Outros': migração e marginalidade no Loteamento Jardim Primavera (Gaspar/SC): 1989-2003". Com este título o doutorando em História, Ancelmo Schörner, juntamente com a professora especialista Maria Aparecida Lemos de Oliveira e Silva, publicam na coluna **Artigos**, o resultado de uma pesquisa na qual os autores revelam diversas problemáticas sócio-econômicas existentes neste loteamento, na cidade de Gaspar.

Com o artigo *"Veranistas, turistas e visitantes: relações entre a atividade turística e o município de Penha"*, a bacharelanda em Turismo, Mônica Krieger Goulart, comenta a evolução do movimento turístico no município de Penha.

O escritor Saulo Adami, com o artigo *"Os contratos (nem sempre cumpridos) das colonizações alemã e italiana"*, aborda uma questão voltada ao processo colonizador e que, em muitos momentos, provocou o desespero dos colonos recém-chegados ante o descumprimento dos acordos estabelecidos pelos agenciadores. O sonho desfeito segundo nos mostra o autor, gerou transtornos e desconfortos àqueles que chegaram, e "sem recursos para retornar ao seu país de origem, tinham que enfrentar a nova e dura realidade".

O professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau, Dr. Ivo Theis, com o artigo intitulado *"Indústria de Software e Desenvolvimento Local/Regional: Recomendações de Políticas para a ISB"*, apresenta o resultado das

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

pesquisas desenvolvidas em torno das contribuições da indústria de software de Blumenau [ISB] para o desenvolvimento local/regional.

Em **Burocracia e Governo** publicam-se transcrições de documentos que deram entrada no acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva a partir de 2000, oriundos de um projeto patrocinado pelo Instituto Blumenau 150 Anos, criado na época para organizar os festejos do sesquicentenário de fundação da cidade. Trata-se de uma diversidade de documentos originários de arquivos do Estado e do exterior que estão sendo disponibilizados para o acesso do pesquisador.

Edison d´Ávila, professor, pesquisador e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, publica, em **História & Historiografia**, *" Intolerância Religiosa em Santa Catarina: a queima do templo da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) em Lages".* O autor, após levantar as fontes, desenvolveu uma pesquisa referente às divergências entre as duas confissões religiosas, na cidade de Lages, ditas católicas, as quais degeneraram em atos de intolerância e violência.

Urda Alice Klueger, por sua vez, ao escrever para a seção **Crônicas do Cotidiano**, buscou nas lembranças de infância, a inspiração para escrever *"Tio Osvaldo e as noites encantadas".*

Na seqüência, o jornalista e professor Gervásio Tessaleno Luz, apresenta o cronista João Vieira, conhecido jornalista que durante alguns anos escreveu no jornal "A Nação" uma coluna a qual denominava-se "Espiando a Maré". Os temas ventilados eram focados aos problemas da cidade. Neste texto comenta "*O problema do Trânsito" e "João da Mata".*

Finalizando esta edição, na coluna **Autores Catarinenses**, Enéas Athanázio, através do texto *"Tamanho não é documento*", comenta a obra do escritor Guido Vilmar Sassi.

Para dar continuidade ao seu papel de divulgação de fontes históricas e textos sobre literatura, história, memória e a realidade local, esta revista aguarda a colaboração dos memorialistas, leitores e pesquisadores para futuras publicações.

Sueli M. V. Petry
Diretora da Revista Blumenau em Cadernos

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Padre Alberto Francisco Gattone
1º Vigário

Pe. E. Schätte[1]
Pe. Eloy Dorvalino Koch scj[2]

Documentos
Originais - *Artigos*

DE GASPAR, BLUMENAU E BRUSQUE 1860-1867

Eis o dedicado sacerdote que, por primeiro, e sofrendo as maiores dificuldades, exerceu a administração eclesiástica em nossa Região Colonial. Não é possível narrar muita coisa a seu respeito. Mas o que dele se conta é impressionante, admirável e digno de respeito.

Foi colega do Pe. Boegershausen e do Dr. Engelke no Curso Ginasial de Hildesheim e, mais tarde, colega seu mais moço, no Curso de Teologia. Eram de uma amizade sincera, com base em mútuo respeito.

Em 1857, Pe. Carlos* viajara para esta Região Missionária do Brasil. De quando em quando, escrevia extensa carta ao Diretor do Seminário de Hildesheim, e que era lida em público no referido Educandário. De cada página transparecia muito viva a falta de missionários no Brasil Meridional. Talvez as comoventes descrições tenham

---

[1] O autor Pe. E. Schätte, nasceu na Alemanha (1872). Ordenou-se sacerdote no Brasil (1902). Foi professor por um período de 20 anos no Colégio S. Antônio de Blumenau. Faleceu em Petrópolis - 1960 (RJ).

[2] O tradutor Pe. Eloy Dorvalino Koch é Doutor em Educação pela USP.

* O padre Carlos Boegershausen era vigário de Joinville.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

P. ALBERT FRANZ GATTONE

DER ERSTE PFARRER VON GASPAR, BRUSQUE UND BLUMENAU - 1860-1867

P. Stanislaus Schaette, ofm.

Von diesem eifrigen Priester, der unser Kolonialgebiet zuerst und unter den grössten Schwierigkeiten kirchlich verwaltet hat, können wir nicht Vielerlei erzählen. Aber was man von ihm schildert, ist anregend, bewundernswert und Achtung gebietend.

Mit dem P. Boegershausen und Dr. Engelke hat er das Gymnasium in Hildesheim besucht; er war später ein jüngerer Studiengenosse des P. Carl im theologischen Kursus. Beide hegten zueinander aufrichtige Freundschaft, die auf gegenseitige Hochachtung sich stützte.

P. Boegershausen war 1857 in das brasilianische Missionsgebiet gereist. Von Zeit zu Zeit schrieb er dem Leiter des Priesterseminars in Hildesheim ausführliche Briefe. Diese wurden im Studienhause öffentlich vorgelesen. Aus jeder Seite leuchtete grell der grosse Priestermangel in Südbrasilien hervor. Vielleicht haben die rührenden Schilderungen im jungen Priester Gattone den Missionsgedanken klar geweckt. Jedenfalls erschien er 1860 bei seinen früheren Jugendfreunden P. Boegershausen und Dr. Engelke in Joinville und stellte sich als Mitarbeiter vor.

P. Boegershausen hatte kurz vorher den P. Bucher nach der verwaisten Kolonie S. Pedro d'Alcantara geschickt. Den P. Gattone sandte er an den Itajahy, woselbst 4 km. westlich vom jetzigen Gaspar die in der Umgegend ansässigen Katholiken schon 1850 die Petruskapelle gebaut hatten, aber noch immer auf einen Priester warteten; er selbst hatte sie zum ersten Male besucht im Jahre 1858, auch den Dr. Blumenau kennen gelernt, der am 2. April 1857 den Katholiken von Gaspar ein geeignetes Grundstück für Kirche, Pfarrhaus und Friedhof am neuen Stadtplatze geschenkt hatte.

Vor dem Emporblühen der Kolonie Blumenau und der Anlage des Stadtplatzes Gaspar waren die Ländereien am Pocinho und Belchior besiedelt worden; 1839 zählte man 65 Familien, darunter 17 deutsche aus São Pedro d'Alcantara. Das religiöse Leben nahm dort einen grossen Aufschwung durch den Eifer des Friedrich Wilhelm Schramm aus Erkrath bei Düsseldorf,

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

despertado no jovem sacerdote a idéia e o forte desejo de ser missionário. Em todo caso, Pe. Gattone apareceu, em 1860, em Joinville, apresentando-se ao antigo amigo, bem como ao Dr. Engelke, qual novo colaborador.

Um pouco antes, Pe. Carlos enviara o Pe. Bucher para a abandonada Colônia de São Pedro de Alcântara. E agora decidiu enviar o Pe. Gattone à Região do Itajaí, isto é, 4 km a oeste do atual Gaspar. Os católicos aí domiciliados já haviam construído a Capela de São Pedro, mas continuavam à espera de um Sacerdote.

Pe. Carlos a tinha visitado, pela primeira vez, em 1858. Nessa ocasião, também chegou a conhecer Dr. Blumenau, que, aos 2 de abril de 1857, havia feito aos católicos a doação de um terreno apropriado para igreja, casa paroquial e cemitério na nova área urbana.

Antes do progresso da Colônia de Blumenau e da inauguração da área urbana de Gaspar, as terras de Pocinho e Belchior já estavam povoadas. Em 1839, já contavam 65 famílias. Entre elas, 17 eram alemãs de São Pedro de Alcântara. A vida religiosa recebeu um grande impulso graças ao zelo de Frederico Guilherme Schramm, natural de Erkrath, em Düsseldorf. Aos 28 de dezembro de 1848, ele adquiriu e ocupou o lote de João Kerbach, situado à margem do Gaspar Grande. O Sr. Schramm fez uma visita aos seus novos vizinhos, e os animou no sentido de se construir uma nova capela. A sua proposta logo teve aceitação entusiasta: e foram oferecidos 4 terrenos para a construção da Capela. Numa reunião geral, havida na casa de João Klocker, optou-se pela doação dele. O terreno situava-se a 4 km a oeste do Gaspar hodierno, na margem esquerda do Itajaí-açu.

Conforme planejado, foram construídos a Capela e o cemitério. Aos 29 de junho de 1850, o Padre Francisco, Vigário de Itajaí, lá celebrou a primeira festa de São Pedro. A partir daí, Schramm presidia as rezas dominicais e dos dias santos; Nicolau Deschamps Senior assumiu zelar pelo cemitério; e o "Torto Jan" era sacristão, e barqueiro também, para transportar as pessoas da margem de lá para a de cá.

Com a colonização que Dr. Blumenau realizava em Gaspar, Garcia e Velha, o tráfego mudou-se para a margem direita do Itajaí. Fato que levou Frederico Guilherme Schramm a requerer a Dr. Blumenau um terreno para a futura Igreja-Matriz junto à nova área urbana de Gaspar. Tal ocorreu, como já vimos acima. E aos 13 de outubro de 1877, a referida doação

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

der am 28. Dez. 1848 die Kolonie des Johann Kerbach am linken Ufer des Gaspar Grande kaufte und bezog. Er besuchte seine neuen Nachbarn und regte den Bau einer Kapelle an. Sein Vorschlag zündete; vier Grundstücke wurden dafür angeboten. Eine Generalversammlung im Hause des Johann Klocker entschied sich für dessen Schenkung (4 km. westlich vom heutigen Gaspar auf dem linken Ufer des Itajahy-assu).

Kapelle und Kirchhof erstand. Am 29. Juni 1850 feierte P. Francisco, der Pfarrer von Itajahy, daselbst das erste Sankt Petrusfest. In der Folge leitete Schramm den Laiengottesdienst an Sonn-und Feiertagen, Nikolaus Deschamps sen. übernahm die Sorge für den Kirchhof und der "krumme Jan " war Küster und Bootsmann, um die Leute vom jenseitigen Ufer herüberzuholen.

Durch die Kolonisation Dr. Blumenaus in Gaspar und an der Garcia und Velha verlegte sich der Verkehr auf das rechte Ufer des Itajahy. Dies bewog den Friedrich Wilhelm Schramm, den Dr. Blumenau um ein Grundstück für die zukünftige Pfarrkirche am neuen Stadtplatz Gaspar zu bitten. Dies geschah, wie oben schon erzählt wurde und die private Schenkung wurde am 13. Oktober 1877 durch eine gesetzmässige Urkunde bestätigt.

P. Gattone nahm also Besitz von seiner Urwaldskapelle und wohnte auf der gegenüberliegenden Seite beim alten Nikolaus Deschamps. Auch sein Begleiter August Bickefest war dort untergebracht. Das Petersfest wurde nun zum ersten Male mit äussrem Glanze gefeiert und schon kamen Katholiken aus weiter Ferne, um demselben beizuwohnen.

Am 22. Juli 1860 machte P. Gattone eine Hauptbillanz der Rechnungsbücher. Für die Kapelle war bisher bar eingezahlt worden 105$600 rs., ausgegeben 100$580 rs. also ein Saldo von 5$020 rs. Der Friedhof hatte 28$940 rs. eingebracht, 3$100 rs., Unkosten verursacht, demnach einen Überschuss von 25$840 rs ergeben. Das Barvermögen der Kapelle betrug 30$860 rs.

Bald musste der Pfarrer eine Reise nach Brusque machen. Baron von Schneeburg hatte am 4. August 1860 die ersten Kolonisten dorthin geführt. Bis Februar 1861 war deren Zahl auf 657 gestiegen, in der grössten Mehrzahl Katholiken. In der Guabiruba feierte P. Gattone die erste hl. Messe in der Palmitenkapelle, die zu Ehren der Mutter Gottes von der Immerwährenden

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

privada foi confirmada por documento oficial.

E *Pe. Gattone* tomou posse de sua Capela da Mata-Virgem. Morava no lado oposto do rio, na casa do velho Nicolau Deschamps. Também lá se hospedava o seu companheiro de viagem: Augusto Bickefest. Pela primeira vez, a Festa de São Pedro era celebrada com brilho externo. E já de muito longe, acorriam católicos para a grande festa.

Aos 22 de julho de 1860, Pe. Gattone fez o balanço geral do seu Livro-Caixa. Para a Capela, foram pagos, até agora, 105$600 Rs, havendo, pois, um saldo de 5$020. O cemitério rendera 28$940 Rs, tendo uma despesa de 3$100 Rs, com o superavit de 25$840 Rs. A Capela dispunha de 30$860 Rs.

Um pouco mais tarde, o Vigário teve que *viajar a Brusque*, para onde o *Barão von Schneeburg*, aos 4 de agosto de 1860, conduzira os primeiros colonos. Até fevereiro de 1861, a população crescera para 657 moradores, na sua grande maioria católica. Em Guabiruba, Pe. Gattone celebrou a primeira santa missa na Capela de palmitos, dedicada a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. A Capela fora construída no local hoje (1930) ocupado pela casa comercial de João Kormannn.

Na mesma ocasião, ali celebrou a festa da Primeira Comunhão. O Sr. João Bauer, ainda vivo, foi uma dessas crianças neocomungantes.

O pessoal de Belchior-Pocinho, que agora tinha a sorte de contar com um sacerdote-residente, soube explorar bem a sua condição de autonomia. Redigiram um requerimento com 130 assinaturas, enviado à autoridade, pedindo a criação de uma Paróquia. Frederico Guilherme Schramm e seu 2º filho, Francisco Bernardo, tinham levado o requerimento a toda família dona de propriedade, e insistiam na sua assinatura. O tabelião Lopes Serim ainda enviou uma carta anexa, em abono ao requerimento. Bernardo Schramm levou o documento ao Desterro, e o entregou a um deputado de confiança. A Câmara Provincial encaminhou o pedido à Comissão de Estatística e Assuntos Eclesiásticos, que lhe deu a sua aprovação a 17 de abril de 1861. E já no dia 25, o Presidente, Dr. Carlos de Araújo Brusque, deferiu o requerimento.

Novamente, Schramm viajou ao Desterro, e trouxe o Documento. E Pe. Gattone instalou a nova Paróquia aos 23 de julho de 1861. Foram-lhe fixados os seguintes limites: ao Norte, a Paróquia da Penha; ao Sul, Camboriú;

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Hilfe an dem Orte errichtet war, wo jetzt das Geschäftshaus von Johann Kormann steht. Auch hielt er dort die Feier der Erstkommunion. Zu den Kindern, die damals zum Sakramenten empfang vorbereitet wurden, gehört der jetzt noch lebende Herr Johann Bauer.

Die Leute am Belchior-Pocinho, die das Glück hatten, einen Pfarrer zu besitzen, nutzten ihr Selbständigfeitsgefühl gut aus. Sie fertigten eine Eingabe mit 130 Unterschriften an die Behörde aus und baten um die Errichtung einer Pfarrei. Friedrich Wilhelm Schramm und sein zweiter Sohn Franz Bernard waren mit dem Gesuch zu allen Familien, die Eigentum besassen, geganten und forderten zum Unterzeichnen auf. Der Notar Lopes Serim fögte noch ein Begleitschreiben hinzu. Bernard Schramm brachte das Schriftstück nach Desterro und übergab es einem wohlgesinnten Deputierten. Der Pronvizial-Landtag überwies die Angelegenheit an die Kommission der Statistik und der kirchlichen Angelegenheiten. Am 17. April 1861 fällte diese günstigen Entscheid und schon am 25. gab der Präsident Dr. Carlos de Araujo Brusque diese Bestätigung.

Wiederum ging Schramm nach Desterro und holte das Dokument ab und P. Gattone installierte die neue Pfarrei em 23. Juli 1861. Die Grenzen waren folgender Weise festgelegt: im Norden die Pfarrei Penha, im Süden Camboriú, im Osten der Fluss Luiz Alves und im Westen der Fluss Praia Grande und die Kolonie von Luiz Schaffen.

In der eigentlichen Blumenauer Kolonie begann allmählich die seelsorgliche Tätigkeit des P. Gattone. Die Jahre 1860 und 61 brachten einen Zuzug von 148 Katholiken, die aber nicht gemeinschaftlich angesiedelt wurden. Eine Gruppe kam zur oberen Garcia und Caeté, eine andere nach Badenfurt, die "Luxemburger" zum Testo-Salto. Letztere bauten eine kleine Kapelle zum hl. Notker zwischen Zwang, Riedinger und Philipps am linken Testoufer. Die Leute von Badenfurt errichteten eine bescheidene Maria-Hilfskapelle, die Badenser in der Garcia auf dem Kirchhof ein winziges Bethaus, das bald durch das neuerbaute Haus von Beiler in der unmittelbaren Nachbarschaft ersetzt wurde.

Nun folgte auch der Stadtplatz. Die dortigen Katholiken, besonders Bader, Bugmann und Wloch, regten den Bau der Pauluskapelle auf dem Kirchhof an und am 25. Jannuar 1865 feierte man in Blumenau das erste Patronsfest.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

a Leste, o Rio Luiz Alves; e a Oeste, o Rio Praia Grande e a Colônia de Luiz Schaffen.

Na Colônia propriamente dita de Blumenau, começava, aos poucos, a atividade pastoral do Pe. Gattone. Nos anos de 1860 e 1861, houve um acréscimo de 148 católicos. Mas que não foram estabelecidos comunitariamente. Um grupo foi para Alto Garcia e Caeté; outro, para Badenfurt; os "luxemburgueses", para o Testo Salto, onde construíram pequena Capela em honra a Santo Notker, entre Zwang, Riedinger e Philips, na margem esquerda do Testo. O pessoal de Badenfurt construiu modesta a Capela de Nossa Senhora Auxiliadora. Os da Badênia construíram, no cemitério do Garcia, um bem pequeno Oratório, em breve substituído pela nova casa do Beiler, na imediata vizinhança.

A seguir, chegou a vez da área urbana. Os católicos de lá, sobretudo Bader, Bugmann e Wloch, impulsionaram a construção da Capela São Paulo, no cemitério. Aos 25 de janeiro de 1865, foi celebrada, em Blumenau, a primeira festa do Padroeiro.

Um pouco antes, Pe. Gattone perdera o seu sacristão de viagem: o Sr. Augusto Lickefett, encarregado de levar documentos ao Pe. Boegershausen, Vigário de Joinville. Foi assassinado na balsa do Itapocu. Pe. Gattone soube da trágica notícia, quando em visita a Guabiruba. Junto à Capela de Nossa Senhora Auxiliadora, residia a família Klein e, um pouco mais adiante, o Sr. Kormann, cujo filho mais velho já trabalhara, por vários meses, na mata virgem.

Aos 24 de dezembro de 1864, o seu grupo de trabalhadores foi ameaçado por 11 bugres, que apareceram subitamente. Salvaram-se, entrando rapidinho nas canoas, que ficavam próximas, e remaram rio-abaixo para o outro lado. Assim, interromperam os trabalhos, e foram para casa.

A história do surgimento dos bugres trouxe inquietação à Colônia. Por ocasião da visita do Pe. Gattone à família Kormann, o João falou a respeito do perigo sofrido na mata. A mãe do João logo acrescentou: "Não mais deixaremos o nosso filho enfrentar a mata"[1].

[1] Em curso de "Museologia" (Treze Tílias-SC), uns "cursistas" de Florianópolis, "muy hermanos" dos índios, acusaram os colonos estrangeiros de crueldade contra o silvícola. Ao que respondi que tal ocorreu, unicamente, em defesa de suas vidas e de seus bens. Ao passo que os nacionais foram muito mais cruéis, e quase unicamente, para explorar os braços no trabalho, e os corpos de suas mulheres também na luxúria (N. do T.).

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Kurz vorher hatte P. Gattone seinen treuen Reiseküster August Lickefett verloren. Er sollte Dokumente zum Pfarrer Boegershausen nach Joinville bringen und wurde auf der Fähre des Itapocu ermordet. Die traurige Nachricht erreichte den Pfarrer, als er in der Guabiruba weilte. Bei der Maria-Hilfskapelle wohnte die Familie Klein, nicht weit davon Kormann. Der älteste Sohn Johann Kormann war schon mehrere Monate im Urwald tätig gewesen.

Am 24. Dezember 1864 wurde seine Gruppe von 11 Bugern bedroht, die plötzlich auftauchten. Schnell retteten sich alle in die nahen Kähne und fuhren abwärts zur anderen Seite. Die Arbeit liessen sie vorläufig liegen und gingen nach Hause.

Die Erzählung von dem Auftreten der Buger brachte Aufregung in die Kolonie. Als P. Gattone bei Kormanns Besuch machte, berichtete Johann von der übestandenen Gefahr im Walde. Die Mutter meinte darauf: "Wir lassen unsern Sohn nicht mehr zum Urwald gehen". Da kam dem Pfarrer ein glücklicher Gedanke, den er gleich aussprach: "Lasst ihn mit mir gehen. Ich brauche einen Küster und Reisebegleiter"! Sofort erhielt er die Zusage; Johann Kormann hat über zwei Jahre seine Diesnte treu versehen.

Pfarrer und Küster bereisten nun das weite Pfarrgebiet Brusque, Pocinho, Gaspar, Blumenau, Garcia, Testo. Die Hauptreisen wurden auf dem Wasserwege gemacht. Am festgesetzten Tage legte der Kahn am Eingang der Urwaldspikade an und zwei Mann erwarteten gewöhnlich den Pfarrer mit seinem Küster zum Kapellenbesuch. Die Paramente und Altargeräte waren gut verwahrt in einem Blechkoffer, die zwei Boten trugen denselben auf Stangen durch den Urwald. Pfarrer und Küster folgten manchmal auf Pferden, sehr oft zu Fuss.

Die Tage des Gottesdienstes waren in der damaligen Zeit hoch geschätzt. Das lebendige Gottvertrauen war ja für manche Familie der einzige Halt in Schwierigkeiten und Unglück. Ausgelassene Unterhaltung und Ausschweifung kannte man nicht. Armut und der bittere Ernst des Lebens führten das Regiment. P. Gattone fand für seine Predigten immer die richtigen Gedanken und durch seinen grossartigen Katechismusunterricht, den er für Gross und Klein erteilte, wusste er Glaubensfreudigkeit und Festigkeit zu beleben. Dazu kam sein Beispiel. Er war ein Mann des Gebetes, der Abtötung und der hilfsbereiten Nächstenliebe.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Foi quando o Padre teve uma idéia luminosa, e logo a comunicou: "Permitam que ele me acompanhe. Pois necessito de sacristão e de um companheiro de viagem". Os pais logo concordaram. Por mais de dois anos, João Kormann foi fiel a seu compromisso.

Vigário e Sacristão viajavam pela ampla região pastoral de Brusque, Pocinho, Gaspar, Blumenau, Garcia e Testo. A maior parte das viagens eram feitas via fluvial. Em dia bem determinado, a canoa abicava na entrada da picada florestal, onde, geralmente, o Vigário e seu Sacristão , vindos para visitar a Capela, eram recepcionados por dois homens. Os paramentos e objetos de culto eram bem guardados em mala de zinco. Sobre varas fortes, os enviados carregavam a mala pela mata; Vigário e Sacristão viajavam, às vezes a cavalo e, muitas vezes, a pé.

Naquele tempo, as celebrações religiosas eram tidas em grande apreço. Até porque, para muita família, a viva confiança em Deus era o seu único amparo nas dificuldades e desgraças. Conversações levianas e libertinas eram desconhecidas. O regime de então vinha tangido pela pobreza e pela seriedade da vida. Para as suas pregações, Pe. Gattone sempre encontrava pensamentos apropriados. E, mediante a sua magnífica doutrinação catequética, dirigida a grandes e pequenos, ele sabia animar a alegria e a firmeza da Fé. Ao que vinha somar-se o exemplo de sua vida. Pois era um homem de oração, de mortificação e de prestimoso amor ao próximo. Razão pela qual, a sua conversa com os fiéis, após a celebração religiosa, também era animadora, consoladora e edificante. Já em idade avançada, João Kormann ainda gostava de referir-se às suas viagens em companhia do Pe. Gattone: "Difícil e cheia de privações era a nossa vida", dizia. E concluía: "Ainda assim, era uma vida bonita".

Nesse meio tempo, a área urbana de Gaspar tornou-se animada. Carlos Procópio Hoeschl adquiriu, do Dr. Blumenau, alguns lotes, e fundou a primeira casa comercial. José Händchen mudou-se, da margem esquerda do Itajaí, para a área urbana, onde instalou uma ferraria. Mais tarde, seu sócio Gral comprou-a e, por sua vez, vendeu-a a Wehmut. Antônio Deschamps, casado com Cecília Altenburg, e pai de 7 rapazes e 7 meninas, mantinha, em Gaspar, uma hospedaria, e que agora passou a casa de comércio do Sr. Gaertner, já sucedido por João Deschamps.

Poço Fundo também já estava povoado. As famílias Händchen e

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Die Unterhaltung nach dem Gottesdienste war daher auch anregend, tröstend und erbauend. Noch im hohem Alter erzählte Johann Kormann gerne von seinen Reisen mit P. Gattone. "Schwierig und reich an Entbehrungen war unser damaliges Leben", sagte er, "aber schön war es doch".

Der Stadtplatz am Gaspar hatte inzwischen Leben bekommen. Karl Prokopio Hoeschl erwarb vom Dr. Blumenau einige Grundstücke und richtete das erste Geschäftshaus ein. Joseph Händchen verzog vom linken Flussufer des Itajahy und kam zum Stadtplatz, woselbst er seine Schmiede betrieb. Sein Geselle Gral kaufte sie ihm später ab und durch diesen ging sie an Wehmut über. Anton Deschamps, verheiratet mit Cecilie Altenburg, Vater von 7 Knaben und 7 Mädchen, betrieb bei Gaspar eine Gastwirtschaft (jetzt Geschäftshaus von Gaertner). Sein Nachfolger wurde Johann Dechams.

Der Poço Grande war auch schon bewohnt. Die Familien. Händchen und Schmitt hatten ihre schon früher angekauften Ländereien bezogen. Zimmermann, Sprengler und andere von S. Pedro d'Alcantara waren hier ansässig geworden. Von dort wurde bald eine Reitpikade nach Gaspar angelegt, die in den Weg zum Stadtplatz Blumenau mündete. An dieser Strasse wohnten bei Gaspar die Familien Schramm, Johann Schneider und Vater Theis; bei der grossen Figueira (dem krausen Baum) Reitz, Nikolaus Deschamps Vater und Sohn; etwa halbwegs Blumenau Peter Deschamps und Altenburg, bei der Capim-Volta Peter Lukas und Peter Wagner. Auf der linken Flusseite hatten sich angesiedelt Georg Wagner, Peter Rausch, Johann Klocker, Mathias Berens, Anton Rinkes, Peter Junk und Jakob Theis.

Bei und unterhalb Gaspar wohnten Bento Dias, der Major José Henrique Flores, Simplicio, Manoel und José Rabello, Joachin Alves, Luiz Dias de Arzão und Antonio Teixeira. Die meisten von allen diesen wohnten daselbst schon 10 und mehr Jahre.

Als die alte Kapelle baufällig wurde, dachte man nicht daran, sie auszubessern. Am Stadtplatz Gaspar sollte auf dem Kirchenland ein neues, grösseres Kirchlein erstehen. Gegen Ende 1865 nahmen die Arbeiten ihren Anfang. Der Abhang zum Itajahy hin wurde abgeholzt und das brauchbare Material zu Brettern und Balken verwandt. Auf der Höhe des Berges grub man die Erde weg und stellte einen ebenen Platz her. Der Neubau nahm

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Schmitt passaram a ocupar os seus já anteriormente adquiridos terrenos. Zimmermann, Spengler e outros de São Pedro de Alcântara aqui já residiam. A partir daqui, foi-se abrindo uma picada para viagens a cavalo, até Gaspar, de onde seguia o caminho até a área urbana de Blumenau.

Ao longo dessa estrada residiam, em Gaspar, as famílias Schramm, João Schneider e Vater Theis; na Grande Figueira: Reitz, Nicolau Deschamps (pai e filho). Mais ou menos a meio caminho para Blumenau: Pedro Deschamps e Altenburg; em Capim-Volta: Pedro Lukas e Pedro Wagner. À margem esquerda do rio, haviam fixado residência Jorge Wagner, Pedro Rausch, João Klocker, Matias Berens, Antônio Rinkes, Pedro Junk e Jacó Theis.

Em Gaspar, porém mais abaixo, havia os seguintes moradores: Bento Dias, Major José Henrique Flores [com dezenas de escravos], Simplício, Manoel e José Rabello, Joaquim Alves, Luiz Dias de Arzão e Antônio Teixeira. Destes, a maioria lá já residia há 10 ou mais anos.

Quando a velha Capela começou a desmoronar, não se cogitava em reformá-la. Na área urbana de Gaspar, no terreno da Igreja, deveria construir-se uma igrejinha nova e maior. Lá pelo fim de 1865, tiveram início os trabalhos. A ladeira para o Itajaí foi desmatada, e do material utilizável, foram serradas tábuas e barrotes. Na altura do morro, fez-se terraplanagem. A nova construção foi progredindo sempre mais.

Aos 21 de maio de 1868, Pe. Gattone celebrou, pela última vez, a santa missa na antiga Capela. A seguir, *viajou para Brusque.* Mas com a promessa de voltar para a festa de São Pedro e São Paulo, a fim de inaugurar a nova Capela. Quando voltou, estava tudo pronto: a construção com estrutura de madeira e paredes de barro na proporção de 30 x 69 palmos de comprimento; coberta com tabuinhas, tendo na frente uma torre, e na parede dos fundos, uma sacristia. A festa transcorreu bonita, e a procissão foi maravilhosa.

O número de estranhos na festa aumentara de modo considerável. Pela primeira vez, também se adotara para a festa "juiz e juíza", bem como os "mordomos". Eis alguns dos primeiros: Henrique Schöpping e Ana Schmitt, Carlos Höschl e Sra. Schramm, Pedro Deschamps e Sra. Spengler, Miguel e Ana Schmitt.

Juiz e Juíza encarregaram a família Schramm da ornamentação da

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

dann einen stetigen Fortschritt.

Am 21. Mai 1867 feierte P. Gattone zum letzten Male die hl. Messe in der alten Kapelle. Er reiste nun nach Brusque ab mit dem Versprechen, am Feste der Apostel Petrus und Paulus die neue Kapelle einzuweihen. Als er zurückkehrte, war alles fertig: der Bau aus Holzgerüst und Lehmwänden 30 zu 69 Palmen lang, mit Holzschindeln gedeckt, an der Front mit einem Turm versehen, an der Rückwand eine Sakristei. Das Fest verlief schön, die Prozession war grossartig.

Die Zahl der Fremden hatte sich bedeutend gesteigert. Nun hatte man auch zum ersten Male Juiz und Juiza für das Fest und die mordômos bestellt. Einige der ersten waren Heinrich Schöpping und Anna Schmitt, Karl Höschl und Frau Schramm, Peter Deschamps und Frau Spengler, Michel und Anna Schmitt.

Juiz und Juiza übertrugen der Familie Schramm das Schmücken der Kapelle für das Fest und bezahlten die notwendigen Auslagen. Die Sänger für das Hochamt stellte die Familie Schramm. Hermann Rüdiger kam mit seinen Musikanten von Blumenau und belebte das Fest.

Nach der Prozession nahmen der Pater, Juiz und Juiza, die Sänger und Musikanten bei Höschl ihr Mittagsmahl ein; vor dem Hochamt erhielten sie Kaffee. Die Unkosten wurden von Juiz und Juiza getragen. Diese Feste in alter Zeit sollen die schönsten und gemütlichsten gewesen sein. Alles Volk war zufrieden mit dem einfachen Genuss, der geboten wurde.

Mit diesem feierlichen Petersfest hörte die Wirksamkeit des P. Gattone für Gaspar und Blumenau auf. Sein Arbeitsfeld war nun Brusque, zeitweilig Itajahy; er kam sogar als Seesolger nach Laguna.

Die Leute am Gaspar und Belchior, die mit ihm näher verkehren konnten, bewahrten ihm ein edles Gedenken. Sie verdankten ihm unbeschreiblich viel. Er hat unter ihnen ein Leben der Armut und Entbehrung geführt.

Gleich im Anfang seiner Virksamkeit suchte er die Erstkommunikanten zu sammeln und zu unterrichten. Er bekam 40 Jünglige und Jungfrauen im Alter von 12 bis 30 Jahren, alle in der Wildnis gross geworden. Mit Geduld und Geschick führte er sie in die Kenntnis der religiösen Wahrheiten ein und wusste Güte mit Strenge zu paaren. Ein gar zu ungeschliffener Schüler erhielt die verdiente Zurechtweisung oder auch

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Capela para a festa, e pagaram as necessárias despesas. Os cantores da festa foram providenciados pela família Schramm. Germano Rüdiger viera de Blumenau com os seus músicos, e animou a festa.

Após a procissão, o Padre, o Juiz e a Juíza, bem como os cantores e os músicos almoçaram na casa do Sr. Höschl, e antes da missa cantada receberam café. As despesas foram por conta do Juiz e da Juíza. Essas festas dos tempos antigos teriam sido as mais bonitas e cordiais. Todo mundo ficava satisfeito com o simples prazer que lhes era oferecido.

Com esta solene festa de São Pedro, Pe. Gattone encerrava as suas atividades em Gaspar e Blumenau. Seu campo de trabalho passava a ser *Brusque* e, temporariamente, Itajaí. Até chegou a exercer o pastoreio em Laguna.

Os fiéis de Gaspar e Belchior, que com ele privaram mais de perto -, guardavam dele mui grata e nobre recordação. Deviam-lhe indescritivelmente muito. Viveu entre eles uma vida de pobreza e privações.

Logo no começo de suas atividades, Pe. Gattone procurou reunir e catequizar os neocomungantes. Foram ao todo 40 rapazes e meninas, numa idade que ia dos 12 aos 30 anos, pois cresceram na selva. Com paciência e com jeito, ele os levava ao conhecimento das verdades religiosas. Também sabia dosar bondade com rigor. Quando um aluno fosse demasiado malcomportado, recebia a merecida repreensão. Para estimular a uma repentina atenção, também se servia de uma pancada com o livro.

A celebração dessa Primeira Comunhão passou a ser uma festa impressionante. Todos, sem exceção, e o coração cheio de fé, renovaram as promessas do Batismo. Depois disso, Pe. Gattone levou os seus neocomungantes à casa de Nicolau Deschamps, que lhes ofereceu a merenda.

Por esse tempo, o Vigário também abriu uma escola, que só teve a duração de dois meses. É que ele estava doentio e fraco, e o excesso de trabalho provocou-lhe hemorragia. Foi-lhe necessário, pois, interromper essa atividade.

Doença que também lhe valeu uma longa e enérgica reprimenda da esposa de Nicolau Deschamps. Porquanto, camareira do Padre, ela notou que a sua cama permanecia intacta. No começo, a camareira não se atrevia a falar. Agora, porém, fez-lhe várias interrogações. Queria saber como ele

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

als plötzliche Anregung zur Aufmerksamkeit einen Schlag mit dem Buch.

Die Feier dieser ersten h. Kommunion gestaltete sich zu einem eindrucksvollen Feste. Alle ohne Ausnahme machten gläubigen Herzens die Erneuerung der Taufgelübde. Nachher nahm P. Gattone seine Erstkommunikanten mit zum Hause des Nikolaus Deschamps, der ihnen das Frünstück auftischte.

In dieser Zeit eröffnete der Pfarrer auch eine Schule. Jedoch nur für zwei Monate. Er war nämlich kränklich und schwach, und die Überanstrengung bewirkte bei ihm einen Blutsturz. Er musste also diese Tätigkeit einstellen.

Diese seine Erkrankung brachte ihm auch eine lange und energische Mahnrede seitens der Frau Nikolaus Deschamps ein, die ihm sein Zimmer herrichtete. Sie hatte nämlich das Bettzimmer unberührt gefunden, wagte aber anfangs nichts zu sagen. Nun aber setzte sie ihm mit Fragen zu, wie er seinen Schlaf zubringe. So erfuhr sie, dass P. Gattone den Fussboden zu seinen Lager und ein Buch zum Kopfkissen benutzte. Die Folge der gründlichen Gardinenpredigt war, dass der Pfarrer sich besserte und zu seiner wohlverdienten Ruhe das ihm zugewiesene Bett benutzte. (Wenn alle Ehemänner die berechtigten Gardinenpredigten ihrer Frauen pünktlich befolgen würden, stände manches besser im Haushalt!)

In den 6 Jahren seiner Wirksamkeit am Belchior richtete P. Gattone es einmal so ein, dass er zwei Monate ohne Unterbrechung dort blieb. Nur Krankenbesuche machte er nach ausserhalb. Die Zeit benutzte er zur Vobereitung der Erstkommunikanten, zur Belebung des Sakramentenempfanges und Abhaltung von Missionspredigten.

Inniges Mitgefühl brachte er den Kranken entgegen. Am 9. April 1866 hatte er die Heirat von Peter Schmitt und Anna Händchen eingesegnet. Im folgenden Jahre wurde die Junge Frau sterbenskrank. Der Dr. Knoblauch von Blumenau erschöpfte mit allem Eifer seine ärztliche Kunst; aber die Frau blieb mehrere Tage ohne Bewusstsein. P. Gattone kam und spendete die h. Öhlung. Dann sagte er zu den Umstehenden: "Hier muss der liebe Gott eingreifen. Die Mutter von der Immerwährenden Hilfe möge für die Kranke bitten. Wir alle wollen sie anrufen jeden Tag bis die Kranke wieder besser ist. Dann will ich zum Danke eine h. Messe, zu Ehren der Mutter Gottes, lesen. Und dazu müsst ihr alle kommen".

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

dormia. E ficou sabendo que o assoalho servia-lhe de leito, e um livro, de travesseiro. O corajoso sermão da Sra. Deschamps fez com que o Vigário se corrigisse e que, para o seu bem merecido repouso, dormisse na cama posta à sua disposição. (Se todos os maridos aceitassem, com presteza, os justificáveis sermões de suas esposas, muita coisa iria melhorar no governo da casa!).

Nos 6 anos de suas atividades em Belchior, Pe. Gattone as planejou assim: durante dois meses seguidos, ficaria na sede. Só visitas a doentes o levariam para fora. Tempo que ele aplicava na preparação dos neocomungantes, na animação da recepção dos sacramentos e na pregação de santas missões. Tinha muito carinho para com os doentes. Aos 9 de abril de 1866, ele fez o casamento de Pedro Schmitt e Ana Händchen. No ano seguinte, a jovem esposa adoeceu gravemente. Dr. Knoblauch, de Blumenau, aplicou-lhe com dedicação total a sua arte médica. Mas a mulher continuava inconsciente, já fazia vários dias. Pe. Gattone veio visitá-la e lhe administrou a Unção dos Enfermos. A seguir, assim falou aos circunstantes: "Neste caso, só com a intervenção do próprio Deus. Que a Mãe do Perpétuo Socorro rogue pela enferma. Queremos, todos nós, invocá-la diariamente, até melhorar. Depois disso, quero, em agradecimento, rezar uma santa missa em honra à Mãe de Deus. E para este ato, vocês devem comparecer todos".

Tal confiança não ficaria sem recompensa. Todos cumpriram a sua promessa. O bom Deus ajudou, e a assistência à santa missa foi igual a um dia de festa. E após 64 anos, a enferma de outrora ainda vive. Foi ela quem me contou a maior parte do aqui narrado sobre o bom Pe. Gattone.

Seria interessante se também em Brusque fosse possível encontrar uma vovozinha semelhante, capaz de narrar sobre a atuação do piedoso Vigário nos anos 1867-1882. Quem poderia candidatar-se?

Na área urbana de Brusque, mas no terreno da Igreja, Pe. Gattone providenciou a construção de uma Capela. Em 1873, houve o lançamento da pedra fundamental da grande Igreja Paroquial. No ano de 1877, já procedeu à sua inauguração. Uma obra que testemunha a competência do arquiteto A. Bruns e a do mestre de obras Lübke.

Pe. Gattone conseguiu trazer o conceituado professor Brand para Brusque. Ele tinha sido professor particular junto às famílias Schmitt e Händchen, no Poço Grande. Exerceu, por 11 anos, e com fidelidade, suas

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Dies Vertrauen blieb nicht unbelohnt. Alle haben ihr Versprechen gehalten, der liebe Gott hat geholfen und die h. Messe war besucht wie an einem Festtag. Und die damalige Kranke lebt heute noch, nach 64 Jahren und hat von all dem Vorstehenden das Meiste erzählt uber den guten P. Gattone.

Nun wäre es schön, wenn auch in Brusque eine solche Grossmutter anzutreffen wäre, die berichten könnte von dem Wirken des frommen Pfarrers aus den Jahren 1867-1882. Wer meldet sich?

P. Gattone liess am Stadtplatz Brusque auf dem Kirchenland eine Kapelle erbauen; 1873 konnte er den Grundstein legen zur grossen Pfarrkirche und 1877 sie einweihen. Sie gibt dem Baumeister A. Bruns und dem Maurermeister Lübke ein schönes Zeugnis ihrer Tüchtigkeit.

Den geschätzten Lehrer Brand hat P. Gattone nach Brusque berufen, der Hauslehrer bei den Familien Schmitt und Händchen em Poço Grande gewesen war, und nun 11 Jahre treu am neuen Pfarrsitz wirkte.

Im Jahre 1882 erhielt P. Canarini die Ernennung zum Pfarrer von Brusque. P. Gattone wurde nach Rio de Janeiro berufen, wo er bald wiederum hohe Achtung genoss. Er wirkte am grossen Hospital Santa Casa da Misericordia, auch mit Monsenhor Molina in der Pfarrei da Gloria. Zuletzt wohnte er im Franziskanerkloster Sto. Antonio. Abgearbeitet, alt und krank begab er sich von dort in das Hospital Gambôa, woselbst er am 28. Januar 1901 sanft verschied. Der P. Chrysolugus Kampmann, ofm hat ihm im Tode beigestanden; er sangte von ihm: "P. Gattone war ein Priester nach dem Herzen Gottes"!

[Bemerkung: Alle Daten und näheren Angaben sind der Chronik über Gaspar entnommen, die P. Leonard Stock, ofm mit aussergewöhnlichem Fleisse zusammengestellt hat. Ihm sei dafür aufrichtiger Dank].

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

atividades na nova Sede Paroquial.

No ano de 1882, foi nomeado Vigário de Brusque o Pe. Ganarini. Pe. Gattone foi transferido para o Rio de Janeiro. Muito em breve, chegou a desfrutar também lá de elevada estima. Atuava no grande hospital Santa Casa da Misericórdia e, com Monsenhor Molina, na Paróquia da Glória. Ultimamente, esteve hospedado no Convento Franciscano de Santo Antônio. Já extenuado, idoso e doente, passou para o Hospital Gamboa. Ali ocorreu, aos 28 de janeiro, o seu tranqüilo falecimento. Pe. Crisólogo Kampmann ofm, que o assistira na hora derradeira, assim a ele se referiu: "Pe. Gattone foi um Sacerdote segundo o Coração de Deus".*

***Observação do Tradutor*. Até aqui, escreveu o Padre S. Schaette ofm. A 1º de abril de 1956, *escrevi algo mais sobre Pe. Gattone em Brusque*. Daí, a transcrição dos seguintes tópicos:**

1ª *Igreja* - Brusque tinha agora o "seu" Sacerdote. Um dos seus primeiros cuidados foi a construção da primeira igreja na "Sede da Colônia". Ergueram-na no mesmo local ocupado, no presente, pela Casa Paroquial[1]. Era de madeira. Servia muito bem. Contudo, certo domingo, durante a santa missa, deu-se um "krach" descomunal, isto é, a igreja sofreu forte abalo, ameaçando desabar. Causou grande pânico. Os fiéis se precipitaram para fora pelas portas e janelas. Não oferecendo mais garantias à vida, resolveram suspender, em definitivo, as funções religiosas nesta igreja, exercidas, desde então, na escola, sita onde atualmente se acha localizada a Prefeitura Municipal. Tais vicissitudes deram asa a que surgisse uma arrojada iniciativa[2].

O Mais Belo Templo - Na verdade, era mister por cobro a tal situação precária. Tanto mais que pela Lei nº 693, de 31 de julho de 1873, a Colônia fora "elevada a Freguesia"[3], Paróquia, com a denominação de "São Luiz Gonzaga", em homenagem ao dinâmico diretor, Dr. Luiz Betim Paes Leme[4]. Passou a fazer parte da nova Freguesia, a turbulenta Colônia Príncipe D.Pedro.

Tal como em outros setores, também no da Religião se fez sentir

---

* *Observação do Autor:* Todas as datas e informações mais detalhadas foram tomadas da *Crônica sobre Gaspar*, escrita, com muita dedicação, pelo Pe. Leonardo Stock, ofm. A ele, os nossos sinceros agradecimentos.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

atividades na nova Sede Paroquial.

No ano de 1882, foi nomeado Vigário de Brusque o Pe. Ganarini. Pe. Gattone foi transferido para o Rio de Janeiro. Muito em breve, chegou a desfrutar também lá de elevada estima. Atuava no grande hospital Santa Casa da Misericórdia e, com Monsenhor Molina, na Paróquia da Glória. Ultimamente, esteve hospedado no Convento Franciscano de Santo Antônio. Já extenuado, idoso e doente, passou para o Hospital Gamboa. Ali ocorreu, aos 28 de janeiro, o seu tranqüilo falecimento. Pe. Crisólogo Kampmann ofm, que o assistira na hora derradeira, assim a ele se referiu: "Pe. Gattone foi um Sacerdote segundo o Coração de Deus".*

***Observação do Tradutor*. Até aqui, escreveu o Padre S. Schaette ofm. A 1º de abril de 1956, *escrevi algo mais sobre Pe. Gattone em Brusque*. Daí, a transcrição dos seguintes tópicos:**

1ª *Igreja* - Brusque tinha agora o "seu" Sacerdote. Um dos seus primeiros cuidados foi a construção da primeira igreja na "Sede da Colônia". Ergueram-na no mesmo local ocupado, no presente, pela Casa Paroquial[1]. Era de madeira. Servia muito bem. Contudo, certo domingo, durante a santa missa, deu-se um "krach" descomunal, isto é, a igreja sofreu forte abalo, ameaçando desabar. Causou grande pânico. Os fiéis se precipitaram para fora pelas portas e janelas. Não oferecendo mais garantias à vida, resolveram suspender, em definitivo, as funções religiosas nesta igreja, exercidas, desde então, na escola, sita onde atualmente se acha localizada a Prefeitura Municipal. Tais vicissitudes deram asa a que surgisse uma arrojada iniciativa[2].

O Mais Belo Templo - Na verdade, era mister por cobro a tal situação precária. Tanto mais que pela Lei nº 693, de 31 de julho de 1873, a Colônia fora "elevada a Freguesia"[3], Paróquia, com a denominação de "São Luiz Gonzaga", em homenagem ao dinâmico diretor, Dr. Luiz Betim Paes Leme[4]. Passou a fazer parte da nova Freguesia, a turbulenta Colônia Príncipe D.Pedro.

Tal como em outros setores, também no da Religião se fez sentir

---

* *Observação do Autor:* Todas as datas e informações mais detalhadas foram tomadas da *Crônica sobre Gaspar*, escrita, com muita dedicação, pelo Pe. Leonardo Stock, ofm. A ele, os nossos sinceros agradecimentos.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

consideravelmente a atividade benfazeja deste impulsionador do progresso de Brusque, pois à sua iniciativa e apoio devem os católicos a nova Igreja[5], se bem que, em grande parte, custeada pelo Governo Imperial[6]. As obras, iniciadas "... em 21 de junho de 1874, com o lançamento e bênção da pedra fundamental"[7], tiveram sua ultimação em 1877, "sendo neste mesmo ano inaugurada"[8] a Casa de Deus.

A bênção, assim da pedra fundamental como da igreja, foi realizada, com autorização especial, pelo Vigário Padre Gattone[7/ 8]. De tijolos, coberta de telhas, em estilo gótico, media, sem o presbitério, 20 metros de comprimento por 16 de largura. À entrada, erguia-se uma torre com 25 metros de altura. No alto da mesma, instalou-se o relógio doado por D. Pedro II, ainda em ótimas condições. Note-se, de passagem, que a armação para os sinos quase custou a vida de um trabalhador italiano. Caindo torre abaixo, teve a ventura de encontrar um monte de areia, do qual saiu ileso.

Dois renques de álacres palmeiras ladeavam o caminho para o novo templo, situado na esplanada da colina. O prédio mais abaixo era a primitiva casa paroquial. Trata-se, em suma, do seguinte: de uma Igreja, para aqueles tempos, espaçosa e até artística, a ponto de haver sido considerada, nos primeiros anos, como "...o mais belo templo do Estado de Santa Catarina"[9]. E como "a obra louva o artífice", bem merecem registrados os nomes de A. Bruns e Luebke, respectivamente, construtor e mestre de obras[10]. E o Sr. Diretor da Freguesia faz jus à qualificação de "homem benemérito" (11), que lhe foi dado pelo Pe. Gattone.

E quem quiser olhar, há de por força reconhecer que assim também merece qualificado aquele que foi o Diretor Espiritual de Brusque-Colônia, de Brusque-Freguesia, de Brusque-Vila! Abandonara os seus, a pátria, o conforto da civilização, para se embrenhar pelas matas virgens do vale do Rio Itajaí, e abraçar, por 22 longos anos, uma vida cheia de privações, "de árduos trabalhos" e, em breve, também, "de saúde combalida..."[12], e tudo isto unicamente, para servir o próximo. Principalmente naquilo que lhe é fundamental na vida, a religião: conforto insuperável, alma das almas.

Dedicava-se, além disto, ao magistério. Logo que fixou residência em Brusque, foi incumbido da direção da Escola Pública Primaria, seção masculina. E o Presidente da Província, no relatório de 1868, manifesta-se mui satisfeito com a atividade do Padre, quando escreve: "Dedica-se

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

grandemente, assim às coisas da religião como às da educação"[13]. Uma das vias urbanas de Brusque mais bem denominadas é a que leva seu nome: "Rua Padre Gattone"[14].

Notas do acréscimo:

[1] "Festschrift zum 50 Stiftungsfest des Schützen-Vereins" -Brusque, citado.

[2] Dna. Ana Erdtal Kohler, mencionada. A Sra. sua mãe, Dna Florentina Schalik Erdtal também viveu aqueles momentos de angústia.

[3] Documento da Pedra Fundamental, por Luiz Betim Paes Leme.

[4] 1º Livro do Tombo, fl. l; nota: "descendente do engenheiro alemão Gerhardt Bettink, o qual, em 1600, tinha trabalhado proficuamente na direção de minas no Brasil" (De "Os Alemães nos Estados do Paraná e Santa Catarina"), 1829/1929, p.222.

[5] Documento da Pedra Fundamental, por Padre Gattone.

[6] "A Arquidiocese de Florianópolis", 1951, p. 38.

[7] Documento citado.

[8] "Fundação de Brusque" - 1922- Pe. Germando Brand scj. Arquivo Paroquial. Pe. Eising dá como ano da bênção da igreja o de 1882.

[9] "Deutschtum und Ausland" 2º vl.: "Auslanddeutschtum und Kirche", p. 192.

[10] "Festschrlft zum 50 Stiftungsfest...", citado; "Der Wegweiser".

[11] Documento citado.

[12] Observação por ele feita, de próprio punho, em alemão, no lº Livro de Batizados, e espontaneamente confirmado por Dna. Anna Erdtal Kohler, mencionada.

[13] Traduzido do texto alemão "Die Kolonie Zeitung"- Joinvile - 2 de maio de 1868.

[14] Lei nº 20, assinada pelo Sr. Paulo Bianchini, prefeito, e o Sr. Lauro Müller, secretário, em 9 de novembro de 1948.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

'Nós e os outros'

Maria Aparecida Lemos de Oliveira e Silva[1]
Ancelmo Schörner[2]

Artigos

Migração e marginalidade no Loteamento Jardim Primavera (Gaspar/SC): 1989-2003

Em se tratando de uma cidade que se vê como 'A Cidade Coração do Vale', 'O Vale Europeu', 'composta por alemães e italianos' que promoveram o progresso, Gaspar certamente não tem lugar para pessoas procedentes de outras localidades. Por mais que a história da cidade deixe bem claro que a mesma sempre foi composta por (i)migrantes, desde o início da colonização, o que vale é a tecla do orgulho alemão ou italiano.

Por isso, nos propomos a desnaturalizar esta imagem dominante e revelar diferentes planos de símbolos, linguagens e discursos, planos estes que se combinam e sobrepõem nos espaços urbanos e nas relações sociais para construir a cidade, ou melhor, uma determinada imagem de cidade. (GARCIA, 1997: 12).

O que pensam muitas pessoas que escolheram Gaspar como local para morar, e como carregar sobre si uma imagem que não é sua? A tradição que alguns tentam incutir em quem chega à cidade, a cada dia soa como intransigência.

[1] Especialista em História Social e Ensino de História (CEUNI/INA/ISULPAR)
[2] Doutorando em História (UFSC)

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Este trabalho diz respeito aos contingentes migratórios que residem no Loteamento Jardim Primavera – doravante Jardim Primavera –, antes conhecido como Favela da Marinha Um e Dois, localizado no Bairro Bela Vista, município de Gaspar, no período entre 1989-2002. Esse período se justifica pelo fato de que representa duas ocupações ocorridas na localidade, conforme veremos abaixo.

A área foi ocupada por estes migrantes, em sua maioria vindos do Oeste de Santa Catarina (Xanxerê, Xaxin e São Miguel do Oeste etc.), o que nos causou surpresa, pois no bairro muitos os vêem como paranaenses. Na verdade, dos entrevistados apenas 7% (2) são do Paraná, 10% (3) são do Vale do Itajaí, e 17% (5) de outras regiões e Estados. Está dividida em duas partes. A primeira era administrada pelo MIR (Ministério da Integração Regional), DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), Marinha do Brasil e uma parte pequena era destinada à área verde. Estas terras foram desapropriadas para a passagem da dragagem do Rio Itajaí-Açu na década de 1980. A segunda é uma área que pertence a particular – a Massa Falida do Banco Econômico – e foi ocupada por migrantes em 2002.

> É assim, nós tínhamos uns amigos nossos que vieram para Blumenau, lá no morro da Edite, e daí era muito famoso Blumenau, meu marido e meu pai vieram para cá trabalhar umas 5, 6 vezes, faziam jardinagem e iam para casa e levavam dinheiro, então valia a pena vir trabalhar para cá. Daí chegou à conclusão de meu pai vir morar pra cá, meu pai veio dois meses antes comprou, terreno aqui, meu marido veio e comprou do lado (C. A. A., entrevista a Maria Aparecida Lemos em 10/10/2005).

Segundo Camarano (1991:1), examinar os processos migratórios sob a ótica das transformações sócio-econômicas que os determinam é importante, mas insuficiente. A migração é um recurso que se encontra à disposição dos indivíduos na organização de suas vidas: ela não pode ser encarada como o simples e passivo resultado de fatores objetivos que a determinam de maneira inelutável, mas também como produto de uma decisão. Portanto, a decisão de migrar nem sempre está ligada a fatores econômicos propriamente ditos. Isto é, é possível identificar que os fatores motivadores para a migração são diversos: más condições de vida no campo, falta de terra, busca de lugares onde se possa estudar, conseguir empregos melhores etc.

O Vale do Itajaí, onde está localizado o município de Gaspar, no

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

início de sua história representou a localidade ideal para uma migração interna fazer uso de suas terras para a prática da agricultura. Na medida em que a região foi desenvolvendo, a população local passou a criar mecanismos que garantissem a produção de pelo menos parte daquilo que necessitavam. A produção têxtil foi uma das saídas para a grande leva de (i)migrantes que para cá vieram. Aos poucos, o Vale foi crescendo e deixou de ser apenas terra fértil para a agricultura, tornando-se uma região industrializada, atraindo migrantes das diversas regiões do Estado e do País.

Nas últimas décadas, Santa Catarina vem apresentando um acentuado êxodo rural, responsável pelo aumento das populações urbanas, e uma escassa absorção da população migrante pela 'economia urbana'. A conseqüência deste processo tem sido o aumento do contingente populacional econômico e socialmente marginalizado, acompanhado do acirramento dos conflitos por terra, especialmente na região Oeste do Estado (SILVA, 2003: 7).

Segundo Silva (2003: 7), a relação imediata que se estabelece entre o êxodo rural e a emergência de conflitos por terra geram a necessidade de se investigar e lançar questões sobre alguns fatores percebidos como relevantes para a compreensão do movimento migratório da população rural no Oeste catarinense. O pressuposto é de que alterações sócio-econômicas concretas levam uma população (direta ou indiretamente) a se colocar em movimento e que a sua direção é condicionada pelas possibilidades, reais ou não, de conseguir alguma melhoria da qualidade de vida.

Conforme Durham (1984: 145), para o trabalhador rural, a migração se apresenta como uma tentativa de melhorar de vida, isto é de restabelecer em nível mais alto, o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração de trabalho. Assim como a migração é motivada por insatisfações que são sentidas, sobretudo na esfera econômica, é a possibilidade de vir a obter uma colocação satisfatória, isto é, que preencha ou venha a preencher, pelo menos em parte, as aspirações do migrante, que condiciona todo o processo de integração na zona urbana ou determinada contrário, o retorno à vida rural.

Durante a pesquisa foram entrevistadas 30 pessoas através de questionário aberto. Os dados nos revelaram que a maioria, 66% (20), são migrantes vindos do Oeste de Santa Catarina. Isso foi uma surpresa, pois

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

sempre que ouvíamos falar da 'Favela da Marinha' soavam-nos irônicos, pois para muitos a região era habitada por paranaenses, daqueles 'que gostam de brigas, de puxar o facão e de confusões'. É interessante observar que quando perguntados sobre sua trajetória migratória, os mesmos 66% revelaram que vieram direto para o Jardim Primavera.

Silva (2003) mostra que o Oeste de Santa Catarina, que antes era almejado por imigrantes alemães, por exemplo, hoje passa por crises na agricultura, contribuindo para a migração. Observa-se nesta região que o modelo de desenvolvimento agrícola não cumpriu o seu papel de promotor do desenvolvimento rural, ocorrendo nos últimos anos uma radicalização tanto dos seus pressupostos quanto dos seus impactos, o que tem levado a se repensar o espaço rural em seu conjunto. É nesse contexto que se insere a reflexão sobre a migração rural no oeste catarinense, a qual não é uma simples contrapartida do desenvolvimento, cuja tendência natural seria o próprio esgotamento.

Para o mesmo autor, a desruralização ou, ainda, o esvaziamento social e econômico do meio rural oestino tem-se constituído num processo que vem ameaçando o próprio desenvolvimento sócio-econômico da região.

> A população urbana cresceu a uma taxa média de 4,16% ao ano, superando significativamente a média estadual, que foi de 3,69% ao ano. Ao mesmo tempo e como parte do mesmo processo, a população rural apresentou uma taxa negativa de crescimento de 1,19%, contra 0,90% para o estado. Nesse período, a região experimentou um intenso êxodo rural, devido particularmente aos impactos da 'modernização agrícola' sobre a agricultura familiar (SILVA, 2003: 10ss).

Dos 30 entrevistados, 90% (27) deles viviam de uma economia de subsistência, e apenas 7% (3) ganhavam mais que dois salários mínimos por família, o que estimulou o deslocamento para outras regiões. Em seus relatos foi possível observar que trabalhavam como agricultores em terras que eram arrendadas, ou em sistemas de meeiros, onde ficavam com a metade daquilo que produziam, quando produziam, a outra metade ficavam com o dono das terras. Neste caso, o trabalhador tinha que arcar com as despesas do plantio, sendo que muitas vezes pouco sobrava para alimentar a família, como nos mostra essa moradora.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

> Nós não tinha terra, nós era arrendatários. O dono da terra dava a terra, os bois combinavam e a gente dava a terça parte isso se ele desse tudo. Se dividido, a metade era pra ele e a outra metade é para nós. Só que quando a gente ia colher tudo, a metade era do dono e o resto era para pagar as despesas, nunca sobrava nada. (C. A. A.).

Os dados obtidos nas entrevistas deixam claro que as oportunidades no local de origem eram as mais simples possíveis: 54% (16) eram agricultores; 33% (10) tinham outras profissões e 13% (4) estavam aposentados. Neste exemplo observa-se que quando não trabalhavam na agricultura nos moldes acima descritos, eram aposentados, ou ocupavam profissões pouco remuneradas, como mecânico, cozinheira, doméstica e merendeira.

A pesquisa revelou que a situação econômica destes migrantes em Gaspar é a seguinte: 17% (5) recebem até um salário mínimo; 50% (15) recebem até dois salários mínimos; 20% (6) recebem até três salários mínimos; e 13% (4) não responderam. Comparando esses dados com aqueles que vimos acima é possível notar uma pequena diferença do ponto de vista econômico, ou seja, uma melhora na renda familiar dos migrantes residentes em Gaspar.

Jardim Primavera: a marginalização (in)visível

Atualmente Gaspar possui uma área de 393 km² e é dividida entre margem direita e margem esquerda, sendo que o Rio Itajaí-Açu serve como símbolo desta divisão. A principal atividade econômica é a produção têxtil, muito embora a agricultura, especialmente a plantação de arroz, ainda seja uma atividade de grande relevância.

Quadro 1 – População do Município de Gaspar- 1991-2000.

Ano	População urbana	População rural	Total
1991	23.364	12.248	35.612
1996	26.057	14.527	40.584
2000	29.585	16.792	46.377

Fonte: Censos Demográficos do IBGE – 1991-2000.

O terreno onde hoje está localizado o Jardim Primavera pertencia a uma família tradicional do Bairro Bela Vista, como nos explica uma pessoa entrevistada, ao dizer que "quem fez o loteamento foi o Sr. Bernardo Hostert, que hoje já é falecido. Estas terras eram todas legalizadas" (L. S., entrevista

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

concedida a Maria Aparecida Lemos em 05/10/2005).

O que se pretende enfatizar é que existia um loteamento organizado de acordo com as normas da prefeitura, onde lotes foram vendidos para famílias tradicionais do bairro. Segundo L. S. "moravam ali alguns da família Zimmermann, Beguerrauzen, Hostert (...). Era um loteamento bonito, tinha casas bonitas, grandes, algumas até com piscina". A senhora entrevistada fala com tristeza por morar numa localidade onde existe tanta pobreza. Neste sentido, podemos observar com que olhos os atuais moradores do loteamento são vistos. Sobre as famílias que compraram lotes onde hoje está localizado o Jardim Primavera, Soares (2005) nos trouxe a seguinte entrevista:

> Elizabete Hostert, que atualmente mora no Bairro Bateias, na divisa com Brusque, lembra com carinho da vida que levou no local. Elizabete foi morar na localidade quando se casou, em 1954. Naquela época, o local onde hoje estão os casebres era basicamente um pasto, onde viviam algumas cabeças de gado e também onde as famílias que lá moravam – no total eram nove – cultivavam alguns produtos para subsistência, como milho, aipim, araruta e fumo.

O início dos anos 1980 foi marcado por várias enchentes no Vale do Itajaí. Por isso o Estado de Santa Catarina, através de convênio com o governo federal resolveu realizar na região obras de dragagem no Rio Itajaí-Açu, para que o mesmo ficasse mais largo, fundo e recebesse paredões de concreto para evitar que as águas transbordassem. Para tal prevenção pensava-se também em construção de barragens para acumular a água da chuva, evitando assim acidentes como os registrados nas enchentes que marcaram a década de 1980.

O projeto de dragagem do rio chamava-se Eco-Itajaí. Em entrevista ao Jornal Cruzeiro do Vale (07/02/1992: 8), o então coordenador do projeto, Roberto Zimmermann, previa também a edificação de 'polders', pequenos diques ou represas de contenção, nos vários municípios do Vale e também nas cotas baixas, em toda a extensão do rio seriam erguidos muros naturais de proteção.

De acordo com depoimento de L. S., depois da desapropriação, estas famílias foram indenizadas, porque a obra de dragagem ia passar por ali. Eles foram indenizados e na época puderam tirar tudo: as aberturas, o madeiramento, a casa de madeira. Em seguida, o trator veio e demoliu tudo.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Segundo ela as obras do Eco-Itajaí, tiveram início em 1985, em Itajaí, e em Gaspar em 1987, depois parou por falta de verba.

O empurra-empurra entre Estado e governo federal fez com que o Eco-Itajaí não chegasse a ser executado em sua totalidade. Os dois órgãos que coordenaram a desapropriação das terras no Bairro Bela Vista, o DNOS e o MIR foram extintos no início da década de 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, o que tornou impossível a conclusão das obras no Rio Itajaí, ou seja, a parte que abrangia a região de Gaspar, onde hoje está localizado o Jardim Primavera.

O Jardim Primavera atualmente está composto por duas áreas que passaram por processos de invasões. Muitos conhecem a região como Favela da Marinha Um e Dois. A Marinha Um é uma localidade que foi ocupada por migrantes a partir de 1989 e que pertencia ao DNOS, MIR, a Marinha do Brasil e uma parte era definida como área verde. Como já foi citado, anteriormente, os dois primeiros órgãos foram extintos, sendo que as terras passaram a pertencer à União. Diante do descaso das autoridades, sobrou um terreno propício à ocupação. No caso do Jardim Primavera, ela foi resultado do oportunismo de alguns e da necessidade de muitos.

Em entrevista ao Cruzeiro do Vale, em outubro de 1990, a assessora do Planejamento da Prefeitura de Gaspar, Janete Beduschi, revelou que a ocupação ocorreu logo após a prefeitura efetuar a limpeza do terreno para os moradores do Bairro Bela Vista, que planejavam abrir um campo de futebol no local, tornando o ponto uma pequena área de lazer para os residentes no bairro.

As notícias de pessoas que na época moravam nas imediações da área abandonada pela dragagem apontam que o loteamento começou no final da década de 1980. De acordo com as entrevistas realizadas com os moradores mais antigos, a ocupação iniciou com Maurino Rangel, hoje falecido, que "pegou uma faixa grande de terra que ia até no rio e vendeu tudo. Ele era natural de Tijucas, mas já morava aqui em um terreno do outro lado do asfalto, num terreno da mãe de sua esposa, a Sr. Marlene" (L. S.).

De acordo com o depoimento, nem sempre havia a necessidade de ocupar as terras, e o que houve no caso de ambos foi uma mistura de necessidade com oportunismo, pois ocupar as terras porque não se tem onde

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

morar é uma coisa, e ocupar para tirar proveito da situação é outra. Quando falamos em tirar proveito da situação, sustentamos que isso é fazer uso de terras que não são suas para vender a terceiros, como relata uma moradora.

> Quando eu cheguei tinha 10 moradores, 11 com nós. Os nomes eu não me lembro muito, mas tinha o seu Flávio Vieira, tinha o genro dele que é Nilson Pinheiro, Pedro Pinheiro, Maurino Rangel, Gumercino Busa, Luiz Barbosa, Vitalino que foi quem vendeu o lote para nós aqui, ele e sua mãe, a dona Maria. O Vitalino e a mãe dele moravam juntos. (...) Ele fazia negócio com a gente. É assim foi dividido em quatro e ele era um dos que tinha o protocolo. O protocolo foi uma autorização que ele ganhou da Marinha para ele morar, e não para comercializar (C. A. A.).

Partindo da discussão entre o que é legal e ilegal, segundo as normas do Estado, Siebert (2000: 285-286) afirma que, de maneira geral, as cidades estão divididas entre os que se beneficiam do processo capitalista, que acumulam bens e ocupam o espaço urbano legal que é produzido dentro dos padrões urbanísticos oficiais, e os preteridos no processo de desenvolvimento desigual, os excluídos da acumulação de capital, que ocupam os espaços urbanos menos valorizados. Estes espaços são os com pior condição de acesso, localizados em áreas insalubres e de risco e não beneficiadas com infra-estrutura e serviços urbanos. Para ela, esta outra parte da cidade recebe diversas denominações, como favelas, loteamentos clandestinos, invasões, ocupação desordenada, focos de sub-moradias, guetos, assentamentos ilegais, entre outros.

Sobre os locais que são ocupados ilegalmente, Seibert (2000: 291) assim os classifica: *as invasões* (áreas nas quais a ocupação não se dá por iniciativa de seu proprietário), os *loteamentos clandestinos* (neste caso o proprietário vende os lotes sem conhecimento da prefeitura, sem projeto e infra-estrutura), os *loteamentos irregulares* (aqueles em que o proprietário vende os lotes sem aprovação final da prefeitura, sem infra-estrutura completa, mas com projeto encaminhado).

> Entra aqui o problema da discriminação sofrida por pessoas que, por diversos motivos, tiveram que ocupar terras que fogem dos padrões impostos pelo Estado, pela sociedade que se diz 'gasparense', onde este 'outro', seja migrante ou não, tem pouco valor. Tanto isso é verdade que uma entrevistada, indignada com o descaso que sofreu e sofre, revela que "Gaspar, infelizmente, é uma terra de coronel" (L. S.).

A segunda ocupação ocorreu em 2002, em uma área pertencente à

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Massa Falida do Banco Econômico. Nesta região moram pessoas que mudaram do barranco do rio Itajaí-Açu para escapar do perigo, outras são migrantes em sua maioria do Oeste de Santa Catarina. As duas localidades são vizinhas e apenas as estacas que demarcavam a parte que era pertencente ao Banco as separavam. Agora estas estacas deram lugar a barracos. Sobre a área dois apareceram várias informações nas entrevistas, como na de L. S:

"Esta invasão já vai fazer quatro anos. Vieram numa noite de madrugada, três, quatro horas da manhã mais ou menos, em 20 de dezembro de 2002, invadiram, cortaram os eucaliptos (...), derrubaram tudo e fizeram as casas. No outro dia ligamos para a prefeitura e disseram que não podiam fazer nada, e ficou por isso".

O Cruzeiro do Vale (05/01/2002: 8) noticiou esta ocupação no Bairro Bela Vista.

> Quando o Estado demora para chegar, ou mesmo quando não chega, a própria comunidade tem de resolver seus problemas. Foi assim no Jardim Primavera, a Marinha, como é mais conhecido. A Associação de Moradores do bairro organizou a invasão de um terreno, dentro do loteamento, de propriedade de um banco paulista. A invasão foi dividida em lotes de igual tamanho, com espaços reservados para as ruas e para uma creche. Através de sorteio, 13 famílias que viviam no barranco do rio, em uma área de alto risco, receberam lotes na área invadida. A Associação de Moradores, junto com a comunidade, assumiu a responsabilidade de não deixar que o barranco do rio voltasse a ser invadido. (...) a própria comunidade resolveu o problema de uma forma organizada.

A iniciativa foi ousada. Hoje alguns moradores da 'Marinha' criticam o presidente da Associação dos Moradores por ter liderado esta ocupação, pois as famílias assentadas ali não têm nenhuma estrutura, vivem o drama da insegurança, pois o Banco poderá pedir reintegração de posse a qualquer momento. Os interesses do jornal em denunciar o poder público pelo descaso para com as pessoas que vêm para Gaspar em busca de melhorar de vida, não ficaram claros. Contudo, ele procura justificar a ação dos moradores, que por não ter outra opção, ocuparam o terreno particular.

Em algumas entrevistas com os moradores do Jardim Primavera, alguns entendem a atitude do presidente como oportunista e que estava utilizando da situação porque pretendia se candidatar a vereador nas eleições

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

de 2004. Em outra edição do jornal (14/06/2002: 9), o presidente da Associação de Moradores dizia que

> O único compromisso dos 'invasores' é não vender os lotes pelos próximos cinco anos. 'Hoje, os moradores não têm medo de investir em suas casas', complementando que as pessoas deixaram a margem do rio para viver com dignidade. Segundo Casemiro, 80% dos moradores do loteamento tem emprego fixo. O restante, garante ele, trabalha como autônomo'.

Durante nossas visitas ao Jardim Primavera, ouvimos a seguinte frase: "O migrante pode ser bom, mas não é ótimo". A frase está relacionada com a fala de um morador que, ao relatar a situação de vida em Gaspar, sente que as oportunidades não são as mesmas para as pessoas que não nasceram na cidade ou não têm um sobrenome tradicional da região.

> Hoje o que vale é o nome e dinheiro, desde uma concorrência, licitação, por exemplo, até um concurso público, coisa parecida. Muitas vezes não vão atrás de uma qualificação e sim se você tem um bom sobrenome, uma boa estatura, ou quem sabe se você é uma pessoa que já tem linhagem, se você for um migrante então pode até ser bom, mas não ótimo, aí a dificuldade. (A. S., entrevista concedida a Maria Aparecida Lemos em 05/10/2005).

O que indaga este migrante é prática corrente em Gaspar. O sobrenome, a família e a região do município em que você reside conta muito na hora de conquistar o seu espaço. É por esses e outros motivos que o migrante acaba sendo vítima da marginalização. Os moradores do Jardim Primavera convivem com este problema desde que saíram de seu local de origem.

Ao chegar a Gaspar, o migrante encontra uma série de dificuldades, começando pela moradia. O depoimento a seguir nos mostra como uma migrante chegou ao Jardim Primavera.

> Quando a gente veio morar aqui, as casas eram arrodiadas de compensado, abria as latas, lonas até conseguir fazer a casinha. No nosso caso não, a gente já trouxe a madeira e um pouco da mudança em cima, tinha coisa que não cabia. Chegamos aqui e ficamos embaixo de uma lona até fazer a casa. Na época meu marido comprou o lote por R$ 400,00, ele pagou a vista. Negociou mais relógios, som (...) que eu não sei o valor. O que ele não esperava era tanto sofrimento. Era difícil porque não tinha luz, não tinha água. Então nós em 11 moradores pegava água de um poço só. Isso para lavar, tomar, pra cozinhar, pra tomar banho e pra tudo. (C. A. A.).

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Nos anos 1990, Gaspar começou a crescer de modo que não era esperado. A imagem que era passada da cidade, tanto pelas fontes bibliográficas quanto pelos de jornais e televisão, através de propagandas, e do próprio imaginário empreendedor germânico que foi atribuído ao vale, pode ser considerada responsável pela a grande leva de migrantes que vieram tentar melhorar de vida, mas em muitos casos acabaram caindo sobre a margem da pobreza e do descaso.

Neste período, o Cruzeiro do Vale (22/06/1990: 4) já apontava o crescimento da população de Gaspar, destacando o Bairro Bela Vista como o que mais crescia, conforme o fragmento da matéria abaixo.

> Cerca de 28 mil pessoas vivem atualmente na área urbana de Gaspar que apresenta um crescimento acima da média nacional. Em menos de quatro anos, a população cresceu de 18 mil para 28 mil habitantes atuais. O crescimento populacional se verificou principalmente nas camadas de baixa renda, formadas por migrantes do interior de Santa Catarina e mesmo de outros Estados, principalmente Paraná e Rio Grande do Sul. Isso criou graves problemas de moradia e subsistência, resultando daí outros problemas como saúde, promiscuidade, transporte, vadiagem e subalimentação. O bairro mais populoso é o Bela Vista, distante 8 quilômetros da cidade.

O jornal usava palavras pesadas para classificar a situação do migrante recém-chegado. Tinha-se a impressão de que os mesmos estariam vindo para pedir esmolas ao poder público, os colocando diante de humilhações, como se não bastasse estar vivendo sem água, luz, morando embaixo de uma lona.

65% (20) das famílias entrevistadas declararam que saíram do Oeste com o intuito de melhorar de vida, justificando sua vinda pela falta de emprego, acesso a serviços urbanos, falta de terra e salários baixos. Diante de tais números, segundo Siebert (2000: 289), a cidade passa a ser tentativa de materialização coletiva dos diversos sonhos individuais de seus moradores. Sonho de cidadania e sonho de consumo se confundem. O sonho da casa própria, o sonho de um bom emprego, o sonho de ser o seu próprio patrão. O sonho de dar a seus filhos uma vida melhor.

No entanto para uma significativa parcela da população, principalmente a formada pelo migrante, o sonho se torna um pesadelo, que se multiplica a cada dia devido às situações que vão surgindo numa sociedade que

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

parece não ter lugar para ele.

Ao longo da trajetória de marginalização do migrante, no Jardim Primavera, os problemas se agravavam na medida em que iam chegando mais pessoas; os terrenos eram vendidos por preços acessíveis, o que atraía mais famílias. Em conversas informais, um senhor conta que os lotes eram negociados 'até em troco de patos'.

Em 1990, o Cruzeiro do Vale publicou uma série de reportagens, falando sobre o migrante que chegava a Gaspar. Trabalho, salário melhor e melhores condições de vida eram os fatores que continuavam atraindo grande número de pessoas de outros municípios para a região do Vale do Itajaí. De acordo com o jornal, verificava-se que a procura pela cidade aumentou demasiadamente e esse grande fluxo de migração para a cidade preocupava o poder público.

Segundo a então Diretora do Serviço Social da prefeitura, Eloísa Campregher, ela recebia de dois a três casos por dia de pessoas em busca de auxílio. A maioria deslocava-se para a cidade por conta própria, mas havia casos em que essas pessoas eram enviadas pelas próprias prefeituras dos municípios de origem ou de cidades onde se alojaram anteriormente. De acordo com ela, sempre se registrou o fluxo de migração na região, "mas naquele ano a questão se tornou alarmante para as autoridades, trazendo problemas não somente para a prefeitura, mas para a própria comunidade local, que acaba não absorvendo grande número de mão-de-obra" (Cruzeiro do Vale, 19/10/1990: 8).

O poder público, que não sabe o que fazer com tantos migrantes, começa a procurar culpados para a situação. Como foi possível observar na fala de Eloísa, ela culpa as prefeituras das cidades de origem do migrante e as cidades vizinhas, que por não aceitar o migrante, os enviam para Gaspar. Em outro trecho da entrevista ela culpa uma empresa da cidade, ao sustentar que "a Ceval Alimentos é um dos grandes chamarizes de trabalhadores de outros municípios catarinenses para Gaspar" (Cruzeiro do Vale, 19/10/1990: 8).

Este trecho da entrevista é um dos poucos momentos em que se pode ler sobre a responsabilidade de empresas pela migração nos jornais, ou seja, o marketing que a Ceval Alimentos (hoje Bünge Alimentos) fazia pelo Estado e pelo Brasil contribuía para que pessoas se deslocassem para servir

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

de mão-de-obra. Há quem fale que na época esta empresa tinha poder enorme sobre a cidade, se tornando uma espécie de coronel, semelhante àqueles descritos por Alvim (1997: 18) na época da Companhia Têxtil Paulista, de Pernambuco. A diferença é que aqui o aliciamento acontecia através do marketing, muitas vezes dissimulado, pois o migrante nem sempre estava apto a ocupar funções na empresa devido à falta de qualificação e de sobrenome, isto é, da tradição e cultura locais.

Dessa forma, entendemos que há em Gaspar responsáveis pela migração. Do contrário, por que se publicariam notícias como a que segue e que foram confirmadas pelos migrantes, isto é, que 'ouviram várias vezes falar que em Gaspar tinha emprego'?

Se o migrante é visto como os que vêm para a cidade para tirar o emprego dos gasparenses, por que faz propaganda? De 1990 a 1994, o Jardim Primavera, que de quatro ocupantes se transformou em 11 famílias, depois em 20, sofria com a falta de infra-estrutura, tal como energia elétrica, sendo que o poder público pouco se importava com aquela gente que no momento servia apenas como mão-de-obra para alimentar o sistema capitalista das empresas da região, em sua maioria têxteis.

> Os enormes custos para adequar a cidade aos ditames do capital, ao serem assumidos pelas administrações públicas, são socializados. A modernização urbanística e a ideologia do crescimento econômico se legitimam através da busca da coesão social, do sentimento de comunidade. Grande parte do poder retórico e político deste urbanismo é estruturado através do apelo nostálgico à 'comunidade', como panacéia para nossos males sociais, econômicos e urbanos, onde, os próprios marginalizados se sentem parte da cidade e se vêem no processo. Contudo, há por trás de tudo isso a idéia de que a presença do pobre, do desempregado, do migrante, do criminoso, e mesmo de qualquer um que não combine com a imagem dominante do empreendedor economicamente ativo, deva efetivamente ser varrida para fora da cidade (SCHÖRNER, 2003: 27).

Certamente era essa a vontade de muitos, tanto no setor administrativo, quanto da população do bairro em geral: aqueles migrantes os incomodavam, fugiam do padrão a que eles estavam acostumados, vinham para tomar o emprego de quem é natural da cidade. Para muitos, os moradores da 'Favela da Marinha' eram um bando de caboclos, que estavam ali para sujar a imagem da cidade limpa, ordeira, composta por pessoas brancas.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

> Geralmente, as migrações além de não serem abordadas em sua essência pela cidade 'oficial', são vistas só no seu lado negativo. Assim, se expressa (através de jornais, por exemplo) preconceitos em relação ao migrante, como se ele fosse causador do desemprego, da insegurança e da miséria na cidade, acentuando a discriminação e a estigmatização e consolidando a idéia segundo a qual as mazelas da cidade se devem à presença do migrante, fato este que vem mascarando as contradições da sociedade capitalista em constante processo de desenvolvimento e de suas crises, sejam elas econômicas e/ou políticas. A representação do migrante como invasor demarca, através das identidades, os espaços de atuação. A naturalidade, enquanto marca de origem, torna-se condição de ilegitimidade para a efetiva atuação (e participação) no espaço (SCHÖRNER, 2005: 112).

Assim, depois do discurso, ou junto com ele, sobre os migrantes deve-se ter uma ação contra eles da comunidade como um todo, uma ação que justifique e legitime o discurso. Esses discursos são, na verdade, o sintoma de uma civilização do simulacro que evidencia a lógica cultural do capitalismo. Frente a esse conjunto articulado aparentes virtudes, máculas (os negros, os migrantes, os morros pobres etc.) podem vir a comprometer o modelo (SCHÖRNER, 2003: 27).

Os migrantes, ao ocupar uma região irregular como foi o caso do terreno pertencente à União, com certeza não tinham noção das dificuldades que iriam encontrar para conseguir benefícios. Primeiro, porque são vistos como invasores e tachados como pessoas que não possuem boa índole. Segundo, não fazem parte da cultura local, se tornando, para muitos, indivíduos inexistentes. Terceiro, não pagam imposto, IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) etc. Contudo, a própria expressão 'clandestinidade' deve ser questionada, uma vez que funciona como uma justificativa moral para que o poder público continue a negligenciar estas áreas de exclusão espacial, social, econômica e política, pretendendo ignorar sua existência (SIEBERT, 2000: 287).

Para Siebert (2000: 297), a aceitação tácita da ilegalidade expressa na falta de fiscalização e no fornecimento de infra-estrutura e serviços urbanos (água, luz, coleta de lixo, escola, etc.), é um ato de tolerância – mas não por razões humanitárias – em relação ao espaço urbano ilegal, uma aceitação do Estado de que a legislação urbanística não é aplicável a toda a cidade. No entanto, ao invés de elaborar uma legislação menos exigente, adap-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

tadas às reais possibilidades da população de baixa renda, que lhes concederia enfim o direito à cidadania, o Estado opta por deixar esta população refém das práticas clientelistas.

Mesmo na condição de reféns do poder público, a partir de 1992, quando Dona Ceni chega ao loteamento, os moradores passaram a lutar pelos seus direitos, tanto que no ano seguinte conseguiram um chafariz com água potável e iniciaram a busca pela energia elétrica.

> A ocupação desta área da Marinha iniciou há quase cinco anos. No começo eram sete famílias que compraram lotes por contrato. Hoje são 70 residências e o povoamento continua. Como em outros locais de sub-moradias os problemas no local, a 'Favela da Marinha', sempre foram muitos. Até o princípio da administração Luiz Fernando Polli (PFL) nem água encanada e tratada havia. Logo que assumiu, 45 dias após, o prefeito, cumprindo promessa de campanha, mandou instalar a rede de água do SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto). Porém, a garantia de instalação de energia elétrica nunca foi efetivada (Cruzeiro do Vale, 23/03/1993: 5).

O que se pretende destacar é que o então prefeito, em época de campanha, prometeu energia elétrica aos moradores, mas segundo os relatos das entrevistas nada foi feito. Se observarmos as famílias que antes eram quatro, sete, onze, vinte, em 1993 já eram setenta, compartilhando os mesmos problemas. Nesta época a 'Favela da Marinha', como era conhecida, já havia comprometido o modelo que a cidade pregava, pois crescia assustadoramente, mas estava 'escondida' pertinho do rio, e nem sempre os visitantes a viam ou sabiam dela.

De 1995 em diante a entrada de pessoas no Jardim Primavera diminuiu, mas continuava crescendo em outras regiões da cidade. Nos anos que se seguiram, o município passou por uma crise política, que se estendeu até 2002. Foi um período de denúncias de corrupção que teria sido praticada pelo então prefeito. A partir de 2003, com a nova administração, o município readquire credibilidade e os escândalos foram trocados por estabilidade. Talvez este acontecimento tenha contribuído para que novamente uma fatia significativa de migrantes chegasse à cidade e no Jardim Primavera.

As notícias publicadas no Cruzeiro do Vale em 1993 eram desanimadoras e mais pareciam uma maneira de assustar os migrantes, haja vista que a cidade de emprego fácil, do (i)migrante empreendedor estava sendo tomada por 'favelas em toda região', sendo que as mesmas eram

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

habitadas por migrantes do Paraná e do Oeste do Estado, que na época vinham para a cidade em busca de melhores condições de vida. Porém, a realidade era outra, como a denunciada na matéria a seguir.

> Proprietários de vários loteamentos em Gaspar prometem aos compradores toda a infra-estrutura. Porém, em muitos deles, conforme constatou a Prefeitura, os lotes não têm as mínimas condições de receber qualquer tipo de edificação. Não há sistema de esgoto, as ruas não têm pavimentação, não há energia elétrica, nem água, e em alguns não existe a menor possibilidade de urbanização. Os esgotos a céu aberto se constituem em criadouros de insetos e focos de doenças graves. O problema dos loteamentos irregulares constitui, em parte, um retrato da miséria brasileira, da falta de um programa, de uma política habitacional consistente, obrigando famílias a se instalarem sob as pontes e outros locais abertos e sem as mínimas condições (Cruzeiro do Vale, 05/04/1993: 8).

Por outro lado, aqueles que não conseguiam se estabelecer, passavam a perambular pela cidade em busca da sobrevivência, que, entre outras formas, podia vir através de esmolas, como observamos na notícia abaixo.

> Sacos de roupas servindo de cadeiras; as ruas, o único lugar para descansar; crianças brincando entre os carros ou dormindo nos braços da mãe. Este é o quadro de muitas famílias que estão perambulando no centro da cidade. Esta realidade já não é novidade para muitos municípios (...) mas este problema está preocupando a atual administração. A Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social vem registrando um número crescente de migrantes na cidade (Cruzeiro do Vale, 02/06/1993: 5).

As notícias sobre a situação do migrante em Gaspar no ano de 1993 não eram nada agradáveis. Em cada trecho destas reportagens está expressa a situação de marginalidade vivida por todos os que não são naturais da região, não somente de Gaspar. Não era nada confortável também a vida no Jardim Primavera. Os moradores que iam chegando, a cada instante deparavam com valas de esgoto a céu aberto, barracos sendo construídos na beira do rio, e ao anoitecer a escuridão se transformava num breu, o perigo rondava a cada instante, até o amanhecer. Em 1994, os moradores ainda continuavam sem energia elétrica, e cobravam do prefeito a promessa de campanha que era a de instalar energia elétrica.

Os moradores contam que na época o prefeito queria transferi-los para uma outra área no bairro, mas houve manifestação por parte de alguns indivíduos, inclusive com abaixo-assinado, para evitar que os migrantes

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ocupassem este outro terreno. Para alguns moradores "isso era discriminação, pois os moradores do local eram todos gente boa, trabalhadora e nenhuma ocorrência policial foi registrada no loteamento em todos estes anos" (Cruzeiro do Vale, 15/01/1994: 4).

Nesta entrevista, os líderes do loteamento reclamam do jogo de empurra-empurra entre uma instituição e outra, pois ninguém queria assumir a responsabilidade. A falta de humanidade das autoridades era imensa. Era como se estas 70 famílias não existissem para a cidade, para o poder público municipal, estadual e federal. Afinal, as terras ocupadas por eles pertenciam ao poder público e caberia a cada uma destas instâncias tomar as devidas providências. Como será para estas pessoas serem lembradas apenas na hora de receber políticos em busca de votos?

Certamente estes segmentos poderosos buscam para o Estado algo ideal, tentando camuflar, da forma que podem, a realidade, investindo, por exemplo, em parte da cidade.

> Essa atitude facilita a ação do Estado, que ao investir dessa forma 'está investindo em toda a cidade'; ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo a cidade e ajudando a se construir localizações centrais e periféricas, enquanto áreas sem saneamento, sem infra-estrutura, marginais e esquecidas abrigam trabalhadores, operários, autônomos e migrantes em busca de novas oportunidades ou de um pouco de solidariedade e de justiça. Esta mesma imagem ajuda a encobrir a face clandestina da cidade, permitindo que aqueles que a visitam continuem a levar consigo a ilusão de que ela é um pedaço da Europa no Brasil (SCHÖRNER, 2003: 34).

O morador do Jardim Primavera passou, e passa, por tudo isso. No final do ano de 1994, já não agüentando tantos desmandos das autoridades, os moradores são surpreendidos com uma reportagem publicada no Cruzeiro do Vale (06/11/1994: 8) intitulada: "Favela da Marinha não terá energia elétrica". Por quê? Sem nenhuma preocupação com a situação dos moradores, o então delegado titular da Delegacia Estadual do Patrimônio da União, Antônio Carlos Zimmermann declarou:

> Acho muito difícil que o MIR conceda autorização para instalação de energia elétrica. Mesmo analisando a questão sobre o aspecto social, o que é mais importante, instalar energia elétrica para 70 familiais ou dar continuidade ao projeto regional de dragagem do Rio Itajaí que beneficiaria toda a população do vale do Itajaí?

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Outro empecilho que Antônio Carlos Zimmermann via para a concessão do beneficio era que judicialmente o MIR podia vir a ser acionado no futuro para que desaproprie benfeitorias realizadas neste local por onde passaria a draga. Assim, "autorizar seria de certa forma aceitar a situação que está lá, e então o ministério teria que indenizar as benfeitorias". Neste caso a indenização deveria partir do Estado, envolvendo também as instâncias municipais e estaduais para recolocar estas pessoas em lugar fixo e seguro. Ou será que para o delegado o ideal seria enviá-las de volta ao local de origem de onde saíram por que não havia mais condições de sobrevivência? O delegado sustentava, ainda, "que não é dado a ninguém o direito de invadir terras, mesmo que pertençam ao governo".

Vários problemas – esgoto a céu aberto, inexistência de coleta de lixo em determinadas áreas do loteamento, lixo jogado no rio etc. – eram observados na época por funcionários da prefeitura, mas as limpezas e coletas de lixo só aconteciam até a entrada da Rua Catarina Hostert. Dali por diante, a prefeitura não se sentia no direito de limpar, era como se as pessoas que ali morassem não fossem dignas de tais serviços.

Partindo das questões ideológicas entre o discurso e a realidade, observamos que a cidade real tinha limites, em que os direitos não eram estendidos para todos, principalmente àqueles que destoavam dos interesses da 'cidade'. Por isso era preciso esconder a pobreza e as dificuldades por que a comunidade migrante passava. A cidade, assim, é composta de espaços formais e espaços informais, que estão localizados 'longe' do centro; escondidos justamente porque o que contém incomoda, 'é feio, suja o nome e a imagem da cidade'.

O tipo de desigualdade mais freqüentemente considerado é a disponibilidade de equipamentos e infra-estrutura e a qualidade das edificações entre o centro e a periferia. Porém, há outra desigualdade, tão ou mais importante como a força estruturadora do espaço intra-urbano, pois ela domina também a polarização centro versus periferia, (e vai além dela), que é a desigualdade, fruto das diferenças de acessibilidade a todos os pontos do espaço urbano. A segregação das classes é um mecanismo necessário para aperfeiçoar a apropriação das vantagens do espaço desigual. Assim, é necessária uma determinada configuração espacial (a segregação) para viabilizar a dominação através do espaço, sem a qual seriam talvez impos-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

síveis, ou extremamente difíceis, a dominação e a desigual apropriação dos frutos do trabalho despendido na produção do espaço. Ou seja, é por meio da segregação que a classe dominante procura controlar o espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses.

Os moradores do Jardim Primavera foram bravos quando não quiseram sair da área ocupada, foram bravos ao resistirem às dificuldades relacionadas a seis anos sem energia elétrica, mas para adquiri-la, estes moradores precisavam de apoio, orientação, pois o poder de mobilização eles já tinham. Conversando com uma moradora influente no Jardim Primavera ela nos contou que ia a reuniões de igreja e outras instituições, e sempre colocava a situação do loteamento.

> Nós sofríamos muito aqui, com problemas de luz, água...Daí eu conheci a Dra. Kátia numa reunião. Daí eu falei pra ela esta questão. (...) Ela falou, mas vocês têm que formar uma Associação de Moradores. No Bela Vista tinha Associação, mas eles não davam a mínima pra nós. Nós toda vida fomos discriminados aqui. Até hoje nós somos discriminados. Daí ela, a Dra., fez o Estatuto para nós. Estudamos ele quatro meses. Todos os sábados ela vinha para explicar o Estatuto, como é que funcionava até nós entrar no esquema, por que nós não sabíamos de nada, viemos lá da roça como é que vai saber né? Daí nós formamos a Associação de Moradores, eu era a presidente (C. A. A.).

A moradora está falando da organização coordenada pela Dra. Kátia, que acompanhava o processo da energia elétrica, juntamente com as estudantes da FURB (Universidade Regional de Blumenau) Valdiria Stank e Erica Schmitt. No trabalho de conclusão do curso de Serviço Social, as estudantes contam os vários dias que estiveram com a comunidade para orientar sobre a construção do coletivo e então conseguir alcançar seus objetivos, uma vez que o processo de organização comunitária não acontece de forma linear, mas é permeado de idas e vindas, avanços e recuos influenciados por forças internas e/ou externas das mais variadas matizes e linhas ideológicas, expressas por sujeitos distintos.

Entre uma reunião e outra, as estagiárias, juntamente com a advogada Kátia, utilizaram diversos artifícios para conseguir o benefício que era a energia elétrica. Foi enviado, por exemplo, ofício com embasamento no Estatuto da Criança e do Adolescente, ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e ao

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva – Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Promotor da Comarca de Gaspar (SCHMITT e STANKE, 1996: 54). O que pretendiam era sensibilizar as autoridades da situação, pois entendiam que a população ali residente ainda não possuía conhecimento e orientação jurídica para reivindicar seus direitos, para tanto seria mais fácil enganá-los e manipulá-las.

No ofício elaborado em nome da Associação de Moradores foi expressa a situação de marginalização na qual viviam os migrantes do Jardim Primavera.

> A comunidade da Rua Catarina Hostert e adjacências, no Bairro Bela Vista, hoje é constituída por aproximadamente 80 famílias, sendo que a maioria delas vive em condições, precárias, sem energia elétrica, saneamento básico, área de lazer dentre outros. Na comunidade vivem aproximadamente 240 crianças e adolescentes, sendo a maioria distribuída na faixa de 0 a 12 anos.
>
> Tais crianças e adolescentes, pela situação de abandono do poder público, estão expostas a esta realidade sendo privadas de horas de estudo pela falta de iluminação adequada; uma alimentação e higiene mais saudável, não podem dispor de geladeiras, chuveiros e outros elétricos domésticos úteis; e atividades de lazer; falta de aparelhos de som, TV, dentre outros. Tudo pela falta de energia elétrica, somando-se doenças como desidratação e outras decorrentes da já referida falta de saneamento básico (...) (SCHMITT e STANKE, 1996: Anexo 5).

Em dezembro de 1995, a comunidade recebeu a liminar da promotoria que obrigava a CELESC a instalar a energia elétrica. Porém o caminho a ser percorrido ainda era longo. Segundo Dona Ceni, que na época era presidente da Associação de Moradores, a CELESC foi obrigada a instalar a luz, mas todo o material foi custeado pelos moradores. Aí começou outra maratona, tendo ela que percorrer as lojas de Gaspar à procura de quem vendesse estes materiais financiados. A loja Dietrich Material de Construção aceitou a proposta, porém a prestação passava de mil reais, somando um total de quase 15 mil. A compra foi efetuada, e em maio de 1996 a luz estava instalada. A presidente conta que a cada mês era uma luta para arrecadar todo o dinheiro. Ia de casa em casa, nem sempre conseguia tudo, tinha que renegociar com a loja. Era o seu nome que estava em jogo, mas tudo deu certo. Isso somente após a mobilização dos próprios moradores.

É interessante observar que o trabalho realizado pelas estagiárias e a advogada surtiram efeito e fizeram com que os moradores se unissem na

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

busca de suas reivindicações. Hoje, porém, a comunidade encontra-se desmobilizada e a Associação de Moradores pouco tem acesso ao poder público. Essa realidade se deve ao fato de que "hoje as pessoas que são componentes da Associação não sabem nem o que é uma Associação, nunca viram ou leram o Estatuto, nem sentaram juntas para estudá-lo. Ela é muito importante para os moradores, como já foi em outras épocas" (C. A. A.).

Em várias entrevistas pudemos observar a tristeza dos migrantes por serem discriminados, tanto pelo poder público municipal quanto pela Associação de Moradores do Bairro Bela Vista, nos levando a entender que na região existem dois bairros, o Jardim Primavera e o Bairro Belo Vista.

> No Bairro Bela Vista tinha Associação, mas eles não davam a mínima pra nós. Nós toda vida fomos discriminados aqui. Até hoje nós somos discriminados. A Associação de Moradores do Bairro Bela Vista, considerada uma elite e defende alguns moradores, encontra-se a elite, para eles foi erguido um prédio que é palco dos eventos destinados aos moradores do bairro (C. A. A.).

Diante disso, os moradores a partir de 1995, passaram a discutir a necessidade de criação de uma Associação de Moradores que cuidasse apenas dos interesses dos favelados, dos invasores, dos migrantes, daqueles que nada tem a ver com o outro lado da Rodovia.

Esta criação se fez necessária porque os moradores do Jardim Primavera não podiam fazer parte da Associação 'dois', no Bairro Bela Vista. Nesta associação os coordenadores eram as pessoas que se dizem de peso, tradicionais, os líderes do bairro. Estes indivíduos são ligados a partidos políticos e utilizam seus mandatos para prover o seu nome, visando às próximas eleições. Contudo, quando chega o período eleitoral, os moradores da 'favela' são alvos de trampolim político, assim como foram no período de busca pela infra-estrutura.

A maneira como os moradores do Bairro Bela Vista separam o espaço urbano, dividindo-o em lado direito da Rodovia Jorge Lacerda, como o lugar habitado pelos 'favelados', e o lado esquerdo da Rodovia, o lado ideal, o lado do bem, daqueles que são vítimas dos criminosos do outro lado, pode ser vista como resultado da forma como os homens entendem o espaço da cidade, isto é, como se esses moradores morassem em 'mundos' distintos.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

A marginalização quando vem acompanhada da questão do território, contribui para que indivíduos se coloquem entre a cruz e a espada. Por um lado são vistos pelo poder público como os que oneram os cofres. Por outro lado são identificados pela população local como os pobres, os bandos que vêm para acidade sem condição de comprar um terreno em área legal, conformando duas cidades: a legal e a ilegal. A cidade legal como aquela que está adequada às normas urbanísticas estabelecidas pelo poder público, tanto em seu conteúdo, quanto em seu rito processual. Do parcelamento da terra ao 'habite-se' da construção e ao alvará de funcionamento de uma atividade comercial, um verdadeiro emaranhado legal que deve ser seguido para alcançar a legalidade. Escrituras, consultas prévias, mapas de zoneamento, projetos, alvarás, taxas e requerimentos sucedem-se para quem quer habitar a legalidade.

Hoje os moradores já dispõem de água potável, instalada pela prefeitura, mas os demais benefícios básicos levantados pela edição do jornal ainda não foram alcançados. O 'rabicho' que serve para iluminar a 'Marinha Dois' vem de casas e das igrejas pentecostais que estão instaladas dentro do Jardim Primavera, ou seja, a região conhecida como 'Marinha Um'. No final de cada mês, os moradores dividem o valor entre os usuários e quem sede o relógio para o 'rabicho' não paga, mas passa pela mesma dificuldade que os outros.

Os moradores da 'Marinha Dois' são desprovidos do direito de receber correspondências, pois no local não existem ruas nomeadas, portanto são marginalizados porque não possuem endereço. Como fica na hora de procurar emprego, quando vão ao médico, ao mercado? Por isso são conhecidos na comunidade em geral como os "homens sem endereço".

As ruas da área são carreiros abertos por eles mesmos. Na época da ocupação, os lotes foram divididos em tamanhos iguais, em torno de 130 m^2 cada, sendo que já estava separada uma área para a construção de uma creche. Segundo entrevista concedida ao Cruzeiro do Vale, em janeiro de 2002, Luís Casemiro revelou que estes lotes seriam para abrigar 13 famílias que viviam em local de risco, no barranco do rio.

A 'Marinha Um' possui três ruas principais, reconhecidas pela prefeitura: Catarina Hostert, Ângela Maria Hostert e Helena Kofmann. Estes nomes não têm nada a ver com os moradores. Os mesmos estão relaciona-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

dos com os antigos moradores dali antes da desapropriação. As demais ruas são becos, onde as pessoas vão construindo suas casas. As ruas Catarina Hostert, Ângela Maria Hostert já dispõem de esgoto encanado, mas não existe filtro, tudo é despejado no rio, sem nenhum tratamento. As demais ruas, em alguns lugares o esgoto corre a céu aberto perto das casas, onde as crianças acabam entrando em contato, adquirindo doenças. Segundo a agente de saúde, os problemas mais comuns no loteamento são: a falta de higiene, alergia e diarréia.

A grande maioria dos moradores nem contrato tem das terras, "aqui quando cansamos de morar numa casa, trocamos por outra, o contrato aqui, moça, é à conta de luz e água" - respondeu-nos um morador - achando que estávamos ali para fiscalizar alguma coisa relacionada à legalização ou cobranças da prefeitura.

A regularização das terras da "Marinha Um" se torna cada vez mais difícil, pelo fato dos moradores não terem respeitado o tamanho dos lotes, venderam pedaços, e a grande maioria vive apenas no local onde está sua casa. A Lei Municipal nº. 1.153 dispõe do Parcelamento do Solo Urbano no Município e determina, no capítulo dois, artigo nono, as dimensões mínimas de lotes permitidos nos parcelamentos, de acordo com as zonas de uso. Nenhum lote poderá ter área inferior a 360 m^2, e nem frente para a via de circulação com largura inferior a 12 m^2, salvo quando os loteamentos se destinarem à urbanização especifica de interesse social previamente aprovado pelo órgão público competente.

No caso da 'Marinha Dois' não existe nenhuma possibilidade imediata de legalizar os lotes, pois a região pertence a particular. Segundo a Prefeitura de Gaspar, o Banco Ecônomo tentou negociar o terreno, para que fosse organizado um conjunto habitacional popular, mas não houve interesse, pois não havia disponibilidade de dinheiro para este fim.

'A Marinha', 'Vila' 'Favela', como era conhecida no município e no Bairro Bela Vista, em um determinado ano da década de 1990 ganhou outro nome. Por quê? Devido à discriminação. O que os moradores queriam era serem identificados e respeitados, pois são gente como os outros. Segundo eles, ao falar em algum lugar onde moravam, sempre ouviam piadinhas, perdiam oportunidades. O Bairro Bela Vista dividia-se em Bela Vista e 'Marinha'. Diante deste quadro, os líderes da Associação de Moradores

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

resolveram mudar o nome da região. Segundo Dona Ceni, o nome surgiu e foi definido através de votação secreta. "Na época eu era presidente da Associação de Moradores, eu queria mudar o nome porque diziam que era favela. Marinha eles nem diziam, só favela, favela. Daí sugeriram três nomes. Jardim Primavera foi o mais votado" (C. A. A.).

No Jardim Primavera, juntando as duas áreas, vivem cerca de 200 famílias, num total aproximado de mil pessoas. O número de crianças e adolescentes pode chegar a 500. A região não dispõe de área de lazer, as crianças brincam na rua, onde segundo os moradores, 'acabam aprendendo coisas que não são para crianças'. Geralmente brincam em lugares arriscados, no barranco do rio ou num buraco de erosão por onde passa o esgoto do bairro. 'Aqui assistimos filmes ao vivo, saímos para a rua para ver as brigas', nos contou um menino de 11 anos.

Uma das maiores dificuldades dos moradores, além da área de lazer, é não ter creche. Para o bairro todo, que é ocupado por uma população de aproximadamente 11 mil habitantes, existe apenas uma creche que fica a mais ou menos um quilometro do Jardim Primavera, não oferecendo vagas para a grande maioria das crianças. No loteamento também não existe escola. As crianças têm que andar quase um km para estudar, tendo que atravessar a Rodovia Jorge Lacerda, correndo risco de serem atropeladas. Em meados dos anos 1990, os moradores queimaram pneus na rodovia para chamar atenção das autoridades quanto ao perigo de acidentes na região e conseguiram ser beneficiados com viaturas da polícia, que no horário de entrada e saída das aulas acompanham os alunos ao atravessar a rodovia.

Durante nossa pesquisa foi possível identificar números que assustam. Ao sair do local de origem, o migrante sempre espera melhorar de vida, mas no fator escolaridade não está acontecendo em sua totalidade, haja vista que no local de origem 50% (15) das trinta (30) pessoas entrevistadas eram analfabetos; 47% (14) possuíam o Primeiro Grau completo; 3%(1), o Segundo Grau incompleto; e nenhum tinha o Segundo Grau completo. Atualmente, 33% (10) destas mesmas pessoas entrevistadas citadas acima são analfabetos; 57% (17) possuem o Primeiro Grau completo; 7% (2) o Segundo Grau incompleto; e 3% (1), o Segundo Grau completo. Observando esses números, chega-se à conclusão de que a vida escolar destas pessoas pouco mudou depois que chegaram a Gaspar.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Como vimos, esses moradores vivem uma realidade, a dos conflitos sociais gerados pela marginalização, pela não aceitação do outro. São dois mundos em todos os espaços da cidade: na escola, na rua, nos loteamentos legais ou ilegais. O discurso de bairro composto por famílias tradicionais, o bairro que abrigou os primeiros migrantes alemães, com o povo ordeiro, rígido e transformador, agora é o bairro que segrega, marginaliza o migrante que vem em busca de melhores condições de vida. É desconsiderado que eles também vêm para suprir as necessidades das indústrias locais, que por sinal pouco se envolvem com a educação, com a escola, ou com qualquer coisa que aconteça com sua mão-de-obra barata fora da fábrica, a não ser que este envolvimento seja de seu interesse.

Os moradores do loteamento, em sua totalidade, vivem sem expectativas de crescimento profissional, sentem na pele o que é 'ser bom, mas não ótimo'. A grande maioria dos que trabalham, ocupam as profissões mais simples possíveis, até mesmo porque a realidade deles é baseada na atividade profissional do campo. Então, ao chegar na cidade encontra o fantasma da falta de qualificação, por não ter os anos de estudo que o mercado exige.

Quando mencionamos que o migrante não possui qualificação para ocupar os cargos oferecidos pela indústria local, temos que lembrar que as empresas hoje exigem um determinado grau de escolaridade, na maioria das vezes é porque estão interessadas em premiações, destaques, selo ISO (International Organization for Standardization) e outros. O país como um todo precisa transformar o operário em números significativos que resultem em empréstimos, ou em algum benefício para as instituições e para os governantes. Quando o trabalhador volta para a escola para conseguir um certificado, isto pouco muda a sua posição dentro da empresa.

Estes moradores, portanto, ocupam as vagas mais simplórias, em empresas pequenas, que pagam pouco e nem sempre regularizam a situação do empregado. Assinar a carteira, por exemplo, que seria uma forma de garantir a prova de experiência profissional, nem sempre acontece. Porém o número de pessoas desempregadas é pouco, justamente porque existe uma válvula de escape: o trabalho informal.

O cotidiano dos moradores é rotineiro, as crianças vão para a escola um período, o outro brincam na rua, onde estão em contato com o crime,

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

com as drogas, a prostituição. Esse último não acontece com freqüência, mas é fato, segundo alguns moradores..

No loteamento todos se conhecem e boa parcela dos moradores são parentes, que compartilham os mesmos hábitos culturais, embora os conflitos (entre as crianças e os próprios adultos devido ao aglomero de pessoas num espaço pequeno) sejam freqüentes, pois estavam acostumados a uma outra rotina, a rotina do campo.

É o apagamento das diferenças e contradições existentes na cidade, jogando-os, deslocando-os para a individualidade dos moradores. Neste processo

> divisões e diferenças parecem como simples diversidade das condições de vida de cada um, e a multiplicidade das instituições, longe de ser percebida como pluralidade conflituosa, apareça como um conjunto de esferas identificadas umas às outras, harmoniosa e funcionalmente entrelaçadas, condições para que um poder unitário se exerça sobre a totalidade do social e apareça, portando, dotado da aura da universalidade (CHAUI, 1997: 21).

Ou seja, uma sociedade que é atravessada por conflitos, antagonismos e contradições, tem que aparecer como una, indivisa e harmônica, de forma a ocultar esses problemas. Porém, a realidade é mais dura do que querem fazer crer os relatórios técnicos e discursos oficiais. Além disso, ele tem a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe a aparência do universal, onde o ponto de vista de uma classe deve ser o de toda a sociedade.

O que discutimos aqui envolveu uma série de fatores relacionados com o cotidiano dos migrantes do Jardim Primavera, os quais desde a chegada a Gaspar passaram por inúmeras dificuldades para se adaptar à cidade 'Coração do vale', ou 'Vale Europeu', características que, para muitos que erguem esta bandeira na cidade, não existem para os que não fazem parte do estereótipo idealizado, ou seja, a tradição italiana ou alemã. O migrante do Oeste, do Paraná e de outras regiões de Santa Catarina e do país provavelmente serão tachados, marginalizados enquanto durar o lema da tradição. Neste contexto, os moradores ficam à margem da sociedade, procurando sua história, que está se perdendo ao longo do tempo, do sofrimento.

> Por outro lado os excluídos do espaço urbano e marginais ante a ordem social que

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

> se consolida, são também dirigidos por um outro fator de segregação: trata-se da exclusão no tempo. Ou seja, eles não têm história, não são atores reconhecidos, nem sujeitos detentores de um passado constituído pela oficialidade dos centros urbanos. Se forem considerados personagens é porque aparecem nas páginas das crônicas policiais ou dos processos criminais (SCHORNER, 2003: 50).

Para tentar se incluir na comunidade do Bairro Bela Vista, os moradores resolveram mudar o nome do local onde vivem. O Jardim Primavera era conhecido como 'Favela da Marinha', 'Marinha', 'Vila'. Estes nomes os segregavam na hora de procurar emprego, na escola, na igreja, nos grupos de amigos. A mudança do nome até então não surtiu o efeito esperado, mas amenizou um pouco a discriminação, pois muitos do bairro e da cidade quando ouvem falar do Jardim Primavera, não sabem de onde estão de fato falando. Assim, os moradores se escondem atrás de um outro nome para fugir do preconceito. Não sabemos até quando poderão se esconder, mas foi uma válvula de escape, talvez paliativa.

As impressões que os moradores do Jardim Primavera causam ao Bairro não são as melhores, geralmente são julgados como os responsáveis por tudo de ruim que acontece na região.

> Não tenho uma boa impressão, vejo-os como pessoas com atitudes muito diferentes com relação aos demais moradores do bairro. Eles próprios criam preconceitos e sendo desta forma nos encaram de maneira diferente, não nos aceitam. Muitas vezes fiquei sabendo de alguns acontecimentos desagradáveis, os quais os envolvidos eram eles. São exigentes, causam transtornos à administração pública com as brigas, uso de entorpecentes, moradia feita em local de risco, uso impróprio da água, luz e esgoto (M. R. S., entrevista concedida a Maria Aparecida Lemos em 10/10/2005).

O migrante aqui descrito vive agora a condição de causador do medo, por ser violento, por fazer uso de entorpecentes, por ser exigente... Mas quais seriam as causas deste quadro? Quem contribui para que muitas vezes o migrante do Jardim Primavera causasse medo? A maneira de encarar a população local não seria uma forma de defesa? Ou mesmo para chamar a atenção e mostrar que são gente, assim como os demais, e por tal fato querem respeito? Estes são questionamentos que devem ser repensados pelos dois mundos organizados no Bairro Bela Vista. O mundo localizado do lado direito da Rodovia Jorge Lacerda, residido por migrantes, classifi-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

cados pelo outro mundo como os pobres, sujos, favelados, invasores, os que causam estragos e mancham a imagem da cidade. E o outro mundo, localizado ao lado esquerdo da mesma Rodovia, ocupado pela população local, os que são vítimas das desordens causadas pelos migrantes que ficam escondidos lá pertinho do rio e que por isso ainda é possível passar a imagem de cidade ideal para os visitantes, mesmo sendo ela uma camuflagem.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Rosilene. A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

CAMARANO, Abramovay. O êxodo rural, envelhecimento e masculinação no Brasil: panorama dos últimos cinqüenta anos. Encontro Anual da ANPOCS, nº. 11, Caxambu , 1997, mimeo.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 7ª. ed., São Paulo: Cortez, 1997.

DURHAM, Eunice. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

GARCIA, Fernanda Ester. Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Editora Palavra, 1997.

PIAZZA, Walter Fernando. História da gente. 5ª ed., Florianópolis: Lunardelli, 2001.

PLANO Diretor do Município de Gaspar. Gaspar, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR. Origens. Disponível em:

<http://www.cidadegaspar.com.br/con_gaspar/origens.htm >Acesso em 05 fev).

SCHMITT, Érica e STANKE, Valdiria. O processo de inserção do migrante numa nova realidade e a construção do coletivo na garantia pelos direitos sociais. 1996. (TCC – Serviço Social). Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau.

SCHÖRNER, Ancelmo. Migração e memória: entre a pólvora e o bálsamo. Mimeo, 2003.

SCHÖRNER, Ancelmo. Migração e memória: entre a pólvora e o bálsamo. Blumenau em Cadernos, Blumenau, tomo XLVI, nº. 7/8, jul./ago. 2005.

SIEBERT, Cláudia. Blumenau fim de século: o des(controle) urbanístico e a exclusão sócio-espacial. In: THEIS, Ivo, TOMIO, Fabrício, e MATTEDI, Marcos. (Orgs.). Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: EDIFURB, 2000.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

SILVA, César Augusto. Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense. 2ª. ed., Florianópolis: Instituto CEPA, 2003.

SOARES, Cleisiane Medeiros. Primara em Preto e Branco. Centro de Ciências Humanas e da Comunicação da Universidade do Vale do Itajaí, Projetos Experimentais em Jornalismo, Itajaí, 2005.

Digitalizado pelo Acervo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Veranistas, turistas e visitantes

Mônica Krieger Goular[1]

Relações entre a atividade turística e o município de Penha

"Nossa bela tradição/Na memória sempre tenha/ Quem zelar isso direito / Pode então bater no peito/Que é um cidadão de Penha"

(Picucho Santos).

O turismo no município de Penha começou com a instalação de *segundas residências* na praia de Armação do Itapocorói. As segundas residências são alojamentos particulares destinados à prática do turismo, utilizados temporária e regularmente por pessoas que possuem sua residência permanente em outro lugar.

As primeiras segundas residências instaladas em Penha foram construídas no início do século XX. Duas famílias, Konder e Müller, provenientes de Itajaí e Rio de Janeiro respectivamente, passavam suas férias em Armação e Gustavo Konder relatou suas memórias de tais temporadas no artigo *Praia de Armação.* No texto, Konder retrata como era a temporada de verão da época, com a família reunida, o medo de bichos como cobras e aranhas e a saudade daquele tempo de infância:

[1] Monografia de conclusão do Curso de Bacharel em Turismo. Universidade, Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2002.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

> nos meus primeiros anos de vida (1905 á 1912) a pitoresca praia da Armação foi o nosso primeiro ponto de veraneio durante os mêses de Janeiro a Março. Era a única aproveitável, pois as outras, tais como Cabeçudas, Praia de Camboriú, Itapema, etc., eram ainda inexploradas e não existiam estradas acessíveis (KONDER, 1970, p.152).

Em 1920, o empresário blumenauense Paul Hering comprou um terreno em Armação e construiu ali sua segunda residência. Além dele, outros descendentes de alemães também começaram a se instalar em Armação e isto fez com que a praia ficasse conhecida como "praia dos alemães".

A pesca foi o principal atrativo para os primeiros turistas de Armação, que chegavam atraídos pela grande quantidade de peixes, em especial do "cação mangona". Os peixes, após serem pescados com redes de arrastão, ficavam espalhados na areia, até serem retalhados e vendidos. Toda a ação ocorria na parte da manhã e não tardou até que alguns turistas se propusessem a participar da pescaria, alugando materiais de pesca e contando com os pescadores locais para servirem de guia.

O contato destes turistas com os moradores referente às questões de comércio era mínimo, pois tudo o que consumiam era trazido de suas cidades de origem. Ocorrem nesta época as hospedagens em casas de família conforme relatado pelo escritor Cláudio Bersi de Souza. Ele conta que seu pai, um pescador, acolheu muitos visitantes que vinham de charrete ou a cavalo de Itajaí e Blumenau e se hospedavam em sua casa durante o final de semana. Tal hospedagem não tinha um preço pré-estabelecido, sendo que o visitante oferecia uma contribuição espontânea no fim da sua estada.

Durante a década de 1950 com os incentivos da indústria Krause desenvolveu-se a pesca do camarão, o que atraiu ainda mais turistas. Surgiu a primeira pousada, na casa da dona "Faceira", que oferecia quartos, café da manhã, almoço e jantar aos hóspedes.

Já na década de 1960 importantes alterações ocorreram no turismo local: a instalação de dois hotéis, o primeiro chamado de Armação e o segundo de Itapocorói e a chegada da energia elétrica ao município, o que proporcionou mais comodidade e conforto para todos.

Por esta época existiam mais de cem famílias espalhadas por toda beira-mar em Armação e a comunidade era muito maior do que a atual. Os terrenos das casas eram grandes, indo desde a beira-mar até a Avenida Itapocorói. Com o tempo os pescadores foram loteando e vendendo suas terras e segundo depoimento de Souza tal fato

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

> não deixou de ser bom porque entrava um dinheiro e o pessoal passou a ter uma vida melhor. O pescador tinha só para a sobrevivência e nunca tinha dinheiro disponível para nada e quando chegava ao ponto de vender parte da propriedade ele conseguia comprar um carro, construir uma casa melhor. Isto melhorou muito o padrão de vida do povo. Sobretudo quando chegou a energia elétrica que até 1962 não tinha. Tinha só gerador com motor a gasolina. A partir de 62, com a energia, foi aquela correria de adquirir tudo, ferro, enceradeira, tudo, e o dinheiro foi necessário, porque antes não tinha nem onde gastar (SOUZA, 2005).

Com tais loteamentos a praia de Armação começou a ganhar os traçados urbanísticos que mantêm até hoje, com uma grande faixa de casas pertencentes à segundas residências à beira-mar e os moradores localizados mais no interior, afastados da praia.

Dentro do município foram abertas novas vias de acesso e de circulação interna e o acesso à BR 101, recém-implantada, proporcionou ao município contato direto com as grandes e médias cidades do Sul do país e também do Sudeste.

Tal crescimento no interesse por Penha se deu paralelamente ao aparecimento dos novos loteamentos para construção de segundas residências, mais notadamente na praia de Armação.

O ramo da hotelaria também se desenvolveu, principalmente após a instalação do parque Beto Carrero World, em 1991. De 1960 a 1991 haviam sido inaugurados apenas dois hotéis no município, enquanto de 1992 até 2000 foram inaugurados 27 hotéis e pousadas.

Até a instalação do parque Beto Carrero World, o turismo no município baseava-se no tripé beleza natural, peixe e camarão, sendo uma reprodução do modelo de turismo conhecido como *binômio sol e praia*. A grande desvantagem deste modelo é a sazonalidade da atividade turística, que depende muito das férias dos turistas e das condições climáticas.

Em Penha, as temperaturas no verão alcançam 35°C, porém no inverno chegam à mínima de 8°C, nada atrativo para uma localidade praiana, sem muitas opções de entretenimento a não ser a areia e o mar. Ainda hoje o município não conta com um centro de compras "abrigado" das intempéries, cinema ou qualquer outro tipo de atração de lazer que possa ser desenvolvido por um grande grupo de turistas em um local fechado. Mesmo durante a temporada de verão, quando chove, os turistas programam viagens a cidades próximas, como Brusque, Blumenau e São João Batista, para visitar os centros de compras aí existentes.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Em 1991 a instalação do parque Beto Carrero World deu um novo rumo ao turismo local, diferenciando Penha das demais cidades vizinhas justamente por sair do binômio sol e mar e ofertar como atrativo turístico um parque multitemático. O parque é um empreendimento particular do empresário João Batista Sérgio Murad, numa extensa área de 1,5 milhões de metros quadrados na Praia de Armação, o que o caracteriza como 5° maior parque de entretenimento do mundo.

A atividade turística em Penha, seja ela motivada pela procura da natureza, do sol e do mar, ou pela procura do parque, é atualmente a maior atividade econômica municipal. Entretanto, não há no município um controle em relação ao número de segundas residências, o que prejudica em muito os estudos e as perspectivas feitas para o turismo. Estes turistas que possuem segundas residências mantêm uma estrutura fixa, de pagamento de taxas municipais, de manutenção das casas, contratam faxineiras, pedreiros, pintores... em resumo, proporcionam uma dinâmica econômica com o lugar importantíssima e não há registros ou estudos sobre isto no município. Não se conhece esta dinâmica, não se dá valor a ela.

De qualquer forma, o que se pode acompanhar em grande parte das praias de Penha é que a faixa da beira-mar é ocupada quase que exclusivamente por segundas residências e que a construção de hotéis e pousadas na região é um fato recente, impulsionada pela instalação do parque Beto Carrero World.

O turismo que ocorre no caso do parque pode ser considerado um turismo de massa, com as características de todo parque temático, no qual o visitante passeia em um ambiente fechado, longe das pessoas locais, com grupos guiados, sendo que os participantes encontram prazer em atrações inventadas e pouco autênticas, que não levam em consideração o mundo real que está à sua volta.

Talvez seja pelo fato do "isolamento" do visitante – reproduzido aqui na rotina do visitante chegando cedo ao parque e saindo somente à noite, diretamente para o hotel, ou para outro destino –, mas o que ocorre é que não há muito contato entre o visitante[2] do parque e a população local. Ainda mais se a visita for feita com excursão, quando não há a liberdade de

[2] Existe, segundo a OMT diferença de conceituação entre turista e visitante. Turista é aquele que permanece mais do que 24 horas em uma localidade, pernoitando na mesma. Assim, a maior parte das pessoas que vão ao Parque Beto Carrero são consideradas visitantes. Mas, não descartamos o uso do termo turista porque muitos acabam pernoitando no Município.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC
Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

interagir com os moradores do município, uma vez que existem horários pré-estabelecidos de chegadas e saídas do parque que precisam ser cumpridos.

Mas, mesmo o parque estando localizado no Bairro da Armação, as mais tradicionais Festas do município continuam a ser realizadas aí, da mesma forma como eram realizadas antes da instalação do Parque. Tal fato, além de demonstrar que não houve muita troca cultural entre moradores e visitantes, faz ver a força da cultura local e de suas representações, refletidas num povo que tem orgulho de suas raízes.

Entre veranistas, turistas e visitantes vê-se que a atividade turística em Penha assume diferentes relações com o lugar e com seus habitantes. Algumas relações são fugidias e superficiais, como a dos turistas e visitantes, outras, com a dos veranistas que têm segunda residência, são mais profundas, visto que se estreitam os laços entre "os de fora" e "os daqui".

Sem intenções de propor um plano de intervenção no turismo local, o que este texto pretende é abrir uma oportunidade para a valorização da atividade turística local, em especial para as segundas residências, para que mais e mais visitantes possam alegrar-se com as belezas de Penha.

Referências

CRISPIM, Lizete de Oliveira. **Transformação sócio-espacial da Praia de Armação do Itapocorói, município de Penha (SC):** da colônia de pescadores à implantação do Parque Beto Carrero World: um estudo de caso. Dissertação de Conclusão do Curso de Mestrado em Turismo. UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. Balneário Camboriú, 2000.

GOULART, Mônica Krieger. **Estudo de impactos socioculturais de um parque temático em Penha, Santa Catarina.** Monografia de conclusão do Curso de Bacharel em Turismo. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, 2002.

KONDER, Gustavo. **Praia de Armação.** Blumenau em Cadernos.Blumenau: Tomo III, agosto 1970, pp.152-153.

SANTOS, Sarita. **Querida Armação de Itapocorói:** originais de "Picucho Santos. Blumenau: Editora e Gráfica Odorizzi, 1999.

SOUZA, Cláudio Bersi de. **Percepção do meio ambiente em Armação do Itapocorói.** Entrevista concedida a Mônica Krieger Goulart. Penha, 18 jan. 2005. 1 fita cassete (30min).

SOUZA, Cláudio Bersi de e SERPA Filho, Gentil Abílio. **Penha:** A historia para todos. Florianópolis: Editora Paralelo 27, 1995.

TULIK, Olga. **O espaço rural aberto à segunda residência.** In: LIMA, Luiz Cruz (org.). Da cidade ao campo: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: EUCE, 1998.

URRY, John. **O Olhar do Turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1999.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Os contratos (nem sempre cumpridos) das colonizações alemã e italiana

*Saulo Adami**

Artigos

Há vários livros e artigos publicados no Brasil e no exterior abordando a história das imigrações alemã e italiana para o Sul do Brasil. No entanto, são raras as publicações que reproduzem, na íntegra, o conteúdo destes contratos. Contratos estes que muitas vezes eram descumpridos, para desespero das famílias de imigrantes que, sem recursos para retornar ao seu país de origem, tinham que enfrentar a nova e dura realidade.

"*Embora a emigração transatlântica alemã já tivesse ultrapassado o seu auge, depois do último grande surto de 1880/84, decrescendo rapidamente, daí em diante, representantes burgueses da opinião pública, empresários e políticos alemães no final do século 19 continuavam interessados em influenciarem o rumo de tal imigração*", avalia Klaus Richter, em seu estudo sobre a Colonizadora Hanseática de 1897[1]. Tais burgue-

* Saulo Adami é jornalista e escritor, morador da localidade de Arraial dos Cunhas, em Itajaí. É autor de 23 livros, entre eles: Testemunho de Fé: Memorial do Pastor Wilhelm Gottfried Lange (2003), História Secreta do Arrayal dos Cunhas (2004), Agrolândia: De Trombudo Alto aos Nossos Tempos (2004; 2ª edição, 2005), Paisagens da Memória: A Criação do Município de Vidal Ramos (2004), Brusque: Cidade Schneeburg (2005) e Carlos Boos Nunca Soube Dizer Não! (2005), todos em parceria com Tina Rosa, com quem é casado e mantém a S&T Editores.

[1] RICHTER, Klaus. A Sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis/Blumenau, Editora da UFSAC/Editora da Furb, 1992.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ses eram, segundo Richter, adeptos "*do imperialismo e nacionalismo da época*" e consideravam "*de interesse nacional que pela emigração, os emigrantes não perdessem a sua etnia, cultura, língua e nacionalidade, mas, sim, formassem poderosos quistos étnicos alemães no além-mar. Para tal fim, recomendavam que fossem fundadas colônias agrícolas em regiões que:*

1) sendo pouco habitadas pelos nativos e possuindo condições climáticas vantajosas, favorecessem uma imigração alemã em grande escala com boas possibilidades de desenvolvimento;

2) pelo fato de a população nativa ser de 'raça inferior' garantissem que a etnia, cultura, língua e nacionalidade dos imigrantes ficariam preservadas;

3) a longo prazo fornecessem matérias primas para a Alemanha;

4) no início não desenvolvessem indústria própria, dependendo, portanto, da importação de produtos industriais da Alemanha".

"Muitos daqueles interessados em promover a emigração alemã acreditavam que o sul do Brasil seria extremamente favorável à colonização. Estavam, sobretudo, impressionados pelo fato de lá já se terem formado quistos étnicos alemães como resultado da imigração, principalmente, depois de 1850, e da extraordinária natalidade das famílias imigradas", prossegue Richter. De 1870 até 1907, o Brasil recebeu 2.328.585 imigrantes, dos quais 56.416 eram alemães, 1.208.042 italianos e 54.593 russos. A estimativa do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha estimava, em 1891, que *"estavam vivendo cerca de 200 mil pessoas de língua alemã, no sul do Brasil"*.

Para Richter, entusiastas pela fundação de colônias agrárias no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul "*estavam tentando convencer o público, através de inúmeros artigos nos periódicos da época, destinados à discussão de problemas migratórios. Um deles, Karl Ballod, achava, em 1899, que seria possível estabelecer 500 a 750 mil famílias de pequenos camponeses alemães no sul do Brasil. Um outro, Roberto Jannasch, em 1902, calculava que, se fosse possível introduzir 5 mil imigrantes por ano, dentro de 16 a 20 anos, já estariam vivendo naquelas regiões brasileiras 100 mil colonos alemães, os quais, então, comprariam artigos importados da Alemanha, num valor de aproximadamente 10 milhões de marcos. (...) Segundo eles, os colonos alemães até então introduzidos lá, já estariam formando a classe dominante na economia sul-brasileira. Esperava-se que eles, embora cidadãos brasileiros,*

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ficassem economicamente vinculados ao Império Alemão. Assim, a Alemanha conseguiria impor um domínio econômico no sul do Brasil, tal como no século 18, a Inglaterra havia imposto em Portugal que embora de jure independente, de fato tinha reduzido à dependência da economia inglesa".

Havia quem apostasse na independência do sul: "*Contudo, houve alguns imperialistas alemães que, na época da Proclamação da República, esperavam que os três estados meridionais se separassem do resto do Brasil e que em tal caso, recomendavam que fossem estabelecidos estreitos núcleos políticos entre esses estados e a Alemanha. Um deles era Carl Fabri, gerente e mais tarde diretor da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo. (...) A 19 de novembro de 1889, num memorial apresentado ao governo alemão, Fabri opinava que, com a Proclamação da República, o Brasil se dissolveria em várias repúblicas independentes., Entre outras, se constituiria uma república meridional teuto-brasileira. O Império Alemão, segundo Fabri, deveria fomentar a criação de tal estado, usando ao mesmo tempo tanto meios diplomáticos como pressão militar através de navios de guerra. Os teuto-brasileiros, sobretudo pela sua imprensa, neste caso dariam o apoio propagandístico necessário. Uma vez formada a república meridional teuto-brasileira, esta* ***serviria como alvo ideal*** *de expansão para comércio, investimentos e colonização alemã em grande escala*".

"*A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo*", lembra Richter, "*tinha sido a única empresa alemã a se dedicar à introdução de colonos no Brasil. Durante o período principal de suas atividades, de 1850 a 1888, encaminhara 17.408 colonos à Colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, fundando os núcleos coloniais de Joinville e São Bento do Sul. A partir de 1890, se tornara evidente que a Sociedade não seria capaz de continuar o seu programa de colonização, a não ser que se fundisse com uma empresa mais abastada*".

Fabri foi encarregado de negociar a fusão, mas enfrentou resistência dos ministérios do Interior – que temia a futura falta de mão-de-obra na Alemanha – e das Relações Exteriores – que não apoiava a emigração para o Brasil. Suas argumentações tinham seis pontos fundamentais, destacados por Klaus Richter: "*o governo brasileiro daria preferência à introdução de mão-de-obra assalariada nas grandes fazendas de café, sendo menos interessado no desenvolvimento da pequena propriedade agrícola pela colonização alemã*"; "*a política nativista do Brasil procuraria assimilar os imigrantes o mais rápido possível, assim que estes perdessem os seus hábitos culturais e a língua alemã*"; "*mesmo criando um mercado teuto-brasileiro, daí não resultariam grandes vantagens para as exportações alemãs,*

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

dependendo estas, antes de tudo, da oferta, dos preços e da qualidade"; "*imigrantes recém-chegados ao Brasil teriam que enfrentar inúmeras dificuldades causadas pela administração deficiente*"; "*não havia mais terras devolutas suficientes nas regiões realmente apropriadas à colonização em grande escala*"; e "*devido ao desmatamento descontrolado, as condições climáticas no sul do Brasil estariam piorando*". Somente a partir do fim da Revolução Federalista, a partir de 1894, que foi criada "*uma situação favorável a tais projetos no Brasil Meridional*".

Foi neste período que entrou a maior companhia alemã de navegação transatlântica, Norddeutsche Lloyd, de Bremen: "*Uma das suas principais atividades era o transporte de imigrantes, entre outros, para o Brasil, sendo por ela conduzidos àquele país 47 mil pessoas, em 1890. Em 1894, contudo, estava seriamente preocupada com o decréscimo da emigração transatlântica da Alemanha e o conseqüente arrocho dos seus lucros. O seu diretor, Heinrich Wiegand, visitou vários países do Cone Sul da América Latina, no final de 1894, a fim de verificar quais seriam as possibilidades para fomentar a imigração alemã nestes países. Chegou à conclusão que o sul do Brasil seria a região ideal onde colonos alemães conseguiriam conservar a sua cultura e língua. Através deles, o Império Alemão seria capaz de dominar economicamente o Brasil meridional. Promoveu uma intensa campanha pública neste sentido, além de enviar um relatório ao governo alemão e de falar pessoalmente com o Chanceler e o Imperador*".

Krauel, embaixador da Alemanha no Brasil, visitou as áreas destinadas à colonização alemã: "*Em 1895, compilou um relatório extremamente positivo sobre a situação dos alemães e seus descendentes no sul do país. Teriam alcançado posição econômica fortíssima em Santa Catarina, dominando o comércio de importação. Joinville seria uma cidade alemã. Haveria abastança em qualquer parte. Língua e cultura teriam sido preservadas, graças às escolas e igrejas. Existiriam quatro jornais alemães. Austríacos, húngaros, russos, suíços, dinamarqueses e noruegueses se teriam ligado ao grupo alemão predominante. Mesmo assim, Krauel lamentava que os teuto-brasileiros ainda não exercessem grande influência política e que, devido ao número insuficiente de imigrantes, até então não teriam conseguido penetrar a região de forma favorável aos interesses alemães. O Imperador ficou impressionado tanto pelos argumentos de Wiegand como pelas informações de Krauel e deu ordens a fim que fossem estudados meios para promover a colonização alemã no Brasil meridional*".

"*Como resultado das incessantes atividades de Heinrich Wiegand*", narra Klaus Richter, "*duas das três maiores companhias de navegação transatlântica da Alema-*

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

nha, o já mencionado 'Norddeutsche Lloyd' e a Hamburg – Südamerikanische Dampfschiffahrts – Gesellschaft', junto com algumas grandes casas comerciais ligadas ao Brasil, fundaram um novo consórcio, ainda em 1894". Este contrato tinha como objetivo "*a fusão com a velha Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, para o Brasil, a fim de reassumir as negociações a respeito de um novo contrato sobre as áreas e modalidades de uma futura colonização de terras catarinenses. Tal contrato seria pré-requisito para que pudesse ficar constituída definitivamente a projetada nova empresa colonizadora*".

Firmado em 28 de maio de 1895, em Florianópolis, e assinado pelo governador de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz, e pelo representante da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, Carl Fabri, o contrato tinha as seguintes cláusulas:

1ª: A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, ou a companhia que ela organizar naquela cidade, fica autorizada durante 20 anos, da data do presente contrato, a introduzir e localizar anualmente neste Estado até 6 mil imigrantes europeus.

2ª: Essa introdução e localização terá por fim a aumentar e criar novas colônias brasileiras européias, obrigando-se para isso o Governo deste Estado a vender à referida Sociedade, pelo preço de 1.500 réis o hectare, 600 mil hectares de terras devolutas, das que tiver disponíveis nesta data nas zonas de São Bento, Blumenau, Curitibanos e Lages, e bem assim de outras zonas designadas pela Sociedade, que deverá declarar até o 1º de janeiro de 1896 quais essas outras zonas, não podendo porém em caso algum a Sociedade ou companhia medir terrenos à margem das estradas de rodagem ou vias férreas construídas ou em construção por conta do Estado, na extensão a 3 Km de cada margem.

3ª: Os terrenos a conceder na zona de Blumenau só compreenderão o vale do Braço do Norte do rio Itajaí ou Itajaí do Norte, conforme figura nas plantas e cartas do Estado.

4ª: O Governo obriga-se a vender à Sociedade, pelo preço de 2 mil réis o hectare, os terrenos do ex-patrimônio dos senhores Conde e Condessa d'Eu, no vale de Itapocu, exceto o ex-patrimônio hoje ocupado por colonos com títulos legítimos, assim como de expelir dentro do prazo de 6 meses, depois de recebidos pela Sociedade, os intrusos que os estiverem ocupando.

5ª: O Governo obriga-se, depois da assinatura deste contrato, a não mais vender a qualquer pretendente algum terreno do referido ex-patrimônio.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

6ª: O Governo obriga-se a não celebrar contrato para introdução de imigrantes com companhias ou empresas colonizadoras da Alemanha. Poderá entretanto receber e localizar em outros terrenos imigrantes que o Governo Federal lhe remeter, embora de procedência alemã.

7ª: A Sociedade fica obrigada a declarar até o 1º de janeiro de 1896 em quais zonas da concessão ela pretende requerer as terras devolutas, e qual a extensão em cada zona.

8ª: A Sociedade obriga-se a pagar ao Tesouro do Estado 30 contos de réis, como hipoteca e primeira rata do pagamento das terras adquiridas, até o 1º de janeiro de 1896, do já mencionado ex-patrimônio, e a quantia de 50 contos de réis relativos às terras devolutas concedidas. O resto do pagamento dos terrenos do ex-patrimônio será feito um mês depois da retirada do último intrusão que o estiver ocupando. As terras devolutas formarão, segundo as circunstâncias, territórios de diferente extensão que serão adquiridos um a um, à proporção que forem medidos e demarcados. As despesas com a medição e demarcação correrão por conta da Sociedade. Dentro do mês de janeiro de cada ano, deve a Sociedade entrar para o Tesouro do Estado com a quantia relativa aos terrenos medidos pela Sociedade no ano anterior. Até o 1º de abril de cada ano, exceto o de 1896, é obrigada a Sociedade, durante o tempo que durar o contrato, apresentar ao Governo um relatório especificado sobre todos os trabalhos do ano findo, com as respectivas plantas anexas.

9ª: A Sociedade obriga-se a iniciar os seus trabalhos de demarcação e medição em primeiro de janeiro do ano próximo.

10ª: Todas as terras devolutas adquiridas pela Sociedade, em virtude desse contrato, podem ser adquiridas e utilizadas pela Sociedade somente para a introdução e localização de colonos europeus e fundação de estabelecimentos industriais. Todos os terrenos concedidos, mas não ocupados por colonos, reverterão no fim deste contrato ao Governo do Estado, sem direito de restituição ou indenização de qualquer despesa que seja feita pela Sociedade.

11ª: A Sociedade não é obrigada a receber colonos de quaisquer outras empresas colonizadoras organizadas dentro ou fora do país, e nem a lhes conceder lotes nas suas colônias. O Governo também não poderá enviar colonos para as colônias da Sociedade.

12ª: O presente contrato fica em pleno vigor, embora seja declarado valioso o contrato de 30 de junho de 1890, celebrado entre o Governo Provisório e a Sociedade, que é causa ainda pendente.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

12Aª: O presente contrato poderá ser anulado pelo Governo do Estado só no caso em que a Sociedade deixe de cumprir qualquer das cláusulas nele estipuladas, sempre exceto os casos de força maior. [2]

Quanto ao teor deste contrato, Klaus Richter faz as seguintes observações: "*Graças à contribuição financeira das duas companhias de navegação (...), no valor de 100 mil marcos, foi possível pagar a soma de 80 contos (63.530 marcos) estipulada na cláusula 8ª como primeira prestação pelas terras (...), entrando o contrato em vigor, portanto, a partir de 1896. Quanto ao prazo previsto nas cláusulas 2ª e 7ª para a escolha das terras devolutas, ficou prorrogado até 1º de julho de 1896. A 18 de junho daquele ano, o procurador da Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo e chefe da administração da colônia Dona Francisca em Joinville, Axel von Diringshofen, em requerimento ao Governador, designou as zonas de interesse para a Sociedade. Pediu que fossem adjudicadas e vendidas, além das terras no vale do Braço do Norte do rio Itajaí (350 mil hectares) e do ex-patrimônio do Conde d'Eu no Itapocu (50 mil hectares), terras na zona de Garopaba (50 mil hectares), no vale do Itajaí-Mirim (50 mil hectares), no sertão de São Bento (9 mil hectares), no município de Lages (30 mil hectares), no município de Curitibanos (100 mil hectares) e no município de São Bento (11 mil hectares). Ficou deferido tal requerimento por despacho do dia seguinte*".

Em 11 de janeiro de 1897 todas as propriedades da antiga Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo foram transferidas para o consórcio fundador da Sociedade Colonizadora Hanseática, cujo contrato foi aprovado pela assembléia dos acionistas, em 21 de abril. A partir de 1898, várias alterações contratuais foram sendo aprovadas pelos governadores de Santa Catarina, substituindo cláusulas. Em 31 de agosto de 1898, o governador Hercílio Pedro da Luz aprovou a primeira substituição:

10ª: Todas as terras, quer devolutas, quer do patrimônio dos Condes d'Eu, adquiridas pela Sociedade, em virtude desse contrato, serão exploradas e utilizadas pela Sociedade para a introdução e localização de colonos europeus, entre os quais, porém, poderão ser admitidos 25% de colonos nacionais, e para a fundação de estabelecimentos industriais. Todos os terrenos concedidos, quer já adquiridos, quer ainda não, que não forem efetivamente ocupados por colonos e estabelecimentos industriais,

[2] ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. Agrolândia: De Trombudo Alto aos Nossos Tempos. Itajaí, S&T Editores, 2004.; 2ª edição, 2005.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

reverterão ao Estado ao findar-se o prazo deste contrato, não tendo a Sociedade direito à restituição ou indenização de qualquer despesa que tenha feito. Fica entendido que a área indispensável a cada estabelecimento industrial, para seu funcionamento, não poderá exceder de três mil hectares. Os títulos definitivos dos territórios serão passados à proporção que forem sendo medidos os respectivos perímetros e pagos ao Estado.

Em 29 de abril de 1907, o governador Gustavo Richard deu nova forma ao texto de diversos outros artigos:

1º: O prazo do contrato fica prorrogado até 27 de maio de 1930: porém dos terrenos da concessão que até 27 de maio de 1920 não estiverem medidos e pagos, o Governo poderá dispor livremente, podendo porém a Companhia posteriormente a essa data e até 27 de maio de 1930 requerer, aonde houver terras devolutas, o que lhe faltar para completar a área de concessão.

6ª: O Governo do Estado obriga-se a não fazer contratos com outras companhias ou empresas da Alemanha, Áustria, Hungria, Bélgica e Suíça para introdução de imigrantes, podendo porém receber e colocar aqueles colonos que lhe forem mandados pelo Governo Federal em outros terrenos que não os que foram concedidos à Sociedade.

10ª: Todos os terrenos adquiridos pela Companhia de conformidade com este contrato serão destinados à colonização e fundação de estabelecimentos industriais, devendo o seu povoamento ser feito tanto quanto for possível com dois terços de colonos estrangeiros, excluindo-se pretos africanos, chins e semelhantes, e o terço restante com nacionais. Fica estabelecido que o terreno preciso para qualquer estabelecimento industrial não passará de 3.000 hectares. À Companhia será expedido títulos definitivos de propriedade dos terrenos à medida que forem sendo medidos e pagos, e aqueles que não forem pagos findo este contrato, quer pela extinção do prazo, quer por caducidade, reverterão ao Estado sem direito à indenização alguma por serviços neles feitos pela Companhia.

12ª: O presente contrato só poderá ser declarado caduco pelo Governo do Estado, se a Companhia deixar de cumprir, exceto casos de força maior, dentro de dois anos de intimado pelo mesmo Governo do Estado, se a Companhia deixar de cumprir, exceto casos de força maior, dentro de dois anos de intimado pelo mesmo Governo, qualquer das condições nele estipuladas. Fica reconhecido à Companhia o direito de propriedade sem condições alguma dos terrenos pagos até 31 de dezembro de 1906. A Companhia tem o direito de transferir o seu contrato com aditamentos a tercei-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ros, ouvindo-se primeiramente o Governo.

Quanto aos italianos...

Já os imigrantes italianos escreveram – em Santa Catarina – algumas das mais belas e fascinantes páginas da história do Brasil. Em um dos estudos mais profundos sobre a imigração do norte da Itália para o Brasil, no século XIX, Renzo Maria Grosselli considera que a publicidade que os estados estrangeiros – a exemplo de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – faziam sobre seus projetos de colonização foi um dos fatores "*que acelerou o processo migratório. A uma classe camponesa cansada e derrotada, martirizada pelo militarismo e esformeada por terra, estes estados prometiam tanta terra, isenções militares e bem-estar, além do sonho de poder reconstruir a própria sociedade em terras virgens e desabitadas, sem nobres nem patrões, alheias a novas morais e valores que a nova época estava insinuando também em nossos vales e que minavam as bases da sociedade camponesa. É difícil pensar que sem estas propostas o êxodo dos camponeses trentinos, vênetos e lombados tivesse assumido tais proporções. Os folhetins e as ofertas chegavam em todas as localidades da região, até às menores e mais dispersas. Uma organização capilar recrutava com base nos ganhos de centenas de pessoas e também na desesperada situação financeira dos municípios que, muitas vezes, solicitavam a expatriação dos próprios concidadãos mais pobres para livrar-se do peso do seu sustento*" [3].

Para Grosselli, o mito americano "*serviu para alguns para refugiar-se na América, confundido entre milhares de emigrantes, fugindo de algo ou de alguém. Folheando os documentos das Capitanias Distritais, dos Comissariados de Polícia e das Autoridades militares da época, a gente se dá conta, por exemplo, que para alguns, o pedido de emigração não era senão o pretexto para obter a isenção do serviço militar. Isto especialmente nos primeiríssimos anos em que o fluxo migratório tomou de improviso as autoridades civis e militares que de imediato tentaram tomar providências*".

Em 1874, a "*febre americana*", na avaliação de Grosselli, "*entrou como por contágio em muitos vales do Trentino. Segunda uma estatística da Cap. Distr. de Borgo, naquele ano, emigrara, da Capitania para a América (mas muitas localidades indicavam Brasil, como destino) 91 pessoas. Era certamente uma estatística prudente e tomava em consideração somente os emigrantes legais. Em março do mesmo ano, a*

[3] GROSSELLI, Renzo Maria. Vencer ou Morrer – Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras – 1ª Parte – Santa Catarina (1875-1900). Florianópolis, Editora da UFSC, 1987.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

autoridade da Capitania de Trento fez uma sondagem junto aos municípios de sua jurisdição; a guarda militar de Lavis respondeu que 2 ou 3 pessoas estavam prestes a partir para a América; a guarda de Cembra comunicou que 12 pessoas teriam partido para o Brasil em 1º de abril; a Guarda de Mezzolombardo fez saber que, da localidade de Roverè della Luna, 40 famílias estavam decididas a partir em abril engajadas por um certo Zanol de Cortaccia. Esta última notícia alarmou a Capitania que pedia à guarda de confirmar o dado e em caso afirmativo de fazer de tudo para evitar uma partida tão maciça. No dia 13 de julho, o Município de Roverè della Luna comunicava que somente uma pessoa estava partindo, mas que alguns engajadores agiam na localidade: entre estes o costumeiro Zanol. No dia 20 de agosto, o mesmo município comunicou à Capitania que algumas pessoas tinham partido clandestinamente para Salzburg, de onde teriam chegado a Brema para emigrar. De Vezzano, o município comunicou a partida de um casal de Vigo Cavedine. Entre os documentos da Capitania daquele ano, no dorso de uma circular se encontra também menção de 'um certo Giuseppe Pastor de Praga nos seus 30 anos, de estatura média, corpulento, de cabelos louros', que era indicado como um 'Ativo agente de emigração para a América'".

Vários prefeitos auxiliaram na divulgação das propostas enviadas por autoridades consulares dos países estrangeiros interessados em receber emigrantes europeus, e também pelas companhias de navegação "*que lucravam enormes somas no transporte para a América de centenas de emigrantes. A publicidade das ofertas da organização Caetano Pinto chegou provavelmente na região sob forma de folheto, durante o ano de 1875, mesmo que confeccionada em 1874*". O texto integral da proposta, reproduzido no livro de Grosselli, é o seguinte:

Prospecto das vantagens oferecidas aos emigrantes que desejam estabelecer-se no Império do Brasil.

O Governo Brasileiro querendo povoar seu território, coberto de uma vegetação a ninguém segunda, e incluindo em seu seio toda espécie de minerais, oferece aos Emigrantes que preferirem este país a qualquer outro, grandes vantagens nos preços da viagem, a venda a preços reduzidos das terras que produzem todos os frutos Europeus e dos que não se cultivam a não ser nos trópicos. Esta fecundidade é devida ao clima temperado de que goza o Brasil. O Governo garante a vida e a propriedade dos habitantes por suas leis e sua Constituição. Este vasto império, quase tão extenso quanto a Europa inteira, apresenta diversos climas: muitas vezes, durante o inverno, a neve

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

dos pelo preço que será fixado pelo Diretor da colônia, cujo preço poderá variar de 2 a 8 réis (o réis vale aproximadamente 0,0025 francos, ou seja 4 réis igual a 0,01 francos: uma parte rústica de 3ª classe contendo 151.200 metros quadrados, custará a soma aproximada de 156 francos) e isto será feito arbitrariamente segundo a fertilidade, a situação, as outras condições nas quais se encontram os terrenos. Dito preço é fixado para os Colonos que pagarão suas terras em moeda corrente, à vista.

Quanto àqueles que comprarem a prazo será acrescentado 20% do preço marcado, e o pagamento será feito em cinco parcelas, a partir do final do segundo ano de residência do Colono que, conseqüentemente, deverá efetuar seu último pagamento no final de seu sétimo ano de ocupação do terreno. O Emigrante que antecipar as épocas de pagamento terá o benefício do desconto de 6% sobre o pagamento feito antecipadamente. Nestas partes de terra entregues após medição e demarcação, haverá uma superfície de 4.840 metros quadrados desboscados e ao mesmo tempo uma casa provisória. Quando os colonos tomarem posse de seus terrenos terão direito às sementes necessárias para as primeiras semeaduras destinadas a sua alimentação e além disso receberão os instrumentos agrícolas de que terão necessidade, o preço destes como também das despesas de deslocamento, da casa e de outras antecipadas, serão reunidas no momento da venda das terras e pagas segundo os prazos estipulados. Todas as despesas de transporte, do porto de embarque até a colônia que o Emigrante tiver escolhido para sua residência, serão feitas gratuitamente. Os Emigrantes terão igualmente direito ao alojamento na Casa de recepção, como também os alimentos durante oito dias, na capital e nos portos de província do Império, onde tiver lugar o desembarque, sem que essas despesas possam ser-lhes cobradas. Durante estes oito dias terão mais que suficiente para pedir todas as informações, e quanto àqueles que não são Agricultores, esta demora lhes bastará para obter um emprego, segundo a profissão que exercerem.

Na chegada ao porto onde deverão desembarcar, os Emigrantes serão recebidos a bordo por um Agente intérprete que se encarregará de seu desembarque e de suas bagagens, como também de fornecer-lhes todas as informações de que eles desejarem obter. Este agente deverá igualmente facilitar aos recém-chegados todos os meios de tomar um perfeito conhecimento das colônias existentes e de sua situação e os ajudará com seus conselhos a obter um emprego, e lhes indicará o que melhor lhes convier. Além das informações que os Emigrantes poderão pedir a este empregado, que será uma pessoa de toda confiança deles, eles terão a maior facilidade de acolhimento entre os numerosos compatriotas estabelecidos na cidade. Em caso de doença, os Emigrantes serão cuidados gratuitamente durante todo o tempo em que não estiverem estabelecidos

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

em suas colônias respectivas. Suas bagagens e instrumentos estarão isentos do direito de Alfândega. Em todas as Colônias os Emigrantes encontrarão a instrução moral e religiosa que lhes será ministrada pelos padres Católicos e pelos Pastores Protestantes segundo a religião de cada um, assim também para as escolas para as crianças dos dois sexos, em que o ensino será gratuito.

No interior do Império as estradas não são ainda das melhores. Nelas estão fazendo todos os reparos e todos aperfeiçoamentos úteis; convém em todo caso anotar que nas regiões coloniais existem rios e riachos em abundância, por meio dos quais se efetua o transporte em chatas e em barcos a vapor. Além deste meio de comunicação, mais Estradas fé Ferro estão em vias de construção, e outras em estudo, o que faz esperar que em pouco tempo o Brasil possuirá uma verdadeira rede deste meio de transporte rápido e cômodo. A construção destas estradas oferece a todos os trabalhadores empregos seguros e bem remunerados, face à questão palpável da falta de braços, sempre crescente não só para este empreendimento, mas ainda para um grande número de outros que estão atualmente em ativação. Nas cidades, vilas e cabanas (provavelmente "campagne", campos ndr) o Operário e o Servente estão sempre certos de um trabalho bem pago, e pode-se em sã consciência afirmar que, não somente todo homem ativo e laborioso encontra no Brasil uma existência segura, mas também que pode em alguns anos conseguir uma fortuna e até acumular riquezas.

Todas as vantagens acima citadas não fazem contrair ao Emigrante nenhuma obrigação e não o obrigam a nada; ele desembarca no Brasil sem dívidas, inteiramente livre e dono de suas ações, podendo estabelecer-se onde lhe agradar, enfim, encontra na sua chegada, alojamento, alimentação, conselho e proteção, sem por isso gastar nada em absoluto. Quando os europeus chegarem ao Brasil, já não estarão isolados, em todas as localidades eles encontrarão um grande número de compatriotas, e nas colônias uma nova família da mesma nação, e dos mesmos costumes, e entre os habitantes deste belo país, uma hospitalidade desconhecida no velho mundo. Os Emigrantes podem corresponde-se mais de uma vez por semana com seus parentes e por meio de numerosos vapores que fazem um serviço regular entre o Brasil e a Europa. O preço dos víveres é excessivamente baixo, e à mesa do pobre quanto àquelas do rico, todos os dias há carne fresca, principal alimento de todas as classes, graças aos preços que são só de 160 a 200 réis (40 cent. A 50 cent.) o quilo.

Os Emigrantes que dão preferência ao Brasil vivem sob a proteção de um Governo civilizado e humano; as instituições do país oferecem garantias de ordem e de segurança que não encontrarão em nenhum outro Estado da América do Sul. Tudo

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

contribui, portanto a recomendar poderosamente o Brasil à Emigração; a prova desta afirmação é fornecida por todos os sábios escritores que visitaram este rico país e pelo grande número de Emigrantes que aí vieram estabelecer-se, em busca de trabalho ou das garantias que lhes oferece sua constituição, e o exemplo da propriedade de que gozam as colônias já estabelecidas. Pode-se, portanto dizer com toda a sinceridade aos Emigrantes: "Vocês querem emigrar? Vão para o Brasil". Se vocês são honestos e trabalhadores, vocês terão a certeza de tornarem-se proprietários em pouco tempo e de serem ricos depois de uma dezena de anos. Por todas estas vantagens e se lhes acrescentarmos a grande economia que por meio deste contrato o Governo oferece ao Emigrante, considerando que este não deve pagar nada, nem ao Estado, nem ao Empreiteiro, e que é completamente livre de fazer o que melhor lhe convier, não se pode não estar convencido que nenhum empreendimento oferece ao Emigrante condições mais favoráveis que estas.

Preço de Modane até o Porto de Havre L.40 para os solteiros e L.20 de ouro para as famílias. Partidas duas vezes por mês. Neste preço estão compreendidas as despesas de Ferrovia e Bagagem de Modane até Havre, enquanto todas as outras despesas até Modane e a alimentação em Lê Havre correm por conta do Emigrante.

Gioacchino Gaetano Júnior

Diante do interesse dos italianos em emigrar para o Brasil, o Governo Imperial assinou com Joaquim Caetano Pinto Júnior um contrato que visava introduzir no país, "*por meio deste ou de uma companhia no Brasil, no período de dez anos, de 100.000 (cem mil) imigrantes*". As cláusulas do contrato eram as seguintes[4]:

I. *J.C. Pinto se obriga, por meio ou de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (com exceção da Província do Rio Grande do Sul), num período de 10 anos, 1000.000 imigrantes alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses, agricultores sadios, trabalhadores de boa moral, nunca menos de 2 anos, nem maiores de 45, salvo os chefes-de-família. Destes imigrantes, 20% podem exercer outras profissões.*

II. *O período de 10 anos começará a correr depois de 12 meses, calculados da data de elaboração do contrato; o empresário, porém, poderá iniciar a introdução de*

[4] ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. Rio do Oeste: A História Oficial e as Outras Histórias. Itajaí S&T Editores, 2004.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

imigrantes antes do fim dos 12 meses, se o Governo permitir.

III. O número de imigrantes não superará os 5.000 no primeiro ano, podendo ser elevado a 10.000 se o Governo assim estabelecer: mas nos anos sucessivos o empresário será obrigado a introduzir até 10.000, sendo qualquer excesso dependente do prévio consentimento do mesmo Governo.

IV. O empresário receberá, por adulto, as seguintes subvenções: 120$000 réis para os primeiros 50.000 imigrados; 100$000 para os 25.000 sucessivos; 60$000 réis para os últimos 25.000, e a metade destas subvenções para os menos de 12 anos e maiores de 2.

V. Estas subvenções serão pagas junto a Corte, assim que for provado que os imigrados foram recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da província à qual eram destinados.

VI. Nem o Governo, nem o empresário poderão receber dos imigrantes, a nenhum título, as cifras gastas como subsídios, ajudas, transportes e alojamentos dos mesmos.

VII. O Governo concederá gratuitamente aos imigrantes hospitalidade e alimentação durante os primeiros 8 dias de sua chegada, e transporte até as colônias do Estado às quais se destinarem.

VIII. Igualmente garantirá aos imigrantes que quiserem se estabelecer nas colônias do Estado a plena propriedade de um lote de terras, com as condições e os preços estabelecidos pelo Decreto nº 3.784, de 19/01/1867; obriga-se, além disso, a não elevar o preço das terras de suas colônias sem avisar o empresário com 12 meses de antecedência.

IX. Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecer como agricultores nas colônias ou nas terras do Estado, que escolherão para sua residência, em colônias ou terras das Províncias, ou de particulares; assim como de encontrar emprego nas cidades, vilas e aldeias.

X. Os imigrantes virão espontaneamente, sem compromisso nem contrato algum, e por isso nenhuma reclamação poderá ser feita ao Governo, tendo somente o direito aos favores estabelecidos nas presentes cláusulas, e disso estarão completamente conscientes.

XI. O Governo designará com precisa antecedência as Províncias onde já existem ou virão a se formar colônias, a fim de que os emigrantes já conheçam da Europa os pontos onde poderão se estabelecer.

XII. O Governo nomeará, nos pontos nos quais se efetuará o desembarque dos imigrantes, agentes-intérpretes que ao mesmo tempo fornecerão todas as informações de

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

que necessitarem.

XIII. Todas as expedições de imigrantes serão acompanhadas de listas, as quais conterão o nome, a idade, nacionalidade, profissão, estado civil e religião de cada indivíduo.

XIV. No transporte dos imigrantes o empresário é obrigado a fazer respeitar as disposições do Decreto nº 2.168, de 1º de maio de 1858.

XV. O Governo pagará ao empresário a diferença de preço de passagem entre o Rio de Janeiro e as províncias para as quais serão enviados imigrantes diretamente da Europa, quando tais províncias não estejam em comunicação direta e regular por meio de vapores com a Europa, e o empresário deve fazer atracar nos respectivos portos vapores de outras linhas por ele fretados.

XVI. As questões que surgirem entre o Governo e o empresário, a respeito de seus direitos e obrigações, serão resolvidas por árbitros. Se as partes contratantes não concordarem pelo mesmo árbitro, nomearão cada uma o seu e estes designarão um terceiro, que decidirá definitivamente no caso de paridade. Se não houver acordo sobre tal árbitro, será escolhido por sorteio um Conselheiro de Estado que terá voto decisivo.

XVII. O empresário será obrigado a repatriar a suas custas os imigrantes que tenha introduzido fora das condições da cláusula I, e que o exijam, cabendo igualmente ao Estado aloja-los e sustenta-los até sua repatriação, além de perder o direito ao subsídio correspondente a tais imigrantes.

XVIII. Do mesmo modo, não poderá transferir este contrato senão à companhia ou sociedade organizada na forma da cláusula I.

Se os contratos nem sempre foram cumpridos à risca, se poucas famílias conseguiram reunir recursos para retornarem ao seu país de origem, se o Brasil não era a pátria perfeita pintada pelos governos alemão e italiano, a verdade é que os imigrantes que deixaram a Alemanha e a Itália a partir do Século XIX, ajudaram a construir a história do nosso país. Com coragem, muita coragem.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Referências

ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. **Agrolândia: De Trombudo Alto aos Nossos Tempos.** Itajaí, S&T Editores, 2004.; 2ª edição, 2005.

ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. **Rio do Oeste: A História Oficial e as Outras Histórias.** Itajaí S&T Editores, 2004.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou Morrer – Camponeses Trentinos (Vênetos e Lombardos) nas Florestas Brasileiras – 1ª Parte – Santa Catarina (1875-1900).** Florianópolis, Editora da UFSC, 1987.

RICHTER, Klaus. **A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a Colonização do Interior de Joinville e Blumenau.** Florianópolis/Blumenau, Editora da UFSAC/Editora da Furb, 1992.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Indústria de software e desenvolvimento local/ regional

Ivo M. Theis**

Artigos

Recomendações de políticas para a ISB*

1 Introduzindo...

Esta breve intervenção tem o objetivo de discutir as contribuições da indústria de software de Blumenau [ISB] para o desenvolvimento local/regional e, se possível, daí extrair algumas recomendações de políticas públicas. Para se lográ-lo, procede-se a um rápido exame da evolução recente do setor e a uma avaliação da atuação da Universidade Regional de Blumenau [FURB] no pólo local de software – o BLUSOFT.

Como ponto de partida[1], pressupõe-se que a sociedade industrial vai dando lugar a uma *sociedade do conhecimento*. Esta se baseia numa economia cada vez mais intensiva em conhecimento, isto é, numa economia em que a maior parte dos custos de produção deriva cada vez mais do aporte de trabalho intelectual em comparação com os custos dos demais recursos produtivos (Arrow, 2000; Spolidoro, 1998). Assim, o conhecimento e o aprendizado se tornaram mais importantes nesta etapa específica do desenvolvimento capitalista que em qualquer época anterior. Com efeito, indivíduos, firmas e economi-

* A primeira versão deste artigo foi preparada para o seminário "Os clusters de TI e o desenvolvimento local", realizado em Blumenau em 7 de março de 2003.

** Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau [E-mail: theis@furb.br].

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

as regionais e nacionais reúnem condições para criar riquezas e ter acesso a elas na mesma proporção de sua capacidade de aprendizado (Lundvall, 2000).

A rigor, não há novidade nenhuma no fato de que o conhecimento eleva a produtividade e agrega valor à produção. Desde a Revolução Industrial se sabe que, além da destreza dos trabalhadores, da organização do processo produtivo, do volume e da eficácia dos meios de produção e das condições do meio físico, a produtividade é determinada pelo grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica (Marx, 1993, p. 54). Entretanto, o desenvolvimento sem precedentes da ciência nestes últimos 30 anos talvez tenha influenciado, mais que outro fator, o estabelecimento dessa nova *sociedade do conhecimento* (Lundvall, 2000).

Contudo, aqui importa observar não apenas que há uma transição da velha sociedade industrial para uma nova *sociedade do conhecimento*; mas, que essa *sociedade do conhecimento* é, necessariamente, globalizada; e que novas economias regionais e nacionais se estabelecem e se consolidam caso compartilhem do novo paradigma tecnológico dominante – fundado na liderança de poucos setores dinâmicos como biotecnologia, eletroeletrônica, informática e química fina. A hipótese implícita é que *pólos de software* contribuem sobremaneira para dinamizar economias regionais e habilitar estas a uma inserção qualificada no contexto dessa *sociedade do conhecimento globalizada.*

Quadro 1 - Características que explicam o domínio de setores e regiões

Características principais
❑ emprego de número considerável de trabalhadores
❑ altas taxas de crescimento do emprego e/ou de postos de trabalho
❑ altas taxas de crescimento da produção econômica
❑ efeitos positivos sobre setores emergentes
❑ produção de bens cujo consumo é crescente
❑ repercussões positivas sobre o desenvolvimento regional/nacional

Fonte: Scott & Storper (1988, p. 31).

As evidências da história recente do capitalismo indicam que a economia espacial é modificada tanto pela estagnação e decadência de setores e regiões antes prósperos quanto pela ascensão de setores e regiões antes inexistentes. A presença e/ou ausência de certas características pode expli-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

car a dominância de determinados setores e regiões [ver quadro 1].

No caso da indústria local de software todas as características referidas estão presentes, talvez em escala insignificante a primeira e a terceira, mas significativamente as demais. No mínimo, é um convite para novas investigações...

Todavia, dados os limites desde *paper*, não se explorará aqui essas questões. A presente contribuição se restringe a refletir sobre a influência da indústria de software sobre o desenvolvimento de Blumenau e região. Para tanto, essa reflexão apoiar-se-á na perseguição de dois objetivos mais práticos: primeiro, examinar a evolução recente da ISB; segundo, avaliar a atuação da universidade como ator-chave para impulsionar o setor.

2 A evolução recente da ISB

Desde os anos 1980 desenvolve-se em Blumenau um dos mais importantes pólos brasileiros de software. O começo está datado de 1969, quando foi criado o CETIL. Em 1973, a FURB implantou o primeiro curso de graduação em Ciências da Computação – terceiro em todo o Brasil. Profissionais qualificados do CETIL e bem treinados estudantes de Ciências da Computação da universidade inundaram o mercado local de força de trabalho especializada. Disso resultou um grande número de firmas de software entre o fim dos anos 1980 e o início dos anos 1990. Em 1991, a FURB, a Prefeitura Municipal de Blumenau e a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, e um então já significativo número dessas firmas de software, criaram o BLUSOFT – Blumenau Pólo de Software. O BLUSOFT tem como principal propósito oferecer suporte às firmas de software por meio da ampliação do mercado nacional e internacional para os seus produtos (Koch, 1998; Schubert Campos, 1997).

O surgimento e desenvolvimento da indústria de software têm forte relação com o setor têxtil. Todavia, seu melhor momento – o da criação de dezenas de firmas e a organização do pólo de software – ocorre precisamente quando a atividade têxtil entra em crise nos anos 1990. Pode-se afirmar, com base nas evidências, que a indústria de software ganha fôlego no instante em que a economia local/regional sofre os abalos da crise do setor têxtil e inicia um processo de diversificação (Theis, 1997).

Logo se pode perceber que, por reunir características como emprego de força de trabalho qualificada, maior agregação de valor à produção e

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

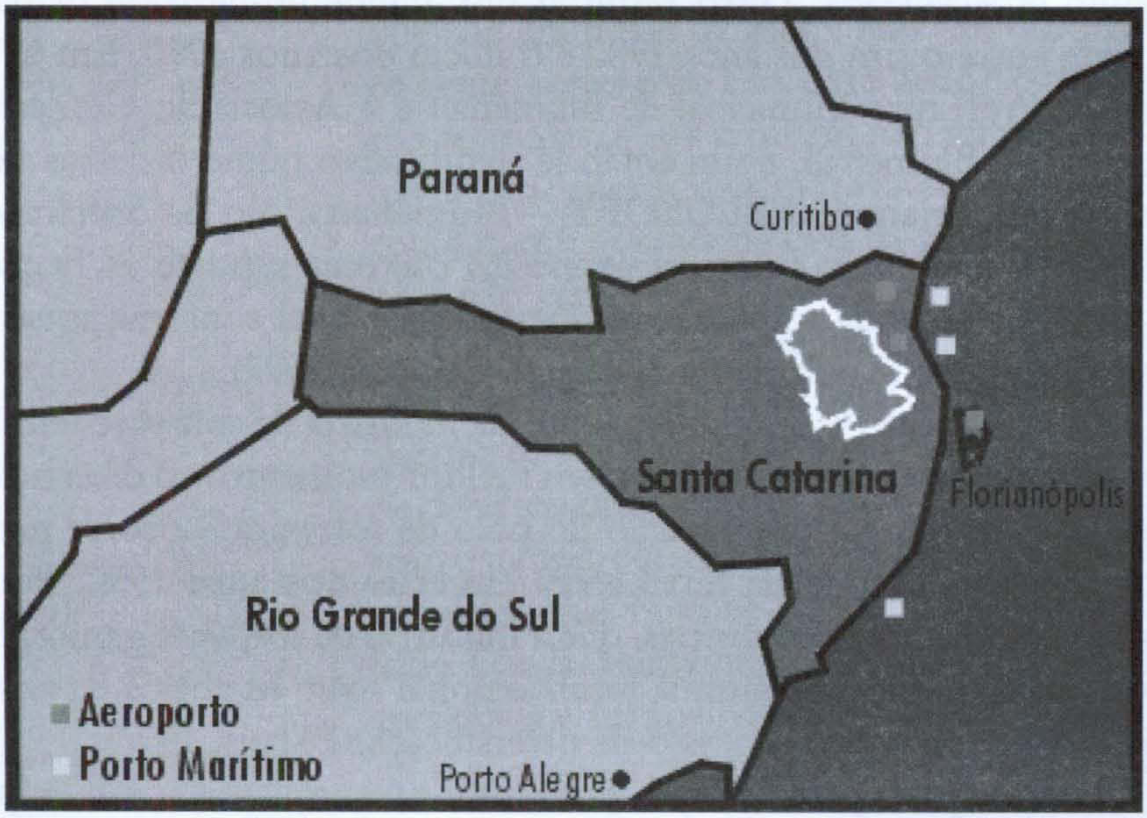
Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

atuação em mercados em expansão, a indústria de software assumiria crescente relevância para a economia local/regional (Schubert Campos, 1997).

O caso específico de Blumenau[2] é singular. Primeiramente, o setor evoluiu a taxas acima da média em muito pouco tempo – com isso se querendo dizer que o número de firmas e empregos aumentou, a produção e o faturamento cresceram e o mercado para esses produtos se expandiu consideravelmente. Em segundo lugar, essa evolução resultou na criação do BLUSOFT – principal elemento de dinamização do setor a partir dos anos 1990. Em terceiro lugar, a posição relativa de Blumenau se eleva com o BLUSOFT devido à efervescente atividade de incubação que passa a ter lugar já desde o início – o que pode ser comprovado na comparação com outras incubadoras apoiadas pelo Programa Softex-2000 (Theis, 1998a; Theis, 1998b).

O fortalecimento da atividade de software em Blumenau não tem, necessariamente, expressão maior na região de entorno. Enquanto a atividade têxtil, consolidada localmente, se estendeu pelos demais municípios do Médio Vale do Itajaí [ver figura 1], a indústria do software permanece fortemente concentrada em Blumenau (Koch, 1998).

Figura 1 – Localização do Médio Vale do Itajaí e Blumenau



Fonte: http://www.furb.br/forummvi

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

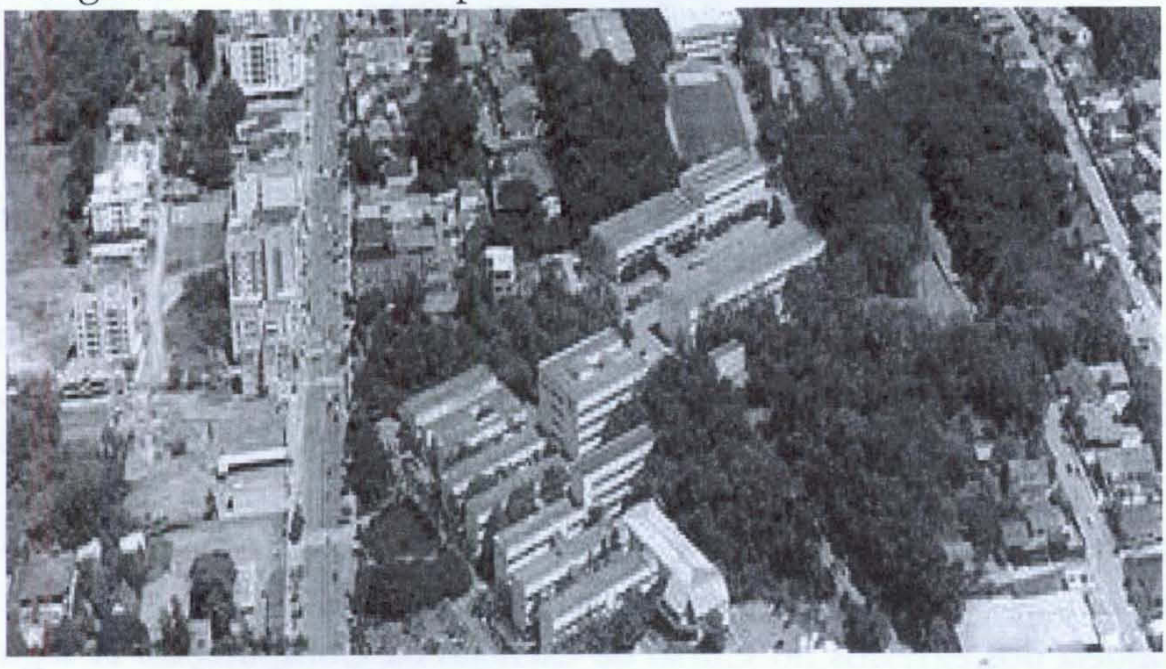
Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Não obstante, dois movimentos têm contribuído para dinamizar o setor. O primeiro diz respeito à intensificação da pré-incubação – e, portanto, da transferência de conhecimento: os empreendimentos que queiram se estabelecer contam com o Gene-Blumenau, ligado à FURB (Santos Silva, 2003). O segundo se refere à *aproximação* dos produtores de software; trata-se de um processo induzido de cooperação entre firmas que produzem software, visando a substituir a competição local pela cooperação e a atitude passiva no mercado por estratégias mais competitivas (Bercovich, 2002).

3 A atuação da FURB e o desenvolvimento da ISB[3]

É impossível, no limite de uma contribuição como esta, descrever e analisar as mais importantes experiências que demonstram a influência da FURB [ver figura 2] no desenvolvimento regional. Esta é a razão por que se faz uma opção pela alternativa mais breve de evitar maiores detalhes...

Figura 2 – Vista do campus I da FURB



Fonte: http://www.furb.br

Convém lembrar que, desde 1964, quando foi fundada, a FURB passou por mudanças consideráveis. A mudança recente mais importante diz respeito à transição de atividades tipicamente de ensino para atividades de pesquisa e extensão – portanto, da reprodução simples do conhecimento para a produção e difusão qualificadas de conhecimento. Isto fez com que

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

a FURB também modificasse a natureza de sua intervenção no meio em que se localiza. Dentre as suas diversas intervenções, tem considerável relevância a da parceria no Pólo de Software de Blumenau.

Como já foi dito, desenvolve-se desde os anos 1980 em Blumenau uma das mais importantes concentrações de produtores de software. Desde pelo menos 1973, a FURB participa ativamente deste desenvolvimento com a implantação de um curso de graduação em Ciências da Computação. Posteriormente, em 1991, ela voltaria a reafirmar sua importância no desenvolvimento da indústria de software ao se unir à Prefeitura Municipal de Blumenau e à Associação Comercial e Industrial de Blumenau para criar o BLUSOFT – Blumenau Pólo de Software.

No entanto, a contribuição da FURB para o desenvolvimento do BLUSOFT e da indústria do software de Blumenau e região não se limita à

Quadro 2– A FURB e a ISB

Contribuições da universidade
❑ presença no Conselho de Direção do BLUSOFT ❑ desenvolvimento de parcerias com firmas e entidades ativas na indústria do software ❑ execução de pesquisa relacionada a produtos e serviços de software ❑ qualificação de recursos humanos para a indústria de software

Fonte: Theis & Mattedi (2002).

criação do curso de Ciências da Computação e do pólo local de software. Ela contribui de muitos modos com esta singular iniciativa.

Há pelo menos mais três interfaces da FURB com a área de software que merecem ser referidas. A primeira diz respeito à criação de mais um curso de graduação: Sistemas de Informação. Seu surgimento se deve a uma demanda por profissionais que tenham uma qualificação complementar àquela dos egressos do Curso de Ciências da Computação. A segunda consiste na criação de um programa de pós-graduação na área de Informática, em resposta a uma exigência de qualificação mais especializada para atuação em atividades de pesquisa. A terceira, finalmente, se refere à presença da instituição no Instituto Gene-Blumenau. Surgido em 1997, o Gene-Blumenau se localiza no Campus IV da FURB e, além das empresas incubadas, gerou 14 empreendimentos entre 1998 e 2002 – responsáveis por mais de 90

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

postos de trabalho e um faturamento superior a R$ 1 milhão (Santos Silva, 2003).

Como foi advertido acima, a opção pela alternativa mais breve de evitar maiores detalhes impede que se explore outros aspectos da rica participação da FURB no desenvolvimento da indústria de software em Blumenau. De todo modo, a presença da universidade no BLUSOFT parece evidenciar sua disposição de participar ativamente desse impulso ao setor e, assim, potencializar o desenvolvimento local e regional. Não é irrelevante reiterar que essa disposição resulta da modificação na sua forma de intervir no meio em que atua; e que esta se deu pela transição de atividades típicas de reprodução do conhecimento para atividades de produção e difusão do conhecimento que experimentou ao longo dos anos 1990.

4 Concluindo...

A presente contribuição teve o propósito de refletir sobre políticas de apoio à indústria de software que exercem influência positiva sobre o desenvolvimento de Blumenau e região, partindo de dois objetivos: primeiro, examinar a evolução recente da ISB; segundo, avaliar a atuação da universidade como ator-chave para impulsionar o setor... O que se pode concluir do exposto?

Em geral, reconhece-se que a indústria de software produz e pode exportar bens e serviços de alto valor agregado, gera empregos bem remunerados que fortalecem o mercado interno (tornando-o mais atrativo para novos investimentos), estimula a permanência dos recursos humanos em seus locais de origem (reduzindo a fuga de cérebros que ameaça pequenas e médias cidades), fortalece o desenvolvimento regional, gera divisas, atrai a juventude para uma formação científica, potencializa a produtividade das pessoas e das empresas, promove a transparência das relações entre governos e cidadãos, permite a comunicação instantânea e facilita o trabalho de numerosos grupos de pessoas (Maroto & Zavala, 2002).

Em muitos países e regiões, a indústria de software pode expandir-se e produzir muitos desses efeitos positivos. Dentre estes, o da India é o mais lembrado, dado o enorme salto logrado em tempo recorde: se em 1989 a India ainda exportava miseráveis US$ 20 milhões em software, em 2001 suas exportações de software alcançaram US$ 6 bilhões!

É evidente que, a despeito da história já vivida até aqui, algumas estratégias bem-sucedidas do passado tenham que dar lugar a um novo

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

conjunto de políticas capazes de lançar a indústria local de software num processo de acumulação sustentado em médio e longo prazos. Para tanto, uma exigência é a participação ativa da academia, do setor produtivo local e internacional e de todos os níveis de governo afetados num novo pacto de cooperação – que pode fundar-se na adoção de algumas medidas básicas [ver quadro 3].

Fundamentalmente, cabe reformatar a parceria que, na última déca-

Quadro 3– Recomendações de políticas para a*indústria do software*

Medidas principais
❑ promoção de exportações
❑ atração de novos investimentos
❑ formação permanente de pessoal qualificado
❑ exploração do mercado interno
❑ fortalecimento de parcerias no pólo
❑ perseguição de níveis internacionais em capacidade de processos
❑ disponibilidade de infra-estrutura física adequada

Fonte: baseado em Maroto & Zavala (2002).

da e meia, permitiu o desenvolvimento da indústria de software até o atual estágio. O novo formato requererá novos compromissos dos atores-chave, sobretudo da administração pública local (sem desconsiderar os demais níveis de governo), da universidade e do setor produtivo. O novo formato terá que ser ajustado às condições já vigentes da *sociedade do conhecimento globalizada*, de molde não apenas a assegurar uma sobrevida ao BLUSOFT por outros quinze anos, mas para torná-lo instrumento dinâmico do processo de acumulação regional e mecanismo de geração de bem-estar para a gente que escolheu viver neste canto do mundo.

Notas de fim

[1] Baseado em Theis (2002).

[2] O caso de Blumenau, bastante conhecido, é explicado, entre outros, por Bercovich (2002), Koch (1998) e Schubert Campos (1997).

[3] Baseado em Theis & Mattedi (2002).

Referências bibliográficas

ARROW, K. J. (2000) "Knowledge as a factor of production" In: **Annual World Bank Conference on Development Economics 1999**. Washington, The World Bank, pp. 15-20.

BERCOVICH, N (2002) Desarrollo local, cooperación y competitividad: el polo de software de Blumenau **(= Relatório de Pesquisa). Santiago, CEPAL.**

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

KOCH, A. (1998) **Aspectos geográficos do setor de informática no nordeste de Santa Catarina: desenvolvimento, estado atual e possibilidades futuras** (= Relatório de Pesquisa). Tübingen, Geographisches Institut der Universität Tübingen.

LUNDVALL, B.-A. (2000) "Innovation policy and knowledge management in the learning economy" In: **Anais da IVª Conferência Internacional em Política Tecnológica e Inovação**. Curitiba, PUCPR & UNFPR.

MAROTO, C. & ZAVALA, J. (2002) "La industria del software en México" In: **El Mercado de Valores**, 62 (12), pp. 23-29.

MARX, K. (1993, [1867]) **Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie** (= MEW, 23). 18 ed. Berlin, Dietz Verlag.

SANTOS SILVA, G. (2003) **Transferência de conhecimento e desenvolvimento local/regional: o caso do Gene-Blumenau** (= Monografia de Ciências Econômicas). Blumenau, Universidade Regional de Blumenau.

SCHUBERT CAMPOS, T. R. (1997) **Perfil das empresas produtoras de software de Blumenau e sua importância para a economia regional** (= Monografia de Ciências Econômicas). Blumenau, Universidade Regional de Blumenau.

SCOTT, A. J. & STORPER, M. (1988) "Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica" In: **Espaço & Debates**, N. 25, pp. 30-44.

SPOLIDORO, R. (1998) "The paradigm transition theory: a tool for guiding technopolitan transformations" In: FORMICA, P. & TAYLOR, D. (orgs.) **Delivering innovation: key lessons from the world-wide network of science and technology parks**. Campanillas (Málaga), IASP, pp. 65-91.

THEIS, I. M. (1997) "O papel da administração pública no desenvolvimento local: o caso de Blumenau – contribuições para o debate" In: Revista de Negócios, **2 (2), pp. 63-72.**

THEIS, I. M. (1998a) Núcleos de software e novas economias regionais no Brasil: influências econômico espaciais do Programa Softex-2000 **(= Série Estudos e Debates, N. 35). Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 20 pp.**

THEIS, I. M. (1998b) "Polos de software y nuevas economías regionales en Brasil: un análisis regulacionista de las influencias del programa Softex-2000" In: **Anais do I° Encontro de Economia e Econometria da Região Sul**. Florianópolis, UFSC.

THEIS, I. M. (2002) "Inovação, desenvolvimento regional e parques tecnológicos: uma análise crítica do caso brasileiro" In: FISCHER, T. (org.) **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador, Casa da Qualidade, pp. 77-90.

THEIS, I. M. & MATTEDI, M. A. (2002) "The contribution of the university to the regional development: the case of the southbrazilian Regional University of Blumenau" In: **Anais do Second International GET UP – Workshop on University-based Start-ups**. Jena, Fachhochschule Jena.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Burocracia & Governo

Burocracia & Governo

Transcrição de documentos

Publicamos nesta edição com a chamada *"Transcrições de Documentos"*, uma série de correspondências da administração da Colônia Blumenau endereçadas para o Presidente da Província de Santa Catarina informando, prestando contas, e ou fazendo solicitações de interesse da Colônia.

Estas transcrições foram extraídas de fontes originais que estão localizadas no acervo do Arquivo Público do Estado. Ao transcrevê-las, além de estarmos preservando o manuseio dos mesmos, o pesquisador tem o livre acesso de fazer uso destas fontes.

A viabilidade deste procedimento está sendo possível graças a Instituto Blumenau 150 Anos, instituído em 1999 para organizar os festejos do Sesquicentenário da cidade. Numa tentativa de enriquecer e recompor o acervo do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, aquele órgão promoveu uma intensa campanha para transferir ao acervo, fontes dispersas em arquivos do exterior e outras localidades do país. Desta forma, é hoje possível dar início a esta nova série que contém transcrições de documentos datados do Século XIX, relacionados à História de Blumenau. O tra-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

balho de transcrição é feito pelo estagiário do Curso de História: Elton Cardoso e a revisão desta série é um trabalho da professora Cristina Ferreira – FURB.

587

Ill.mo e Ex.mo Snr.
Reservado e Urgente

Recentes novidades, que n'este momento recebo do Itajahy, me impõem o dever, d' importunar à V.ª Ex.ª, com seguinte pedido tão respeitoso, quão instante.

A nova Camara Municipal de Itajahy tem a intenção, de não só arrematar no decurso do corrente mez a passagem do rio Itajahy mirim no lugar, onde principia a estrada, de que fiz huma parte, e que se dirige á Colonia Blumenau, mas ainda remover o próprio passo do lugar, que eu havia escolhido com muito esmero e que he o mais proprio possível, para outro lugar muito menos conveniente.

A camara se arroga assim o direito, de já extorquir ao povo huma contribuição por huma estrada, para cuja feitura não contribuio nem moral - e muito menos pecuniariamente com hum só reitil, sendo esta estrada apenas feita pela terça parte e offerecendo a falta de pontes ao povo transeunte as maiores difficuldades. A camara pois, para augmentar sua renda, antecipa hum imposto, que no actual estado das cousas de justiça e equidade ainda não lhe pode competir.

Allém d'isto quer ainda deslocar ou remover o passo sem utilidade alguma e até com prejuizo publico, só, como parece, com o fim de servir interesses particulares de hum vendeiro allemão e dirigir os viajantes de maneira tal, para que passem pela porta da sua venda. O lugar, que com o maior cuidado, e alheio a qualquer interesse, além do público, escolhi, e para o qual já fiz e dirigi o caminho, he não só o mais conveniente, como quase o único commodo, que existe para tal fim na barra do Itajahy mirim, bem difficil á transitar. O caminho com suas estivas se dirige ao mesmo passo em linha direita e n'elle, como no proprio passo, fiz trabalhos, que custarão bastante dinheiro; com algum melhoramento mais e pouco custo-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

so este passo não deixará á dezejar e achando-se em ambas as margens em terras de brazileiros pobres, que de bom grao (sic) se hão de prestar á passagem, he de resto o bom serviço do publico melhor garantido, do que quando hum dia hum vendeiro pode impôr sua vontade, para regular o serviço á seu gosto.

A principal razão, que se levanta contra a remoção do actual passo, he porém, que o novo lugar he muito menos conveniente, muito mais difficil, á estabelecer n'elle huma commoda passagem para o gado, e que o caminho por causa d'este mao lugar tem de fazer huma volta consideravel e completamente inutil em terreno mao e pantanoso ou humido, em que ainda preciso he, fazer huma ponte, ficando finalmente feita em pura perda a despeza, que já fiz com o caminho e passo, que estabeleci no mais conveniente lugar, que possível foi achar.

Por todos estes motivos e no publico interesse ouso pois respeitosamente rogar, V.ª Ex.ª queira dignar-se de introceder (sic) em este negócio, que não passa de hum mesquinho capricho, afim de que a Camara:

1º já não levante imposto de huma estrada e passagem, que ainda está muito longe de servir e ser acabada, tendo de demorar-se até que a mesma estrada seja acabada e entregada á mesma Camara; e

2º que fique conservado o actual passo do rio no lugar, em que se acha e finda a estrada, em que estou trabalhando.

Deos Guarde á V.ª Ex.ª - Rio de Janeiro 7 de Janeiro de 1865.

Ill.mo e Ex.mo Snr.
Dr. Alexandre Rodriguez da Silva Chaves
D.mo Presidente da Província de Santa Catharina

O Director da Colonia Blumenau
Dr. H. Blumenau

588

Tenho a honra de participar á V.ª Ex.ª que proximo domingo, 29 do presente mez, pretendo e espero partir em direitura para o porto de Itajahy e a colonia á meu cargo, esperando chegar assim com mais celeridade, do

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

que por meio do barco á vapor no principio do próximo mez. Para o mesmo de hoje infelizmente os meus despachos no Ministerio da Agricultura ainda não são prontos e assim vi-me constrangido, de novo demorar minha partida, como já tem me acontecido com o vapor dos meiados d'este mez.

Tenho assim, bem que muito contra meus dezejos, ultrapassado a licença, que V.ª Ex.ª teve a bondade conceder-me, cumpre-me pois, supplicar a indulgencia de V.ª Ex.ª , com que tanto mais espero ser favorecido, quanto a minha estada aqui foi aproveitada para muitos trabalhos sobre a colonização, que tive de executar por ordem de o Snr. Ministro da Agricultura.

Immediatamente depois da minha chegada no Itajahy terei a honra de participal-o á V.ª Ex.ª. A minha demora ali não será senão de poucas semanas, para dispor e combinar com o guarda livros os differentes serviços , logo depois tenho de partir de novo para esta côrte e por via d'essa capital, para pôr-me aqui às ordens do Ex.mo Snr. Ministro da Agricultura, que me pretende incumbir de huma commissão na Europa.

No caso pois, de que V.ª Ex.ª tenha a intenção de visitar o Itajahy e a colonia á meu cargo, ficaria muito obrigado á V.ª Ex.ª, se podia gozar da honra, de recebê-lo ali em pessoa, entregando-me à lisongeira esperança, de que V.ª Ex.ª se dignará aceitar a modesta hospedagem d'este obediente criado de V.ª Ex.ª.

Deos guarde á V.ª Ex.ª - Rio de Janeiro 26 de Janeiro de 1865.
Ill.mo Ex.mo Snr.
Dr. Alexandre Rodriguez da Silva Chaves.
Presidente da Provincia de Santa Catharina

O Diretor da Col.ª Blumenau
Dr. H. Blumenau..

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

589

Tenho a honra d'apresentar á V.ª Ex.ª o incluso quadro dos trabalhos executados em esta colonia no mez de Dezembro 1864.
Deos Guarde á V.ª Ex.ª - Colonia Blumenau, 6 de Fevereiro de 1865.

Ill.mo e Ex.mo Snr.
Dr. Alexandre Rodriguez da Silva Chaves.
D.mo Presidente da Província.

Na ausencia do Director
O Guarda livros
H. Wendeburg

Colônia Blumenau

Trabalhos executados no mez de Dezembro de 1864.

Canal no ribeirão fresco.

Dezbro 1/31.	Jornaes de pedreiro no canal	Rs: 383$100
" 31.	Spierling, transporte de 1000 tijolos para o canal	5$000
	Estrada para o districto do Gaspar.	
" 1/17	Jornaes, concerto dos atterros nas pontes do Gaspar e da estrada	100$875

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

"	10.	H. Schramm, transporte de pranchões para as pontes do Gaspar	1$000
"	"	O mesmo, derrubar, falquejar e puxar madeiras para as pontes do Gaspar, III p. corr. á 400 rs, 60 ditos á 320 rs	63$600
		Estrada do Garcia e caminho.	
"	7.	Knoch, concerto da ponte no seu lote e firmar o solo do ribeirão com barro	3$500
"	17.	Kreis, 31 br. corr. de valletas na estrada perto do Grewesmuhl á 320 rs.	9$920
"	17/31.	Jornaes, alargamento e concerto do caminho perto do Wehmuth	119$700
"	1/31.	Estrada do rio do Testo: Jornaes, factura de canaes, boeiros e atterros e concerto da estrada	215$000
"	1/17.	Ditos, remover terra desmoronada da estrada	26$500
"	15/18	Ditos, alimpar o ribeirão perto do Philipps, para construir huma ponte	3$200
"	1/31	71 ½ br. corr. de estrada, excavadas no terreno pedroso (sic)	265$400
"	17.	Carpinteiro Harbs, collocar as madeiras e erigir as pontes do Philipps e Hartmann, incl. trabalho de fundamento, 1446 p. corr á 180 rs = 260$280; gratificação extraordinaria, trabalhos accessorios na erecção dos mesmos 20$000	280$280
"	1/31	414 br. corr. de caminhos em empreitada, 7 b^{cas}	212$680
		Estrada do Itajahy e caminhos	
"	20.	Jornal, remover 1 páo do caminho e alimpar o caminho no Passo Manso	1$500

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

"	1/17.	Ditos, caminho no barranco do rio no Passo Manso	18$240
"	1/31.	413 br. corr. de caminho e 2 pontes provisorias, 3 bças	204$920
"	31	Mohr, Schnitzler e cia., atterro na ponte das Agoas Brancas, 17 br cub. á 4$500 =76$500; alimpar o ribeirão de madeiros 8$	84$500
"	"	Kühlewein, transporte de 4 alq. de cal p.ª a mesma	3$000
"	"	Aluguel por 3 juntas de bois p.ª puxar as madeiras p.ª a ponte do Encano	11$250
		Transporte Rs:	2013$165
		Estrada do Garcia para a Toupava	
Dezbro	1/20	Jornaes, alimpar o canal da Velha da terra desmoronada, em consequencia da enchente	18$600
"	17.	Tillmann, cavoucar pedras para o canal perto do Herbst, 2½ br. cub. á 14$	35$000
"	21.	Ebert, transporte das mesmas da pedreira para o canal	65$000
		Caminho do Itajahy, margem esquerda	
"	23.	Knoll, 120 br. corr. de caminho á 400 rs	48$000
		Estrada do Salto	
"	6.	Schmidt, roçar huma parte da estrada	4$000
"	1/31.	94 br. corr. de estrada, em empreitada	296$000
		Caminhos diversos	
"	3.	Iansen, 12br. corr. de caminho em Badenfurt á 240	2$880
"	1/31	217 br. corr. de caminho no Valle do Retiro 4 bça	108$800
"	23.	Kuhlmann, alimpar o lugar de passagem em Badenfurt de madeiras conduzidas pelas agoas de monte	4$000
		Canal no morro na povoação	
"	31.	Wloch, cavoucar e transportar 1 braça cubica de pedras para o canal	40$000
		Trabalhos e despezas diversas.	
"	1.	Hinze, transporte de 10 pranchões da Toupava p.ª cá	1$300

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

"	4.	Rosemann, transporte de plantas de vetiver e cardamomo p.ª os atterros das pontes do Gaspar	1$500
"	16.	Harbs, factura d'hum barco de passagem	40$000
"	17.	Zimmermann, transporte do mesmo da Toupava p.ª cá	1$000
"	31.	Kühlewein, transporte do mesmo Badenfurt para a Toupava	6$000
		Diarias do agrimensor e salarios dos trabalhadores do mesmo nos trabalhos de nivelamento e analogos nos caminhos e estradas, executados no trimestre de Outubro até Dezembro	213$900
		Estrada da Barra	
		1/30. Jornaes na estrada	1021$200
		669 br. corr. de estrada com 5 boeiros 3 bᶜᵃˢ	590$800

Colonia Blumenau, 6 de Fevereiro de 1865.
Na ausencia do Director
O Guarda livros
H. Wendeburg.

590

Ill.mo e Ex.mo Snr.

Tenho a honra de participar á V.ª Ex.ª, que tendo hontem entrado em este posto de volta da côrte, pretendo amanhão subir o rio, para a colonia a meu cargo e reassumir sua direcção. Ao mesmo tempo não posso deixar de renovar o desejo, de que V.ª Ex.ª queira honrar a mesma colonia de huma visita, se fôr possivel no decurso do proximo mez, afim de que eu goze da felicidade, de comprimentar á V.ª Ex.ª ali, visto que nos principios de Março deverei de novo partir, para apresentar-me outra vez ao Ex.mo Snr. Ministro da Agricultura.

Deos Guarde á V.ª Ex.ª - Villa de Itajahy, 6 de Fevereiro de 1865.

Ill.mo Ex.mo Snr.
Dr. Alexandre Rodriguez da Silva Chaves
D.mo Presidente desta Provincia

O Director da Col.ª Blumenau
Dr. H.Blumenau.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Tio Osvaldo e as noites encantadas

Urda Alice Klueger[1]

Crônicas do cotidiano

Eu tive uma infância encantada por tios. Como a minha vida começa a ter sentido e lembranças lá quando eu tinha 3 anos, isso envolve as décadas de 1950/1960. Havia o tio que não era tio mas que era primo, mas que a gente chamava de tio Júlio, e que era vizinho de cerca, e então o tio Júlio fazia parte do dia a dia e não entra nesta história. Também havia outros tios que não eram tios da gente, mas tios dos primos da gente, como o tio Leo, o tio Tedo e o tio Timo, nas cercanias, e eles também não servem aqui. E havia o tio Erich que morava em Blumenau e então nunca dormia na casa da gente, e ele também não vale.

Os tios que quero lembrar aqui eram os tios que apareciam para ficar para o outro dia, para dormir, os que vinham de outra cidade. Eles eram de diversos tipos, e eram fascinantes! Acho que, com o tempo, vou escrever uma crônica para cada um deles, mas hoje, de leve, dou idéia de alguns: a tia Frieda, que vinha de navio da totalmente encantada e maravilhosa cidade do Rio de Janeiro, e que nos trazia coisas inesperadas, como li-

BLUMENAU em Cadernos

[1] Historiadora - Escritora - Membro da Academia Catarinense de Letras.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

vros de histórias, balas de coco e anáguas da última moda; e o tio Victor, boêmio que chegava de madrugada, de terno branco e chapéu panamá, em hora inusitada para a nossa mentalidade de colonos que continuam a achar que havia que se levantar antes que o sol – embora, desde que eu nasci no centro da cidade de Blumenau, já fazia anos que os meus pais não tinham mais vacas para cuidar ao alvorecer – e para todos minha mãe fazia uma cama de visita, normalmente no chão da sala, desencantando suas melhores cobertas, colchões e lençóis de cretone branco, além dos grandes travesseiros de pena com capas de cambraia com entremeio de crochê fino.

O tio que levava a palma, porém, sem dúvida, era o tio Osvaldo de Souza – porque também houvera um tio Oswaldo Klueger, que eu não chegara a conhecer, já que partira para outras plagas antes que eu nascesse, levado por angústias de amor, mas que mesmo assim era bem presente nas nossas vidas.

O tio Osvaldo de Souza, no entanto, era um tio que nunca deixava de aparecer, e vinha de tardinha, miúdo e ágil, que é como me lembro dele, sempre carregando algumas gaiolas e um fascínio inigualável! Meu pai e ele eram cunhados, mas a impressão que tenho, mesmo tanto tempo depois, é que se gostavam muito! Ele era o irmão preferido da minha mãe – mais velho que ela, viera para Blumenau tempos antes, mas sempre voltara à terra natal para ver a irmãzinha, e lhe levava de presente coisas que uma menina não poderia jamais esquecer: latinhas de pó de arroz, espelhinhos, coisas preciosas nos tempos mais antigos, quando ainda se vivia na roça e havia dificuldade de acesso aos supérfluos.

A chegada do tio Osvaldo era certeza de uma noite divertida, sem hora para ir dormir, com muitas histórias maravilhosas e engraçadas para se lembrar depois. Ele sempre vinha de longe: morava na então distante cidade de Lages/SC, nos tempos em que ainda não havia sequer uma estrada asfaltada no meu Estado, e aqueles quase 300 quilômetros de poeira ou lama eram uma viagem e tanto! Estava sempre de passagem: normalmente, ia ao médico, em Florianópolis (mais 150 quilômetros sem asfalto!), com parada em Tijucas, para fazer visitas. Pensando agora, vejo que ele tinha só uns 35 anos quando eu nasci – assim, conheci um tio Osvaldo ainda moço, pronto para todas as aventuras e sonhos, e acho que o maior deles, naquela altura, era o de fazer as sobrinhas rirem! Ele chegava, achava lugar para

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

suas gaiolas com passarinhos, cuidava deles antes que escurecesse, e quando se sentava à mesa para o prato de sopa (pois naquele tempo, como em Portugal ainda hoje, tomava-se sopa antes das refeições), o divertimento já estava assegurado! Quantas, quantas histórias o tio Osvaldo tinha sempre para contar! Sem dúvida as mais engraçadas e hilariantes eram as do Pedro Malazarte, fantástico personagem que conheci através do meu tio, sem ter idéia que era alguém que o país inteiro conhecia! Penso que sou capaz de lembrar de dúzias de histórias do Pedro Malazarte que ele contava, apimentadas e engraçadas, cheias das mais diversas safadezas, e que faziam meninas pequenas rolarem de rir! A gente ria tanto, mas tanto, que em algum momento acabava dormindo de pura exaustão, naqueles especiais noites que, como nas noites de Natal, não havia horário para ir para a cama!

Tio Osvaldo também contava outras histórias, como a do seu grande sonho de voltar a morar em Tijucas, onde tinha nascido e vivido os seus primeiros anos, sonho que ele alimentou a vida inteirinha, até seus últimos dias. Um outro sonho era comer peixe, muito peixe, como seria possível se ele viesse morar cá na "Serra Abaixo", conforme ele denominava o Litoral e o Vale – e Tijucas era tão perto do mar!

Disse acima que ele ia ao médico em Florianópolis, e ia lá para fazer exames mais apurados, pois sonhava com uma aposentadoria que naquele tempo, no país, ainda era coisa quase que só para sonho. Então como ele ria, quando contava como ludibriava o médico, falando da dor que sentia nas costas! O médico mandava fazer Raio-X, uma coisa modernissima, e não achava nada errado.

- Não tem Raio-X que possa mostrar uma dor! – ele ria muito, decerto pensando nas safadezas do Pedro Malazarte, já que ele não tinha dor nenhuma. E então ele saía mancando e imitando os gestos que fazia diante do médico, que não sabia o que fazer com aquela dor indetectável. Já que o médico não achava a dor mesmo, o tio Osvaldo acabou aposentado, como queria, o que foi uma alegria para todos nós.

Eu tinha 4 anos quando fomos morar na Praia de Camboriú, que naquela época, junto com a Vila, formava um município só e, portanto, penso que a aposentadoria do tio Osvaldo saiu quando a gente já morava em Camboriú.

Ter conseguido a aposentadoria, porém, não o impediu de continuar

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

a viajar Serra Abaixo, para visitar a nós e a uma porção de gente, sempre com suas gaiolas, sempre querendo se mudar para Tijucas, sempre querendo comer peixe, sempre com o charme das suas histórias engraçadas. Lá em Camboriú havia muito peixe – ele deve ter comido muito lá, já não me lembro!

Depois, a vida seguiu, nos crescemos, o tio Osvaldo envelheceu. Eu o vi a última vez faz mais de dez anos, quando meu primo Cláudio o trouxe a Blumenau para um encontro com a minha mãe. Fomos todos almoçar num bonito restaurante turístico, e tio Osvaldo estava mais miúdo e magrinho do que eu me lembrava, mas foi taxativo na hora de fazer o pedido:

- Quero peixe!

O garçom engravatado ficou meio sem saber o que fazer, já que aquele era um restaurante especializado em coisas como *Einsbein* e *Kassler*. Acabou arranjando fino filé de linguado à milanesa, e o tio Osvaldo não queria se conformar: ele descera a serra para comer uma sardinha frita, ou um charutinho frito com um pirão d'água, assim como mandava a saudade da sua infância – será que o mundo da sua infância se perdera?

No começo deste ano o meu primo Cláudio me enviou, via Internet, uma foto recente do tio Osvaldo. Antes que a minha mãe visse a foto, eu contei a ela:

- Ele está igualzinho à mãe, caso a mãe não tivesse se penteado!

Quando ela viu a foto, concordou comigo.

Preparávamo-nos para ir lá visitá-lo quando chegou a notícia que a gente não queria: o tio Osvaldo tinha tomado outros rumos. Foi bem triste para mim. Era como perder um pedaço da infância. O que me consola é que, decerto, lá do outro lado, Pedro Malazarte estava a esperá-lo, e os dois partiram para alguma grande pândega, como ele sempre sonhou! Boa viagem, tio Osvaldo!

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Espiando a Maré

Mano Jango[1]

Crônicas do cotidiano

O cronista da cidade João Vieira manteve, anos a fio, uma coluna no jornal A Nação. Saía na última página, com o título Espiando a Maré... Uma homenagem a sua origem litorânea, tijucano que era. Adotou o pseudônimo Mano Jango que o consagrou. Merecia o título de O cronista da cidade.

Não ganhava muito, mas recebia em dia. Como as rádios locais, sem pagar um tostão sequer, liam seus textos, cravou no seu espaço: "Exclusivo dos Diários Associados".

Seu amor por Blumenau não tinha limites. Tanto que diariamente brindava seus leitores com comentários oportunos e jocosos, por vezes, sobre os problemas mais graves da cidade. Nos dois escritos que seguem, Mano, dono de um estilo saboroso, mostra sua preocupação com o trânsito das nossas principais vias, a 15 de Novembro e Sete de Setembro.

Surgia a idéia de implantar mão única nessas ruas. E houve gritaria geral, principalmente do comércio. O cronista elogia João da Matta, Delegado

[1] Foi jornalista e cronista. No Jornal "A Nação" mantinha a coluna "Espiando a Maré". O texto publicado foi extraído do Jornal "A Nação". 28/ Junho/ 1967. p. 8.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Especial da Polícia de Blumenau, que defendia, com unhas e dentes, a nova medida. Ei-los:[2]

O problema do Trânsito
Mano Jango[2]

O problema do Trânsito, em Blumenau, está preocupando a todos. A Imprensa, o Rádio, os freqüentadores de bares e cafés, diariamente, se ocupam do assunto, reclamando uma solução satisfatória para o picilone.

A opinião pública está de olho e sente a necessidade premente, de uma reforma radical, no trânsito intransitável da cidade.

Só os responsáveis diretos pela coisa, parece, dormem em berço esplêndido e não atentam para o caso. E o caso é um caso sério.

O rubicão precisa ser transposto com inteligência, e sem demora, para segurança de todos, e felicidade geral dos pedestres, principalmente dos velhos e das crianças, os dois extremos que sofrem extremamente com o descaso atual.

Que fazer? No tempo em que a Inspetoria estava subordinada à Delegacia Regional de Policia, um Delegado, o Capitão Celino Pires, bolou uma solução. Fez mão única nas Ruas 15 de Novembro e Sete de Setembro. E a experiência foi mais do que satisfatória. Mas... coitado do Delegado! Foi tão massacrado, sofreu tanta pressão, tanto boicote, que acabou lavando as mãos, e as mãos voltaram a ser duplas, numa dupla derrota.

Derrota do povo e do Delegado. E, se não me engano, a inovação custou-lhe o cargo e o Serviço ficou afeto à Prefeitura. Disseram, na época, que "forças ocultas" derrubaram o Capitão. E isto muito antes da renúncia do Jânio Quadros.

Donde se conclui que o Jânio não descobriu novidade, mesmo porque, "nada há de novo sobre a terra"...

[2] Apresentação do jornalista e professor aposentado Gervásio Tessaleno Luz.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Na crônica do dia 28 de junho próximo passado, falei aqui, com referência ao trânsito da cidade, na criação de mão de única nas Ruas 15 de Novembro e Sete de Setembro, coisa que foi tentada com êxito e só não vingou porque "forças ocultas" se interpuseram para por fim á medida. E disse que o autor da tentativa fora o Capitão Celino Pires.

E, se assim o fiz, foi porque estava convicto do que afirmei. Logo depois recebi uma carta do leitor Gercino de Mattos, retificando a minha afirmativa. Eis o que ele escreveu na integra:

"Blumenau, 29 de junho-67.

Caro Mano Jango:

Não sei porque, mas gosto de ler o seu popularíssimo "Espiando A Maré..." . Talvez seja pelo bom condimento preparado pela retentiva desse grupo tijucano. Acontece, porém, que nem sempre a espontaneidade do estilo retrata, com nitidez, o perfil dos personagens enigmáticos que compõem as hilariantes comédias da vida.

No seu "Espiando A Maré..." de ontem, por exemplo, o festejado articulista trocou o nome do Delegado que houvera por bem instituir a mão única em Blumenau. O soberano autor desse arrojado feito, que tantas celeumas provocou em Blumenau, foi o brioso militar da reserva, Tenente João da Matta, que para fazer funcionar o "picilone" da mão única, usou muitas mãos de hábeis policiais, os quais foram escalados ao longo da Quinze em dupla de Cosme e Damião. Era Prefeito Municipal o Sr. Hercílio Deeke, que, acolhendo a "grita" do comércio, empreitou mandato judicial contra a mão única, tendo o Dr. Marcilio João da Silva Medeiros, então Meritíssimo Juiz desta Comarca, dado parecer favorável do Chefe do Executivo Municipal. Antes, como agora, o problema do trânsito é complicado, mas não conspira diretamente contra os interesses da coletividade blumenauense.

Receba um novo aval de minha admiração – Gercino de Mattos.".

Seu Gercino, muito obrigado pelo esclarecimento e pelas palavras elogiosas. E, fique certo, o Tenente João da Matta é pessoa a quem tenho no mais elevado conceito, pelo seu caráter de homem íntegro, reconhecido

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

por todos aqueles que tem acompanhado, tanto na sua vida particular como pública. Logo, a omissão não foi proposital. E tem mais. Fui aluno do Tenente João da Matta, no glorioso Tiro de Guerra 475, pelo que sou responsável por muitos dos seus cabelos brancos. Isto, contudo, não impediu que nossa amizade perdurasse até os dias presentes.

Espiando a maré...

Mano Jango

João da Matta não mudou!

É o mesmo João da Matta do Tiro de Guerra 475, do qual fui aluno em 1935. Um João da Matta honesto, leal e franco, de uma franqueza às vezes rude, mas sempre sincera.

Nunca topou subserviência – não gostava de "chaleiras", como dizia, - e nunca fez distinção de classe entre os seus comandados. Nunca quis saber se o aluno era filho do seu fulanão, lá de cima, ou se era filho da humilde viúva, lá de baixo: a todos tratava com igualdade.

Em suas aulas teóricas sempre encaixava verdadeiras lições de moral e de civismo. Entre outras coisas, aos mais favorecidos pela fortuna, aconselhava a não se fiarem no dinheiro do papai, negligenciando os estudos que os pais poderiam lhes proporcionar. Aos menos favorecidos, aconselhava estudar, conforme as suas posses, e aconselhava o convívio com a boa leitura – fonte de todo saber – para que fossem alguma coisa na vida.

Nas ??? trincheiras do Tiro, quando chegava a hora do rancho, e ele via algum aluno pobre, disfarçando, por não ter trazido nada para comer, corria em seu auxilio. Mas, para não humilhá-lo, inventava um joguinho de palavras, onde a aposta era sempre um sanduíche e o aluno, propositadamente, sempre ganhava!

Este era o João da Matta, instrutor do Tiro de Guerra 475. E João da Matta não mudou!

Hoje, como Delegado Especial de Policia de Blumenau, é o mesmo. Ontem escutei uma entrevista concedida por ele a um repórter radiofônico. Era sobre o problema do trânsito. E ele, - coisa tão rara nos dias que correm, - abordou o assunto com a maior franqueza e coragem, indo ao âmago

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

da questão sem fazer demagogia!

Chegou a ser rude, para não se afastar da verdade, o que é bem dele.

E eu, ao ouvi-lo, vi-me no passado, metido numa farda de cáqui, - dólmã, culote, perneiras, tudo isso com quepe bem bicudo por cima, - e em posição de sentido, aguardando uma rastejante! Rastejante – castigo imposto a quem, em posição de sentido, mexesse com os cabelos, movesse com os olhos, mexesse com o nariz, mexesse com a boca, mexesse com as orelhas, como ele dizia.

O trânsito na Rua XV de Novembro na década dos anos 60.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Intolerância religiosa em Santa Catarina

*Edison d´Ávila**

História & Historiografia

A queima do templo da Igreja Católica Apostólica Brasileira (ICAB) em Lages/1958

1 Introdução

Questão por demais presente no cotidiano dos dias atuais, a intolerância tem ocupado estudiosos que a discutem no pano de fundo do relacionamento entre pessoas e entre grupos sociais. Ela é "problema antigo e para compreender sua complexidade requer novos procedimentos teóricos e o desvendamento de narrativas históricas". (Iokoi, 2004)

A negação do outro, a negação de que todos os homens formam a humanidade são as causas da intolerância, que, por meio do ódio, lança a todos num "movimento antropofágico", conforme explicação da professora Zilda Márcia Grícoli Iokoi. Suas manifestações são variadas e vão da retomada das xenofobias aos narcisismos individualistas, passando pelas formas regressivas de práticas religiosas, fundamentalismos antigos e novos e disputas imperialistas, buscando sempre, segundo a mesma professora, impor as desigualdades sociais pela discriminação, exclusão e violência.

* Historiador - membro do Instituto Histórico Geográfico de Santa Catarina.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Estudos mostram que atitudes intolerantes têm muito mais a ver com a política do que com a filosofia; daí porque seja o direito a melhor proteção da sociedade contra quaisquer de suas manifestações. O direito humano mais antigo e fundamental é, sem sombra de dúvida, a liberdade religiosa, pois está ligada à liberdade de pensamento e expressão. Ela é garantida pelo Artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), o qual proíbe o ódio religioso incentivador da intolerância. A liberdade religiosa tem garantido, ao logo do tempo, os demais direitos dos cidadãos; haja vista que é o primeiro direito a ser violado, quando em qualquer sociedade a cidadania plena é negada. Neste caso de negação dos direitos religiosos, o problema não está nos princípios da crença em si, mas "é um problema de política, de exclusão, de preconceito, de satanização do outro".

Mas a liberdade de culto, continua Irwin Cotler, "exige uma liberdade bilateral; uma imunidade contra interferências e interdições do governo ou de indivíduos, que incidam sobre as crenças de particulares ou de minorias e, por outro lado, o direito ou a liberdade de assumir uma via religiosa e de se permitir os meios para tal compromisso". Afirma Cotler, também "serve para proteger as entidades religiosas umas das outras e do próprio Estado".

Quando há rupturas no interior das organizações religiosas, segundo Stephen O'Shea, isto inspira uma repugnância quase sem limites dos dominantes para com os contestadores. Tal tem acontecido no caso das heresias e cismas dentro da Igreja Católica Apostólica Romana. No quadro de antipatias e rancores que se instala nestas ocasiões, muitas vezes fantásticas calúnias são inventadas, diz o mesmo autor, porque os líderes religiosos de ambos os lados se põem em posição de combate e se desafiam mutuamente.

Conforme esclarecem Köning e Waldenfels, o "novo código católico define heresia como a negação persistente de uma verdade que deve ser crida por força da fé católica. Enquanto no caso da apostasia se trata da rejeição da fé cristã em si. Heresia e apostasia têm como conseqüência o cisma, a separação da comunhão eclesiástica".

As rupturas no seio da Igreja Católica, por conta de divergências doutrinárias ou de disciplina eclesiástica, têm sido taxadas por sua hierarquia ora de heréticas, ora de apóstatas, ora de cismáticas. Mas quase sempre os

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Catedral Católica Brasileira de Lages

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ruptores se consideram tão somente puros, reformadores ou restauradores de uma ordem eclesiástica vista por eles como inválida e impura.

Pela história se sabe que, desde Constantino, heréticos ou reformadores sofreram também perseguição do Estado. Mas, a partir da Reforma Protestante no século XVI, tanto para a Igreja Católica como para o Estado, perseguir hereges se tornou controvertido por conta da complexidade política do mundo moderno. Mais recentemente e após o Concílio Vaticano II (1962-1965), com o surgimento do ecumenismo, a Igreja Católica Apostólica Romana tem buscado mais dar ênfase àquilo que é consensual entre as diferentes religiões, eliminando assim gradualmente preconceitos, exclusões e intolerâncias históricas.

Este artigo vai tratar especificamente de um fato histórico do passado catarinense em que divergências entre duas confissões religiosas, ditas católicas, degeneraram em atos de intolerância e violência. Antes de se tratar deste acontecimento, faz-se necessário ainda explicar o significado dos termos "católica", "apostólica" e "romana", conforme os entendem os autores Köning e Waldenfels. "Católica é um conceito qualitativo que expressa a universalidade da obra da Igreja para a salvação eterna de todo homem." Apostólica quer dizer que a Igreja preserva desde os apóstolos os ensinamentos de Jesus. "Romana porque a Igreja está vinculada com Roma, lugar da continuidade histórica e onde se desenvolveu o primado do papa romano".

O acontecido em Lages, Santa Catarina, pôs em situação de conflito religioso a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) e a Igreja Católica Apostólica Brasileira ((ICAB). A Igreja Católica Apostólica Romana tem sua história conhecida. Mas quem é a ICAB e qual a sua origem? Dela se vai tratar a seguir.

2. ICAB: questão política e cisma religioso

Mesmo autores católicos brasileiros* reconhecem a carência de literatura especializada sobre a ICAB e que ela precisa de literatura própria para resgatar sua história de "um grande esquecimento". Na revisão bibliográfica realizada para a escrita deste artigo apenas dois estudos foram encontrados: o livro – "A Reforma no Brasil" – do Padre Francisco de Souza,

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

editado em 1974 e o artigo "Dois Pastores e um só Rebanho", do Padre Paulo Augusto Tamanini, escrito em 1996, para o curso de sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Esta carência de estudos históricos com certeza ocasionou o desconhecimento que o público atual tem da origem da Igreja Católica Apostólica Brasileira.* A origem da ICAB está diretamente ligada ao complicado quadro político e social vivido pelo Brasil e pelo mundo nos anos 30 e 40 do século XX; que se caracterizou pela radicalização ideológica, acirramento das demandas sociais, luta pela democracia e forte nacionalismo.

A ruptura religiosa ou cisma aconteceu em 1945, através da atitude desassombrada do bispo Dom Carlos Duarte Costa, que o levou a ser desligado da Igreja Católica Apostólica Romana. O gesto de contestação do prelado havia sido precedido de desavenças sérias entre ele e a hierarquia católica romana, no Brasil e no Vaticano, que se agravavam desde 1932, e culminaram com o seu "Manifesto à Nação", com o emblemático subtítulo "Igreja Livre no Estado Livre", de grande repercussão.

Dom Carlos Duarte Costa (1888 – 1961) era natural do Rio de Janeiro, procedia de uma família tradicional e religiosa; um seu tio fora também bispo. Estudara em Roma e foi ordenado sacerdote aos 23 anos, servindo a seguir como secretário geral e vigário geral da Arquidiocese do Rio de Janeiro. A comprovar sua qualificação sacerdotal e boa relação que tinha com a hierarquia eclesiástica, em 1924 foi nomeado arcebispo de Botucatu, próspero município do Estado de São Paulo. Sua gestão à frente daquela arquidiocese contou com realizações marcantes em obras e ações pastorais, que não mereceriam reparo algum, até que em 1932, durante a Revolução Constitucionalista, Dom Carlos organizou o Batalhão de Caçadores de Botucatu, ou "Batalhão do Bispo", para participar da luta armada dos paulistas contra a ditadura de Getúlio Vargas.

A postura de rebeldia política e o uso da luta armada pelo bispo alarmaram as autoridades da Igreja e a ditadura vigorante no país. Ainda mais que a posição rebelde de Dom Carlos punha em risco o êxito da política de cooptação mútua em que se envolviam o episcopado brasileiro, sob o comando do poderoso Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião

* Neste artigo, denominam-se católicos brasileiros os membros da Igreja Católica Apostólica Brasileira.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Leme da Silveira Cintra, e o ditador Getúlio Vargas. "Getúlio, escreve Boris Fausto, percebeu a importância da Igreja como garantia simbólica da ordem e como instituição capaz de atrair setores que não estavam sob a sua influência; a Igreja, por sua vez, percebeu também que, apoiando o governo, poderia alcançar, ao menos em parte, os objetivos de sua missão pastoral".

Daí em diante, nada mais que o arcebispo de Botucatu fez, disse ou publicou parecia agradar a seus superiores religiosos, assim como a seus colegas no episcopado, dos quais passou a receber um tratamento excludente e condenatório. O dinheiro que investira nas obras da nova catedral, do orfanato, do colégio, em Botucatu, passou a ser considerado como má administração dos bens da arquidiocese; sua tolerância para com as outras religiões, a sua opinião de que o celibato fosse opcional para o clero; assim como os reparos à confissão auricular e a admissão do divórcio serviram para jogá-lo contra o papa.

Sabendo que não encontraria entre os bispos do Brasil compreensão para a sua causa, Dom Carlos em 1936 viajou a Roma para tratar pessoalmente com Pio XI. Pouco se soube das conversas mantidas entre ambos; e o fato foi que em 1937 ele renunciou ao arcebispado de Botucatu e se tornou "bispo resignatário" com o título honorífico de Bispo de Maura, passando a residir no Rio de Janeiro.

Pensava a hierarquia católica romana que a questão estivesse resolvida, já que o incômodo bispo assumiria de agora em diante uma posição resignada. Mas tal não aconteceu, pois o Bispo de Maura, como homem de opinião e jornalista que era, passou a publicar seguidos artigos sobre as momentosas questões políticas, econômicas e sociais do país, como a nacionalização das reservas petrolíferas, a excessiva carga tributária nacional e a injusta distribuição da terra. Suas posições progressistas começaram a lhe render insinuações de que talvez fosse comunista. Embora descabidas tais acusações, Dom Carlos, no entanto, não deixava de considerar que a organização social pregada pelo comunismo fosse mais justa que a capitalista.

Entretanto, o episódio que antagonizou defintivamente o Bispo de Maura com o episcopado nacional e o Vaticano e levou à ruptura com a Igreja Católica Apostólica Romana foi o prefácio que ele escreveu para o livro "O Poder Soviético", escrito pelo bispo anglicano, o Deão de

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Canterbury, Hewlett Johnson. Seus acusadores raivosamente o taxaram de comunista e passaram a trabalhar para que fosse excluído da Igreja. As razões do surgimento deste livro, escrito pelo confessor da família real inglesa, estiveram ligadas às necessidades políticas de que a União Soviética, integrando-se às potências ocidentais na guerra ao nazi-fascismo, passasse a ser vista diferentemente, como um país moderno e politizado, apto ao convívio com as democracias ocidentais. Este era o intuito do livro, cuja escrita encomendada coube ao líder religioso da Igreja Anglicana. O convite para que Dom Carlos prefaciasse "O Poder Soviético" partiu do jornalista Herbert Moses, judeu de nascimento e Presidente da Associação Brasileira de Imprensa/ABI; pois a imprensa brasileira e internacional era sabedora do estremecimento que havia entre o Bispo de Maura e o Vaticano, que alguns acusavam de filo-nazifacista.

O desconforto da hierarquia católica e do governo ditatorial de Vargas com o Bispo de Maura se transformou em intolerância e violência. Ele foi preso em julho de 1944 por agentes da polícia política brasileira, levado para Belo Horizonte, fichado como comunista e confinado na cidade de Bonfim, em Minas Gerais, com sentinelas à porta de casa. Enquanto isto, o embaixador do Vaticano no Brasil e o Arcebispo do Rio de Janeiro, temendo um cisma na Igreja, reclamavam do governo a extradição de Dom Carlos para Roma. Livrou-o a posição do Interventor de Minas Gerais, Benedito Valadares, que contrariando as ordens do Presidente Vargas, negou-se a entregar aquele que considerava "preso político do Estado brasileiro". A pressão diplomática de países como os Estados Unidos, México e Inglaterra fez com que o governo, vivendo já os estertores da ditadura varguista, pusesse Dom Carlos em liberdade dois meses depois.

Em 6 de julho de 1945, Dom Carlos soube pelos jornais que fora excomungado, isto é, posto para fora da comunhão da Igreja Católica Apostólica Romana pelo Papa Pio XII. O documento oficial lido publicamente pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, agora, Dom Jaime de Barros Câmara.

No Rio de Janeiro, então Capital Federal, Dom Carlos Duarte Costa, com um grupo de amigos e simpatizantes, fundou no mesmo dia 6 de julho de 1945 a Igreja Católica Apostólica Brasileira e lançando o "Manifesto à Nação" em 18 de agosto do mesmo ano. O documento foi um libelo contra a Igreja Romana, que acusava de estar desvinculada dos princípios evangé-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

licos; atacava o primado do bispo de Roma e negava sua autoridade sobre os demais bispos, por isso, considerava sua excomunhão como inválida. Acusava de nazi-facista o Vaticano. Admitia ainda o divórcio dentro do Evangelho; fazia a defesa dos direitos humanos e sociais "das massas que vivem na miséria", do "direito igual ao trabalho" e da "nacionalização da terra". Por fim, num momento histórico de ocaso da ditadura e retomada da democracia, afirmava: "para a restauração da Pátria, é preciso que seja resolvida a questão religiosa".

A proposta da ICAB era a "nacionalização da verdadeira Igreja de Jesus Cristo", ou seja, uma Igreja Católica e Apostólica brasileira, desligada de Roma. O nacionalismo da nova igreja ficava explícito no uso do português em todas as cerimônias litúrgicas, na presença da bandeira nacional em seus templos e no lema cívico-religioso "Salva a tua alma e a tua Pátria". A ICAB, tomando parte na onda nacionalista do pós-guerra, procurou ainda se vincular historicamente aos movimentos brasileiros por uma Igreja independente de Roma, os quais tiveram como idealizadores o Padre Diogo Feijó, na primeira metade do século XIX, e o Cônego Manoel Carlos de Amorim Correia, vigário de Itapira, São Paulo, que em 1913 chegou a fundar também uma Igreja Católica Apostólica Brasileira. Aliás, foi dali que Dom Carlos buscou a denominação para a Igreja que fundara. Agora, seu movimento de nacionalização da Igreja teria seguimento, pois ele, como bispo legitimamente sagrado, poderia dar continuidade à sucessão apostólica, sagrando outros bispos e ordenando padres. Enfim, nas palavras do bispo católico brasileiro de Belo Horizonte, "Dom Carlos nunca deixou de ser católico, apenas não quis mais ser romano".

3. A ICAB em Lages e a fogueira da intolerância

O Catolicismo foi trazido ao planalto catarinense, onde se situa Lages, pelo bandeirante paulista Antônio Corrêa Pinto, fundador da cidade, na segunda metade do século XVIII. Este catolicismo de origem portuguesa e forte religiosidade popular se espalhou pela região com pouca presença do clero e graças às crenças do povo. Tanto que, em 1927, quando foi criada a Diocese de Lages, ela "era constituída de seis enormes paróquias, quase todas desprovidas de párocos, contando no todo com um padre secular e quinze franciscanos", informa o historiador Walter Fernando Piazza.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

O processo de reformulação deste catolicismo popular, nos fins do século XIX e início do século XX, a que se chamou "romanização", teve na região de Lages, assim como no Estado de Santa Catarina, a expressiva participação do clero estrangeiro, em especial alemães e italianos. Em Lages, afirma o historiador Élio Cantalício Serpa, a romanização se tornou uma situação complexa, gerando embates e conflitos étnicos entre os franciscanos alemães e parcelas do povo luso-brasileiro católico. Conforme Serpa, "isto se devia às mudanças encetadas nas práticas religiosas, rejeição às práticas religiosas dos caboclos e, ainda, opuseram-se à Maçonaria e alguns representantes das elites dirigentes". De qualquer modo, identificado com os ideais modernizadores da burguesia, o processo romanizante se impôs, remodelando as condutas sociais, através de novas associações religiosas, colégios para crianças e jovens, grêmio cultural, banda de música e jornal. A criação da Diocese de Lages e a nomeação do seu primeiro bispo, Dom Daniel Henrique Hostin (1890/1973) se inserem, assim, na continuidade e aprofundamento do processo reformador da Igreja Católica nos campos de Lages.

Os embates, outrora vividos pelos católicos do planalto serrano, tornaram a aparecer nos anos 40 do século XX com causas assemelhadas por conta de conflitos entre a hierarquia católica de Lages e o Padre Antídio José Vargas; sendo possível, por isso, inferir que as razões daqueles embates não haviam sido de todo eliminadas e se mantiveram em estado latente durante décadas.

O Padre Antídio José Vargas nascera em 19 de dezembro de 1906, filho de José Francisco Vargas e Maria Cezária Pereira Vargas, em São João Batista, Santa Catarina. Os Vargas, segundo memória da família, eram originários do Rio Grande do Sul, donde uma parte deles migrou para a região colonial de São João Batista e Nova Trento, no Vale do rio Tijucas. A região do entorno colonial de Florianópolis, onde se inclui Tijucas, mantinha forte relação comercial com o planalto catarinense, através da ação dos tropeiros que desciam e subiam a serra levando e trazendo mercadorias e notícias. Estas relações e os contactos com conhecidos que já viviam lá motivaram os irmãos mais velhos de Antídio – Euclides e José – a se mudar para o planalto catarinense em busca de trabalho e melhores condições de vida. Não se pôde averiguar, contudo, quando Antídio acompanhou seus ir-

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

mãos, fixando residência também em Lages. Sabe-se, no entanto, que ele foi levado pelo irmão mais velho ao Seminário saletino de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul, quando ainda era jovem.

Sua vocação religiosa era indiscutível, mas a insubmissão às regras disciplinares o levou a ser excluído do seminário. Voltou então a Santa Catarina, para ser professor primário em Capinzal. Após algum tempo, tornou a se interessar pela carreira religiosa e "bateu às portas de Dom Daniel para ser admitido na Diocese de Lages", conforme registra Monsenhor Andréas Wiggers, na sua obra "Histórico da Diocese de Lages". O bispo o acolheu e, por um tempo, manteve-o como professor do Colégio Diocesano; depois, o encaminhou ao Seminário em Curitiba, para que desse continuidade à formação sacerdotal. Deste seminário ele também foi desligado. Dois sucessivos desligamentos de casas de formação religiosa poderiam ser motivos suficientes para que o seminarista fosse tido por inapto; mas não foi o que aconteceu, pois, nas palavras do próprio Dom Daniel, "tendo porém revelado boa conduta, enviei-o a São Leopoldo, Rio Grande do Sul, onde completou seus estudos teológicos." Findos os quais, em 6 de novembro de 1938, na Catedral de Lages, o bispo concedeu-lhe a ordenação sacerdotal, sendo então o Padre Antídio José Vargas o primeiro sacerdote secular ordenado na diocese. Junto com o ministério sacerdotal em diversas paróquias, o Padre Antídio foi também professor, nomeado Lente de Pedagogia e Psicologia Educacional no Instituto de Educação de Lages pelo Interventor de Santa Catarina Nereu Ramos. Sabendo-se da estreita amizade que mantinham o bispo e o interventor, pode-se concluir que esta nomeação tenha merecido aprovação de Dom Daniel.

Aqueles que conviveram com o Padre Antídio, nunca deixam de afirmar sua cultura filosófica e teológica, seu profundo conhecimento da Língua Portuguesa e dos clássicos; seu talento comunicativo e sua mente arejada; aquilo que os lageanos costumam chamar de um "bom papo". Ao mesmo tempo, demonstrava ser homem enérgico, de firme fé e grande apego à vida sacerdotal, à qual se manteve fiel até o fim da vida.

A Dom Daniel, no entanto, a conduta desenvolta e popular do Padre Antídio, como sacerdote e professor, inclusive convidado seguido para as reuniões do Rotary Clube, visto à época pela Igreja como uma sucursal maçônica, logo passou a não agradar. Por isso, buscou afastá-lo de Lages e

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

do magistério, nomeando-o pároco de Urubici, para onde ele se dirigiu obediente e resignado, pois uma testemunha o ouviu dizer na ocasião; "de degrau em degrau se vai subindo..." Seus críticos, porém, viram nisto a causa dos desentendimentos dele com Dom Daniel, ou seja, sua ambição de ascender na hierarquia eclesiástica. O mesmo historiador da diocese, no registro daquele episódio, ponderou que, "embora já manifestasse acentuada independência, acompanhada de refinado orgulho, os defeitos continuaram ao lado de dotes naturais admiráveis".

Estava já visto que as transferências seguidas do padre demonstravam as desconfianças e preterições de Dom Daniel para com ele. A ruptura entre o padre e seu bispo seria questão de tempo. Primeiro, o padre pretendeu continuar no cargo de secretário do bispo, mas o prelado o substituiu por um padre alemão; depois, tinha ele vontade de ficar em Lages e manter-se no magistério público, porém o bispo o transferiu para Urubici e Rio das Antas; por fim, era inegável que Dom Daniel, franciscano e descendente de alemães do Vale do Itajaí, tinha preferência pelo cle-

Dom Antídio José Vargas

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ro da Ordem dos Frades Menores, em sua maioria constituído de filhos de imigrantes europeus como ele. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, levantaram-se também em Lages muitas críticas ao clero de origem estrangeira. Dom Daniel passou a ver participação do Padre Antídio naquelas críticas, inclusive inspirando um artigo acusador, publicado na imprensa da cidade com o título de "Quinta-colunas de burel", a se referir ofensivamente aos frades franciscanos. "Paulatinamente foi se construindo um ambiente insuportável entre o bispo e o sacerdote. A rivalidade entre ambos se tornara perceptível à população". (Tamanini, 1996). Nestas circunstâncias, fora feita a remoção para a distante paróquia de Rio das Antas, com que o Padre Antídio tomou a decisão de buscar novo caminho para a sua vida sacerdotal.

O caminho escolhido foi pedir seu ingresso na recém-fundada Igreja Católica Apostólica Brasileira, através de carta do dia 28 de julho de 1945, dirigida a Dom Carlos Duarte Costa. Apenas vinte e dois dias medeiam a data de fundação da ICAB e a carta escrita pelo Padre Antídio, a demonstrar o quanto ele, insatisfeito na Igreja Católica Apostólica Romana, acompanhava interessado os passos iniciais da nova Igreja Católica do Brasil. Ao receber a resposta de acolhimento do ex-bispo de Maura, o Padre Antídio viajou ao Rio de Janeiro para conhecer os pensamentos e propósitos da ICAB; a demonstrar a preocupação dele em não se afastar da fé católica, por querer tão somente desligar-se da igreja romana, já que a desavença pessoal evoluíra para um enfrentamento institucional irremediável.

A adesão do Padre Antídio à ICAB suscitou a ira de Dom Daniel, que, desde então, procurou fazer com que sua lembrança fosse apagada da memória do povo católico lageano. Mal sabia ele, no entanto, que, antes do final daquele ano de 1945, o padre retornaria à cidade, já então eleito bispo católico brasileiro de Lages. Seriam, desde aí, dois pastores a disputar um só rebanho, num enfrentamento desabrido e intolerante.

Dom Antídio José Vargas, sagrado bispo em 8 de dezembro de 1946, no Rio de Janeiro, por Dom Carlos Duarte Costa, sabia dos dissabores que o aguardavam em Lages; mas desafiante e confiado no apelo popular de uma igreja que acreditava nacionalista e patriótica, "por determinação de Dom Carlos", instalou-se na cidade. Para ele, iniciava-se "a cruz da nossa missão"; enquanto para os líderes católicos romanos da diocese de Lages,

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

ele "tornou-se um espinho doloroso na sede episcopal".

O ódio religioso só fez crescer as ofensas verbais entre Dom Daniel e Dom Antídio, apodando-se mutuamente de "espião nazi-fascista" e "aborígine apóstata", dentre outros insultos, e ocasionando, já em 1946, as primeiras tentativas de agressão e violência por grupos de católicos romanos à igreja católica brasileira e a seu bispo. Durante doze anos, a população de Lages assistiu atônita à radicalização crescente das disputas entre as duas igrejas. Até que Dom Antídio, excedendo-se em ressentimentos e críticas desabonadoras à Igreja Católica Apostólica Romana e ao Papa, por ocasião da agonia e morte de Pio XII (falecido em 9 de outubro de 1958), afinal deu causa a que seus inimigos buscassem represálias contra ele e a ICAB. Para a lógica da intolerância que se estabelecera então, era preciso dar-lhe resposta também odiosa, cercear-lhe a liberdade de crença; excluí-lo do convívio social da cidade.

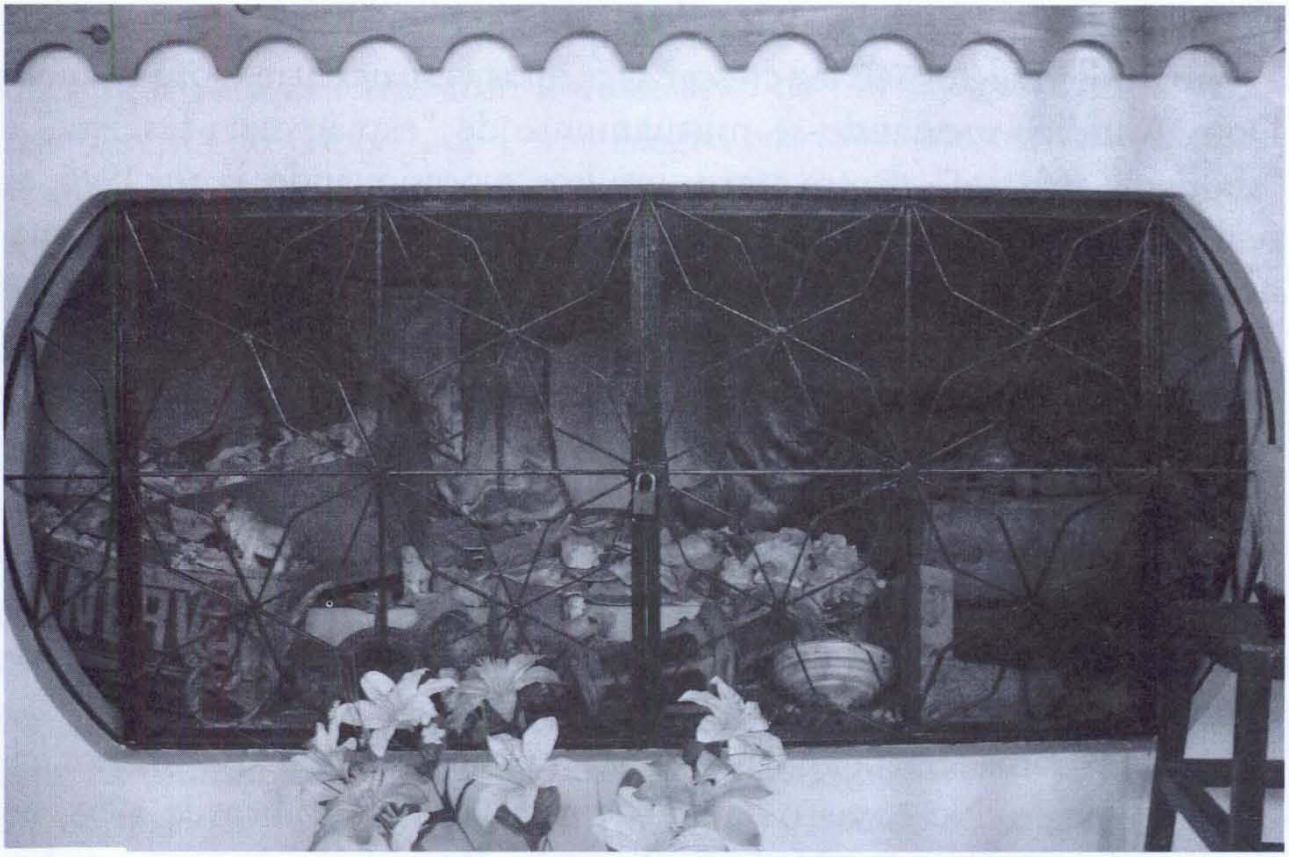
Uma trama secreta foi concertada entre líderes católicos romanos leigos e religiosos. No começo da noite do dia 13 de outubro de 1958, ao término de uma novena à Nossa Senhora dos Remédios, um grupo de homens e mulheres, possuídos de ódio e violência inaudita, invadiu o templo da Igreja Católica Apostólica Brasileira, quebrando mobiliário, altares, imagens e objetos sacros; espalhando gasolina sobre tudo e ateando fogo à construção de madeira e destruindo as paredes de alvenaria da futura catedral em construção que a envolviam. O pânico tomou conta dos fiéis católicos brasileiros, que buscavam salvar-se da terrível fogueira. Dom Antídio conseguiu se proteger, mas um padre e um seminarista seus foram alcançados, levados à praça pública e surrados à vista de todos. Parte dos escombros deste incêndio criminoso é guardada ainda hoje, numa urna de vidro, sob um dos altares da Catedral católica brasileira, reconstruída no mesmo local, na Avenida Marechal Floriano Peixoto.

Conclusão

Desconfiado dos mandantes do incêndio criminoso, Dom Antídio quis levar em procissão à sede do bispado de Dom Daniel as imagens sacras calcinadas pelas chamas, para fazer justiça com as próprias mãos; mas a polícia o obstou, evitando uma tragédia maior ainda.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense



Urna de vidro, onde é guardada parte dos escombros do incêndio.

Prisões foram feitas, mas logo relaxadas, e aberto um inquérito policial. O processo na justiça correu moroso por conta das inúmeras manobras protelatórias apostas por quem tinha poder e influência. Ao final de vinte e quatro anos, os autores do incêndio foram condenados. Eram católicos romanos oriundos da região de colonização italiana de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, sócios e empregados de um fabricante de móveis estabelecido em Lages, no bairro Copacabana, também gaúcho e sobrinho de um bispo de lá.

O ato extremo de violência chocou a população da cidade e teve repercussão na imprensa local, estadual e nacional, que chamou o acontecido de "saque de fanáticos". Ante tamanha barbárie, os líderes religiosos católicos romanos buscaram defender o indefensável, proferindo afirmações dúbias como esta do vigário da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário: "Eu vos digo que não direi que foi bem feito e nem direi que foi mal feito". Muitos em Lages não aceitaram que se atribuísse ao "povo lageano" tamanha violência; fizeram proclamações pela imprensa e ajudaram Dom Antídio a reconstruir o templo católico brasileiro, a catedral do Sagrado

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Coração do Divino Mestre, para cuja obra contribuíram católicos brasileiros, católicos romanos, evangélicos, espíritas e maçons. A intolerância, portanto, não tinha conseguido se impor à população. Ficara circunscrita a alguns líderes religiosos que, constrangidos, viram-se obrigados a rever suas atitudes dali para frente. A elite eclesiástica serrana havia mais uma vez se afastado de grandes parcelas dos seus fiéis; como já acontecera no caso dos crentes do Monge do Contestado. O Concílio Vaticano II lhe ensinaria, logo a seguir, o ecumenismo, a tolerância e o pluralismo. Afinal, não fora a religião que a traíra; foi a elite eclesiástica que traiu a religião.

Em 1982, Dom Antídio adoeceu de um mal incurável, precisando hospitalizar-se, recebeu tratamento fraterno das Irmãs católicas romanas, que nada lhe cobraram, no hospital de Lages e na casa do doente, onde veio a falecer no dia 25 de outubro. A demonstrar que o ódio religioso era coisa do passado e havia sido purgado, Dom Honorato Piazzera, sucessor de Dom Daniel, acompanhado do Padre Andréas Wiggers e Padre Davi Tramontini, visitou na mesma ocasião Dom Antídio no hospital e na sua residência, inclusive administrando ao doente o sacramento da extrema unção, com o qual os católicos crêem se deva enfrentar reconciliado a morte. A possibilidade do retorno de Dom Atídio à grei romana foi na ocasião aventada, pelo fato de ter aceito o sacramento católico que lhe concedeu a reconciliação total. No entanto, isto nunca foi admitido objetivamente por ele, já que implicava no abandono da causa para a qual arrostara tantos e tanta energia. A morte do combativo bispo trouxe sim um arrefecimento nas atividades da ICAB, cuja presença no meio social de Lages é hoje bastante esmaecida.

O estudo deste lamentável fato do passado catarinense teve por objetivo desvendá-lo em suas múltiplas circunstâncias históricas, para compreendê-lo como um exemplo das complexas relações entre homens que competiram e rivalizaram pelo poder e mando, na mediação entre o sagrado e o humano, até os extremos da violência e do crime, quando deveriam, por sua missão religiosa, pregar e viver a tolerância.

4. Bibliografia

Besen, José Artulino. Dom Joaquim Domingues de Oliveira – Traços Biográficos, Linha de Pensamento, A palavra do Pastor (Antologia). Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1979.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Besen, José Artulino et alli. O Universo Religioso – As grandes religiões e tendências religiosas atuais. São Paulo: Mundo e Missão, 2005.

Câmara, D. Jaime de Barros. Apontamentos de História Eclesiástica. Petrópolis: Vozes, 1945.

Collinson, Patrick. A Reforma. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006

Cotler, Irwin. Religião, Intolerância e Cidadania: rumo a uma cultura mundial dos direitos humanos. Disponível em www.bocc.ubi.pt/pag/aquino-mirian-informacao-intolerancia

Fausto, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Gaarder, Jostein, et alli. O livro das Religiões. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

Igreja Católica Apostólica Brasileira. Disponível em www.icab.org.br

Iokoi, Zilda Márcia Grícoli. Intolerância e Resistência: as lutas contra a escravidão no Brasil. 2004. Disponível em www.universia.com.br/html/materia/materia-cija.html.

Köenig, Franz Cardeal e Waldenfels Hans. Léxico das Religiões. Petrópolis: Vozes, 1998.

Küng, Hans. Igreja Católica. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

O'Shea, Stephen. A Heresia Perfeita – A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Piazza, Walter F. A Igreja em Santa Catarina – Notas para sua História. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

Pierrard, Pierre. História da Igreja. São Paulo: Paulinas, 1982.

Ricci, Magda. Assombrações de um padre regente – Diogo Antônio Feijó (1784/1843). Campinas: Ed.Unicamp, 2001.

Serpa, Élio Cantílicio. Igreja e Poder em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1997.

Souza, Padre Francisco de. A Reforma no Brasil. São Paulo: Ed. Souza Lima, 1974.

Tamanini. Padre Paulo Augusto. Dois Pastores e um só Rebanho. Florianópolis: artigo/ UFSC, datilografado, 1996.

Vargas. Dom Antídio José. Igreja Católica Brasileira. In: IC – Revista da Indústria e Comércio de S.Catarina. Florianópolis, nº 29, 1966,

_____ . Curriculum Vitae. Lages-SC, datilografado, s/data.

Wiggers, Padre Andréas. Histórico da Diocese de Lages. Lages: edição do autor, datilografado, 1979.

JORNAIS:

Correio Lageano. Lages-SC, 15/10/1958, nº 78 e 1º/11/1958, nº 83

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Guia Serrano. Lages-SC, 22/10/1958, nº 2039

ENTREVISTAS:

Dom Raul Clementino Smania, bispo de Porto Alegre-RS, da ICAB, concedida ao Padre Paulo Augusto Tamanini, em 1996.

João Rath de Oliveira, Lages-SC, concedida ao autor em 07/2/2006.

Dom Siderlei Beccari Lopes, bispo de Lages, da ICAB, concedida ao autor em 08/2/2006.

Geraldo Augusto Locks, Lages-SC, concedida ao autor em 08/2/2006.

Monsenhor Andréas Wiggers, Lages-SC, concedida ao autor em 08/2/2006.

Padre André Sperandio, São José-SC, concedida ao autor em 11/3/2006.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Tamanho não é documento

Enéas Athanázio[1]

Autores Catarinenses

Guido Wilmar Sassi (1922/2003) tem sido lembrado com mais freqüência depois de falecido que durante a vida. Vestibulares recentes têm destacado sua obra nas questões formuladas aos candidatos, divulgando seu nome e propiciando a procura de seus livros. Isso é justo e merecido porque ele foi um dos maiores escritores catarinenses do Século XX e seu trabalho obteve repercussão junto a críticos brasileiros de prestígio e leitores em geral, merecendo publicação em Angola e tradução ao alemão para edição em antologia na Alemanha. Durante a vida, porém, foi quase sempre esquecido, fato para o qual parece ter contribuído seu afastamento voluntário dos meios literários durante longos anos. Fixando residência no Rio, seu contato com colegas catarinenses se tornou algo difuso. Dono de temperamento forte, nunca foi homem de meias palavras e não cultivava a política literária tão freqüente entre os homens de letras.

Embora nascido em Lages, passou a infância e a juventude em Campos Novos, cidade de

1 Escritor e Advogado.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

cujo clima se impregnou e que teria presença forte em sua ficção. O estilo da vida campeira, os usos e costumes do homem do campo, suas crenças e princípios morais, alimentação, vestuário, linguajar típico, a vegetação e a paisagem marcaram fundo as memórias do rapaz e depois transpareceram em seus contos. A exploração desenfreada do pinheiro e das madeiras de lei sem o menor respeito pelo ambiente tocou a sensibilidade do jovem que tudo observava com olhar agudo e que usaria essa experiência como tema de sua obra. A árvore valiosa que atiçava a ganância de aventureiros travestidos em "industriais" perdia a guerra em todos os **fronts.** Punham abaixo um pinheiro centenário com doze ou quinze metros de altura para extrair uma única tora de cinco ou seis metros; o restante permanecia ao abandono, em pleno campo, sem qualquer preocupação com o desperdício, como restos de alguma carcaça. Enquanto os tribunais discutiam os requisitos da propriedade de árvores destinadas ao corte sobre imóveis de terceiros, situação das mais comuns, e nunca chegavam a um entendimento, elas caíam aos milhares, talvez milhões, em toda a região. O lucro, canalizado para outras cidades, regiões ou Estados, escapava entre os dedos, sem nada deixar, exceto montes de serragem que queimavam por anos a fio e aleijados de serrarias, presentes com espantosa freqüência. Tudo isso, com o esmero do artífice, Guido soube colocar em seus contos sem intenção folhetinesca mas como registro de um período melancólico da sofrida história de nosso Planalto. Em raras ocasiões o pinheiro dava o troco e infligia uma vingança. Nem sempre a vítima escolhida era culpada e o santo acabava pagando pelo pecador. Por tudo isso, Guido foi considerado pela crítica como o iniciador do ciclo do pinheiro na literatura nacional. Comentando esse tópico, em 1958, o celebrado crítico e poeta José Paulo Paes escreveu que o ficcionista catarinense inaugurava em nossas letras o ciclo do pinheiro com seus contos e romances (*). No panorama do regionalismo, Guido foi o segundo expoente, em ordem cronológica, despontando depois de Tito Carvalho, o fundador da corrente, após longo hiato. Cada um, porém, guardava suas características pessoais e enquanto o primeiro dava ênfase à linguagem local, Guido se preocupava mais com os aspectos sociológicos, ainda que diluídos na ficção.

Em Florianópolis, para onde se transferiu, teve ativa participação no **Grupo Sul**, defensor da renovação nas artes e nas letras do Estado, ainda

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

que tardia em relação ao restante do país. Embora escrevesse desde cedo, Guido surgiu para as letras com a publicação de um de seus contos na célebre "Revista do Globo", de Porto Alegre, em 1949. Incentivado pelos integrantes do Grupo, deu a público os livros "Piá" e "Amigo Velho", ambos antologias de contos. Este último recebeu o prêmio Arthur Azevedo, do Instituto Nacional do Livro. Publicou ainda os romances "São Miguel", também merecedor de premiação nacional, "Geração do Deserto", adaptado para o cinema por Sylvio Back, e "Testemunha do Tempo", incursão na ficção científica. Participou em diversas antologias importantes, nacionais e estrangeiras, e mereceu aplausos de analistas como Paulo Rónai, Edgard Cavalheiro, Carlos Jorge Appel e Hélio Pólvora, entre tantos outros. Este último, em síntese feliz, asseverou: "Amigo Velho" é uma denúncia, da mesma forma que o são os romances nordestinos, as histórias sobre os seringueiros, os relatos sobre os peões do oeste, as histórias sobre o cacau. O contista catarinense transcendeu os limites do regionalismo puro e só; conhecedor da fórmula de Victor Hugo, uniu o grotesco ao sublime – e a denúncia virou obra de arte de caráter universal" (**). Em poucas palavras, o saudoso crítico faz duas revelações: a familiaridade de Guido com os clássicos e a possibilidade da universalização da literatura regional, tantas vezes posta em dúvida. "São Miguel" constitui um documento emblemático da exploração do pinheiro no Oeste, a par da exploração do próprio homem, e as histórias e lendas que cercavam o transporte da madeira nas famosas balsas que desciam pelo rio até a Argentina. Guido Wilmar Sassi foi dos poucos autores catarinenses do século passado a obter renome nacional.

Em recentes vestibulares, Guido foi lembrado através de seu livro "Amigo Velho", cujo conto-título é justamente o que marcou a estréia do autor, fato que me conduziu a uma vagarosa releitura. A primeira edição é de 1957 (Edições Sul) e a segunda de 1981 (Editora Movimento). Foi desta última que recebi um exemplar, com gentil dedicatória do autor, e que guardo com carinho. O volume reúne sete contos, em apenas 70 páginas, confirmando o velho dito popular de que tamanho não é documento. Quase todos se relacionam com o pinheiro, sua exploração e a vida que transcorre em torno dele, nas vilas formadas pelas serrarias, nas cidades próximas e nos campos em derredor, cujo **modus vivendi** sofre abruptas alterações

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

em face da chegada de estranhos, conduzindo maquinário, introduzindo hábitos e até linguajar diferentes, além de produzirem modificações profundas e rápidas no meio ambiente e na sociedade até então estabilizada nas lidas da agropecuária. Creio que sua leitura permitirá ao leitor imaginar com mais precisão a realidade daquele período que através de livros de história tradicional.

Todos os contos são "pesados", para utilizar a divisão proposta por Monteiro Lobato, diferenciando-os dos "leves." Não chegam, porém, ao dramalhão. O drama, quando acontece, está mais nos fatos narrados que nas palavras usadas. A linguagem é sempre cristalina. Em "Amigo Velho", João Onofre padece todas as penas diante do corte de seu pinheiro de estimação, o amigo velho, cujas tábuas acabam servindo para a confecção da cruz que marcava sua sepultura. "Cerração" é o relato do transporte das tábuas de pinho até o porto de Itajaí. Velhos caminhões de reboque, carregados com cinqüenta dúzias de tábuas, vencendo com esforço as quebradas e lançantes de uma estrada "tão desgraçada que não tinha um só trecho que prestasse..." E na qual, em dia de cerração braba, o infeliz motorista Procópio morreu como tantos e tantos outros naquele serviço infernal. "Uma história dos outros" desvenda o crime horroroso que abalou "a pacata e hospitaleira cidade" onde cenas de sangue rareavam ou só aconteciam em entreveros de homens valentes, nunca de forma tão cruel. As reações das pessoas e o choque provocado na pequena comunidade são captados com perfeição, não faltando sequer algum sensacionalismo jornalístico. "Noite" é um caso raro em que o pinheiro vence, aplicando severa peça nos personagens, ainda que não me pareçam ser as vítimas certas. Tem um final pungente, escancarando a solidão e o abandono do pobre que vive na vastidão campeira. A pequenez do ser humano fica ainda mais visível porque não tem ninguém, absolutamente ninguém, a quem recorrer. "Prece de criança" é o mais suave de todos, uma história repleta de carinho e ternura. "Serragem" é um relato curioso. Tem como personagem central um daqueles montes que as serrarias deixavam como herança – a serragem – restos imprestáveis da madeira que passava pela serra. Esses montes, às vezes gigantescos, escondiam mil histórias e mistérios, amores clandestinos, acidentes horríveis e até crimes. Mesmo crescendo, não perdiam nunca o som balofo de terra oca com a "cor de coco ralado, mas sem a alvura deste."

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Contava-se que em Cerro Negro um desses montes de serragem queimou durante trinta anos ininterruptos. Nas chuvaradas o fogo se escondia, ardia nas profundezas, devorando por baixo, para voltar com tudo logo que o sol tornasse a raiar. "Vagão", por fim, serviu de excelente pretexto para rememorar a técnica dos carregadores de tábuas nos vagões da ferrovia (batedores de tábuas). Alguns operários se tornavam especialistas, carregavam em tempo recorde, tábua sobre tábua, pilha sobre pilha, não deixando diferença de milímetros nas beiradas e nos cabeços. Verdadeiros artistas, cada carga levava suas marcas, reconhecíveis como assinaturas. Os moradores distinguiam à distância quem estava na carregação pela freqüência do ruído das tábuas que caíam no monte. E, no entanto, enquanto carregava tanta madeira de qualidade, tábuas de primeira, vivia num rancho construído de costaneiras, refugos esburacados de nós, onde o vento gelado penetrava sem piedade, incomodando a criança. Todo o mundo madeireiro pulsando nesses contos que se entrosam e formam um painel impressionante. Até os nomes dos personagens eram recorrentes na região: Procópio, João Onofre, Anísio, Genésio, Bernardino... Retrato veraz e humano de um período econômico que passou, enriqueceu a muitos e empobreceu a região. Nada deixou, nem sequer saudade.

"Amigo Velho" e "Noite" são, para mim, obras-primas. Estão entre os melhores contos produzidos em nosso Estado.

Como escreveu o crítico Paulo Rónai, "Guido Wilmar Sassi realiza obra de arte de alto valor." Ela permite um mergulho de corpo inteiro nas campanhas de nosso Planalto, convivendo com sua gente e as coisas da terra. Decorridos tantos anos, não surgiu outro Guido que o igualasse em técnica e inspiração. O ciclo da erva-mate, também rico em vivências, ainda não encontrou seu cronista. Está à espera de alguém que o fixe nas letras como fez Guido com o pinheiro. Mas o tempo passa e isso não acontece. Tudo aquilo se perderá no esquecimento?

(*) "Maravilhas do Conto Brasileiro Moderno", S. Paulo, Editora Cultrix, 1958, pág. 256.

(**) Orelhas de "Amigo Velho", segunda edição, P. Alegre, Editora Movimento, 1981.

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense

Para proceder a assinatura da Revista ou sua renovação, assim como receber números antigos ou tomos completos encadernados, procure-nos.

Abaixo informamos nossos preços:

- Assinatura nova: R$ 70,00 (anual = 6 números)
- Renovação da assinatura: R$ 55,00 (anual = 6 números)
- Tomos anteriores (encadernados com capa dura): R$ 80,00
- Exemplares avulsos: R$ 10,00 (edições dos anos 70 a 2003)
  R$ 10,00 (anos 60)
  R$ 10,00 (anos 50)
- Encadernação R$ 30,00 o volume (até 1997, um volume para cada tomo. De 1998 em diante, dois volumes por tomo.
- Tomo completo encadernado: R$ 120,00 (para tomos de 1998 em diante). Para tomos de anos anteriores, solicitar orçamento.

( ) Sim, desejo assinar a revista *Blumenau em Cadernos* para o ano de **2006** (Tomo 47). Anexo a este cupom, a quantia de R$ .....,00 (..... reais) conforme opções de pagamento abaixo.

Formas de pagamento:

( ) Vale Postal – Fundação Cultural de Blumenau – Blumenau em Cadernos

( ) Depósito no BESC – conta 77.995-2 – Agência 003. Após o pagamento, passar FAX do recibo de depósito com o nome do depositante, para nosso controle.

( ) Cheque - Banco: ..... Número do Cheque: .....

Dados do Assinante:

Nome:_____

Endereço:_____

Bairro: _____ Cx. Postal: _____

CEP: _____-_____ Fone para contato: _____

Cidade: _____ Estado: _____

_____

Assinatura

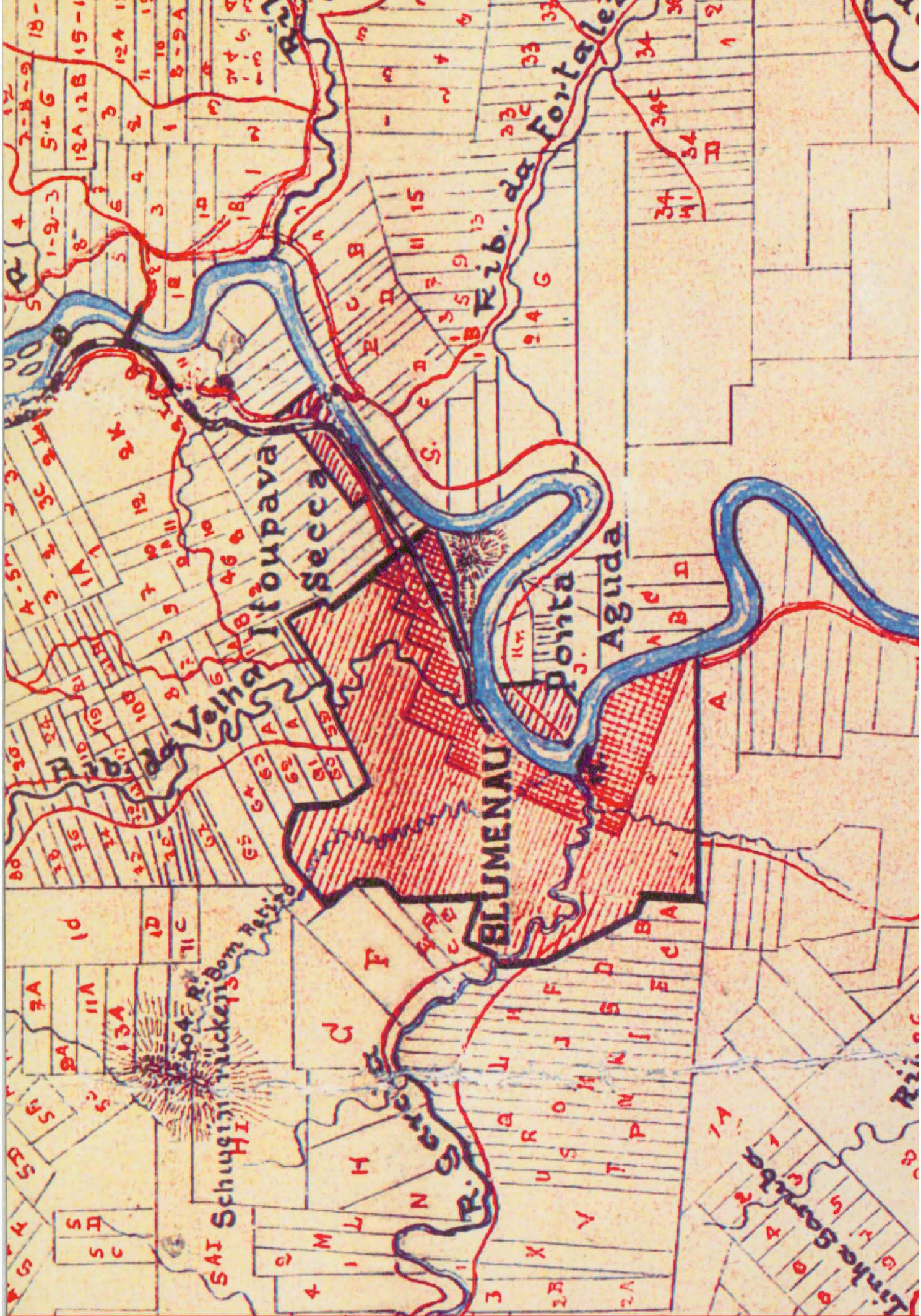
Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Caixa Postal 425 - Cep 89015–010 - – Fone: (47) 3326-6990 – Fax (47) 3326-6874

Blumenau (SC) – E-mail: arquivohistorico@fcblu.com.br

Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense



Digitalizado pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - Blumenau/SC

Acervo: Biblioteca Pública SC - Hemeroteca Digital Catarinense